

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

NORTEANDO O VOTO: O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
COMPORTAMENTO DO ELEITOR DO NORTE DO BRASIL

MAX ANDRÉ CORREA COSTA

BELÉM - PARÁ
2010

MAX ANDRÉ CORREA COSTA

**NORTEANDO O VOTO: O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
COMPORTAMENTO DO ELEITOR DO NORTE DO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento.

**BELÉM – PARÁ
2010**

MAX ANDRÉ CORREA COSTA

**NORTEANDO O VOTO: O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO
COMPORTAMENTO DO ELEITOR DO NORTE DO BRASIL**

Trabalho de Pós-Graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, tendo sido considerado APROVADO em sua forma final pela banca examinadora com o conceito: _____

Banca Examinadora:

Dr. Durbens Martins Nascimento
Orientador – PPGCP/UFPA

Dr. Carlos Augusto Souza
Membro Titular – PPGCP/UFPA

Dra. Nirvia Ravena
Membro Titular – PPGCP/UFPA

Dr. Adriano Oliveira
Membro Titular – PPGCP/UFPE

BELÉM – PARÁ
2009

Aos meus pais, Domingos e Alda, minhas
verdadeiras agências de fomento à
pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À uma força superior motivadora, que os cristãos convencionaram chamar de **Deus**.

À meus pais, **Domingos e Alda**, pelo amor, pela força, pelo exemplo, pelo investimento, por tudo.

Ao meu orientador, **professor Durbens Nascimento**, que com sapiência, atenção e paciência soube dar as diretrizes necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos **docentes integrantes da Banca Examinadora**, pela contribuição ao aprimoramento deste estudo.

Aos **professores do curso de Mestrado**, pelo aprendizado ímpar proporcionado.

Aos meus irmãos, **Alba e Sílvio**, pelo carinho, apoio, retaguarda e presença constante.

À minha cunhada **Andréia**, por sempre estar disposta a ajudar e contribuir.

Aos **amigos e colegas de turma**, que contribuíram nesta dissertação e permitiram uma troca de experiência e um acúmulo de conhecimento que não esteve restrito ao âmbito da sala de aula.

Ao **colega de turma Juca (in emorian)**, pelo legado deixado e por nos mostrar que apenas a frieza da ciência não nos serve.

Aos **meus amigos em geral** que, entre um livro e outro, ou entre uma cervejinha e outra, souberam ser companheiros e foram meu refúgio e minha fuga nos momentos de estresse.

À **equipe de funcionários do PPGCP/UFPA**, que foram sempre prestativos e atenciosos.

À **professora Luzia Alvarez**, impulsionadora desta pesquisa.

Aos **companheiros dos movimentos sociais, em especial aos militantes do PSOL**, que contribuíram para uma visão crítica deste trabalho.

Aos **colegas da Adufpa e da Unipop**, que sempre acreditaram em meu potencial.

Ao estatístico **Rogério Santos** que ajudou a decifrar os números.

À **Paulinha Dias** que deu uma luz na compreensão da língua inglesa.

Ao **quadro funcional** do TRE, do IBGE e do MDS pela atenção dispensada.

À **todos**, que direta e indiretamente, construíram sonhos comigo e tornaram viável e possível esta dissertação.

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio, depende das decisões políticas. O Analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e o lacaio das empresas nacionais e multinacionais”.

(Bertold Brecht)

RESUMO

A partir de diversas perspectivas analíticas acerca da eleição presidencial de 2006, esta dissertação se propõe a analisar o impacto do programa federal de transferência de renda Bolsa Família, na decisão do voto dos moradores da região Norte do Brasil. A estratégia de pesquisa utilizada é uma análise comparativa, confrontando o resultado das urnas das eleições presidenciais de 2002 e 2006 e correlacionando o número de beneficiados pelo programa Bolsa Família com a quantidade de votos na candidatura petista de Lula da Silva, em cada município da região. Na análise empírica, foi possível identificar, no Norte do Brasil, a mudança na base eleitoral do candidato do PT em direção às cidades menos desenvolvidas, assim como o impacto positivo do programa na votação do petista, haja vista a melhora de seu desempenho eleitoral na região. No estudo, pode-se apontar, ainda, a coexistência pacífica, em 2006, de um padrão de comportamento eleitoral racional, sociológico e psicológico, com predominância do primeiro, porém, sem transformá-lo em teoria universalizante.

ABSTRACT

From several analytical perspectives on the 2006 presidential elections, this thesis aims to analyze the impact of federal income transfer program, Bolsa Familia, in the decision of the residents' vote of the north region of Brazil. The research strategy used is a comparative analyzes, confronting the results of the 2002 and 2006 presidential elections polls and correlating the amount of beneficiaries by the Bolsa Familia program with the amount of votes in the application of Lula da Silva, in each city of the region. The empirical analysis identified, in the north of Brazil, the constituency changes of the PT candidate going for the less developed cities, as well as the program positive impact in the election of the candidate, considering the improvements of his electoral performance in the region. In the study, it is possible to point, still, the peaceful coexistence, in 2006, a pattern of voting behavior rational, sociological and psychological, with predominance of the former one, but without turning it into universalizing theory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	19
Tabela 2	20
Tabela 3	20
Tabela 4	45
Tabela 5	48
Tabela 6	50
Tabela 7	50
Tabela 8	51
Tabela 9	52
Tabela 10	56
Tabela 11	58
Tabela 12	60
Tabela 13	62
Tabela 14	64
Tabela 15	66
Tabela 16	68
Tabela 17	70
Tabela 18	72
Tabela 19	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	28
Gráfico 2	29
Gráfico 3	57
Gráfico 4	59
Gráfico 5	61
Gráfico 6	63
Gráfico 7	65
Gráfico 8	67
Gráfico 9	69
Gráfico 10	71
Gráfico 11	73
Gráfico 12	75

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	13
II. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	18
2.1. O cenário eleitoral presidencial de 2006	18
2.1.1. Perspectivas analíticas da eleição de 2006	20
2.1.2. A polarização eleitoral PT x PSDB	24
2.2. Definição do objeto de pesquisa	26
2.3. Perguntas	31
2.4. Hipóteses	32
2.5. Objetivos	33
2.6. Metodologia	33
2.6.1. Aspectos teóricos e epistemológicos	33
2.6.1.1. O modelo Michigan de decisão do voto	34
2.6.1.2. A sociologia política e a decisão do voto	35
2.6.1.3. A teoria da escolha racional	36
2.6.1.4. A racionalidade e os limites do individualismo metodológico	40
2.6.2. Aplicação metodológica	42
III. O NORTE DO BRASIL NO CENÁRIO SOCIOECONÔMICO E ELEITORAL	47
3.1. A abrangência do Bolsa Família no Norte do país	48
3.2. O resultado das urnas no Norte do país	49
IV. BOLSA FAMÍLIA E VOTO NO NORTE DO BRASIL	55
4.1. A relação entre Bolsa Família e voto por Estado	56
4.1.1. Acre	56
4.1.2. Amapá	58
4.1.3. Amazonas	60
4.1.4. Pará	61
4.1.5. Rondônia	63
4.1.6. Roraima	65
4.1.1. Tocantins	67
4.2. A relação entre Bolsa Família e voto pelo porte das cidades	69

4.2.1. Cidades grandes	70
4.2.2. Cidades médias	71
4.2.3. Cidades pequenas	73
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
VI. REFERÊNCIAS	81
VII. ANEXOS	84

I. INTRODUÇÃO

Entender o comportamento do eleitor não é uma tarefa fácil. Em todo processo eleitoral, são comuns os casos de candidatos que se dizem traídos, de cabos eleitorais que supervalorizam seu poder de influência, de pesquisas desmentidas pelo resultado das urnas, e de profissionais do marketing que afirmam deter a receita para vencer a eleição, mas que não conseguem convencer eleitores a depositarem seus votos em seu candidato/cliente. Isto mostra que o resultado das urnas não é uma simples contagem de votos que aponta vitoriosos, mas é um cálculo que, além de revelar tendências do eleitorado, expõe as diferentes motivações do cidadão na hora de tomar sua decisão.

Do ponto de vista científico, diversos estudiosos já centraram suas pesquisas na tentativa de explicar o comportamento político do eleitor. Seja por meio de teorias centradas na sociedade, como o pluralismo e o estrutural-funcionalismo, predominantes nas décadas de 50 e 60, ou através de uma análise neo-institucionalista, que considera as instituições como atores fundamentais na definição das motivações individuais, a Ciência Política – pela sua própria natureza explicativa – é a área do conhecimento que melhor tem se aproximado de respostas a esta temática contemporânea.

No Brasil, um dos estudos mais completos sobre o comportamento dos eleitores foi desenvolvido por Figueiredo (1991). Da avaliação psicológica atitudinal à racionalidade econômica, passando pela sociologia política, Figueiredo faz um panorama acerca das teorias explicativas da decisão do voto. O autor centraliza suas análises nos estudos que consideram as atitudes individuais como fontes originárias de informação, nas teorias que analisam o comportamento eleitoral no contexto social em que o eleitor vive, e, sobretudo, nas abordagens teóricas que consideram a decisão do voto como uma relação complexa de custos e benefícios.

Carreirão (2002) também fornece um modelo explicativo do comportamento eleitoral no Brasil. A partir da relação entre indicadores sociais, como a escolaridade, e variáveis que influenciam na definição do voto de eleitores, como a avaliação do governo e as imagens e atributos pessoais dos candidatos junto à opinião pública, Carreirão aponta que o voto personalista foi predominante em eleições presidenciais brasileiras¹, pois grande parte do eleitorado vota a partir das qualidades pessoais dos candidatos, haja vista que o voto

¹ Na obra, Carreirão (2002) se refere especificamente às eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998.

ideológico requer custos elevados, seja financeiro, de tempo, ou outro recurso de utilidade escasso, que o eleitor prefere não arcar.

Em contrapartida, Almeida (2002) apresenta uma outra perspectiva analítica do processo de decisão do voto no Brasil, pois considera que o comportamento do eleitor está sujeito às representações sociais conjunturais da política. Assim, a correlação de forças materiais e simbólicas, ou seja, a disputa por hegemonia e por transformações sociais, políticas e culturais dentro de um bloco histórico, podem alterar a decisão do voto.

Outro estudioso que tem se dedicado à compreensão do comportamento do eleitor no Brasil é Rennó (2006). Ao analisar os processos eleitorais brasileiros, ele afirma que existem diversos fatores que podem influenciar o voto, como os votos retrospectivo, ideológico e partidário, e também o impacto de fenômenos conjunturais. Para Rennó, o desempenho da economia não pode ser considerado a única perspectiva de análise na avaliação de um governo e no comportamento do eleitor, pois *“há outras dimensões da atuação de políticos no cargo que podem e são empregadas pelos eleitores no momento da decisão do voto”*. (2006: 267p.)

Apesar das diversas contribuições teóricas em nível de Brasil, na região Norte – e em particular no Estado do Pará –, as análises científicas sobre o comportamento do eleitor ainda são limitadas, em virtude da pequena quantidade de analistas da política eleitoral e partidária e, sobretudo, pelo número insuficiente, nesta região do país, de programas de pós-graduação em Ciência Política e pesquisas na área de concentração em ‘Instituições Políticas e Políticas Públicas’. Esta carência foi uma das motivações deste estudo, tornando-o um dos pioneiros na região Norte do Brasil, ao pretender analisar – do ponto de vista regional – como os cidadãos, diante das diversas alternativas políticas apresentadas, se comportam nos pleitos eleitorais.

A possibilidade de aprofundar as pesquisas acerca dos padrões de comportamento do eleitor ganhou corpo a partir da monografia intitulada “Bolsa Família e eleições presidenciais 2006: o cabo eleitoral de Lula na comunidade Riacho Doce”, que apresentei ao final do curso de especialização “Partidos e Eleições na Democracia Contemporânea”². Tal estudo apontou a predominância de um comportamento eleitoral racional entre os moradores de uma comunidade localizada em um bairro periférico de Belém do Pará, pois os benefícios gerados por uma política pública social – Bolsa Família – aos moradores foram decisivos, na medida em que materializaram a presença de um candidato (Lula) na área e se configuraram como a

² Monografia apresentada e defendida em maio de 2008, junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito final à obtenção do grau de especialista em “Partidos e Eleições na Democracia Contemporânea”.

principal informação que os eleitores detinham, para fazer avaliação acerca dos postulantes ao cargo de presidente e emitirem seu juízo de valor nas urnas.

Embora tenha apresentado conclusões relevantes, a pesquisa apresentava algumas fragilidades, sobretudo pela limitação explicativa de um estudo de caso e por estar restrita a uma unidade espacial de análise pequena. Assim, verificou-se a necessidade de dar continuidade a este trabalho, por meio de uma análise mais ampla, que permitisse, com maior rigor científico, apontar tendências e perspectivas de voto, indicando um padrão de comportamento do eleitor.

Dessa forma, esta dissertação surge com o propósito de analisar os impactos do programa federal de transferência de renda Bolsa Família na decisão do voto, na eleição presidencial de 2006, na região Norte do país. O programa Bolsa Família foi escolhido como objeto de pesquisa pelo seu alcance social, na medida em que envolve grande parte da população brasileira e influencia diretamente nas relações político-econômica e sociocultural do país, sobretudo nos processos eleitorais. Como em 2006, o programa integrou, pela primeira vez, o cenário eleitoral da disputa presidencial, tornam-se fundamentais na Ciência Política brasileira contemporânea estudos que relacionem o Bolsa Família ao processo de decisão do voto, a fim de identificar os impactos desta política pública no padrão comportamental dos eleitores.

Para que esta pesquisa pudesse se tornar viável, decidimos limitar o espaço de análise aos 449 municípios da região Norte. Composta por sete Estados da federação e detentora de uma das maiores biodiversidades naturais do planeta, a Região Norte brasileira foi escolhida como unidade espacial de análise desta pesquisa por ilustrar a realidade sócio-econômica do país, com 28,7% da população vivendo abaixo da linha da pobreza³ e um total de 1.023.507 famílias beneficiadas pelo Bolsa Família⁴; pela carência de estudos científicos na região acerca do comportamento político do eleitor, o que se materializa na existência de apenas um programa de pós-graduação nesta temática; e sobretudo por ser a região onde está localizado o Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA) e local de residência do pesquisador, o que facilita a viabilização metodológica desta análise.

Além de apontar um padrão de comportamento dos eleitores da região Norte, esta pesquisa pretende: apresentar elementos que auxiliem partidos políticos e candidatos na definição de suas estratégias de campanha; permitir que o poder público aperfeiçoe seus

³ Dados de 2003, contidos no Mapa de Pobreza e Desigualdade dos municípios brasileiros apresentados pelo IBGE.

⁴ Dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2006, ano da eleição presidencial.

espaços decisórios; contribuir na elaboração de políticas públicas; e fornecer informações necessárias para qualificar a intervenção da sociedade civil junto às esferas do Estado.

Para isso, esta dissertação de Mestrado foi dividida em seis capítulos, sendo o primeiro dedicado a introdução ao assunto pesquisado, buscando justificar a escolha da temática, bem como iniciar a discussão sobre como a Ciência Política vem estudando o comportamento do eleitor na contemporaneidade.

O segundo capítulo é destinado às fundamentações teórico-metodológicas, que embasam esta pesquisa. Partindo das perspectivas diferenciadas de análise do cenário eleitoral de 2006 e contrastando com o resultado das urnas de 2002, são destacadas as diversas estratégias de campanha utilizadas pelas candidaturas, assim como são identificadas as principais variáveis intervenientes no pleito presidencial, com enfoque para o programa federal de transferência de renda Bolsa Família, que se constitui no objeto de análise desta pesquisa.

A partir da definição do objeto de estudo, constata-se, neste capítulo, um problema de pesquisa motivador de perguntas – central e específicas – que irão instigar a apresentação de hipóteses e, conseqüentemente, a delimitação de objetivos – geral e específicos – a serem alcançados no desenvolvimento deste estudo. Ainda no segundo capítulo, são apresentados os aspectos teóricos e epistemológicos, que irão nortear a pesquisa, da mesma forma como a aplicação metodológica e as inferências válidas que deverão balizar os argumentos e conclusões desta dissertação.

No terceiro capítulo, a região Norte do Brasil é apresentada ao leitor, destacando-se os indicadores socioeconômicos e os atores e personagens principais do cenário eleitoral regional. Nesta parte do trabalho, discute-se, também, a abrangência do programa Bolsa Família no Norte brasileiro, bem como é mostrado o resultado das urnas na eleição presidencial de 2006, na região, apontando as tendências, contradições e combinações de voto do eleitor nortista.

O quarto capítulo trata, especificamente, da relação e associação entre o programa Bolsa Família e o voto do eleitor do Norte do país, a fim de identificar o impacto desta política pública na votação dos municípios da região. Para dar conta de atender os objetivos desta pesquisa, as cidades do Norte são divididas, neste capítulo, ora por sua localização geográfica por Estado, ora pelo porte de cada uma, classificando-as entre grandes, médias e pequenas.

Por meio de análises comparativas entre o resultado das urnas das eleições presidenciais de 2002 e 2006, e utilizando correlações lineares de dados secundários e outras

formulações estatísticas, são demonstradas, nesta parte da pesquisa, as possíveis alterações no comportamento do eleitor da região Norte brasileira com a introdução do programa Bolsa Família no cenário político-eleitoral.

Após o desenvolvimento desta análise, que se constitui em um dos pontos principais desta pesquisa, são elaboradas as considerações finais da dissertação no quinto capítulo. Nele, são apresentadas as conclusões deste estudo e, conseqüentemente, verificadas a testabilidade e falseabilidade das hipóteses da pesquisa, sendo confirmadas ou não a partir da análise empírica realizada. Finalizadas as discussões e expostas as conclusões, o último capítulo é dedicado às referências que possibilitaram, fundamentaram e nortearam o esforço metodológico deste pesquisador na construção deste trabalho científico, que busca contribuir para a expansão e aprimoramento da Ciência Política na região Norte do Brasil.

II. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O sistema partidário e eleitoral brasileiro possui baixos graus de institucionalização e é caracterizado pela pequena regularidade nos padrões e regras de competição eleitoral; por frágeis raízes sociais dos partidos; e por organizações partidárias centradas e dirigidas por líderes personalistas, fruto de um desenho institucional que estabelece a representação proporcional em lista aberta e, conseqüentemente, reproduz a importância dos atributos pessoais dos candidatos na definição do voto (Mainwaring, 2001).

Neste contexto de baixo grau de institucionalização dos sistemas partidário e eleitoral, o Brasil promoveu no ano de 2006 sua quinta eleição presidencial consecutiva, após o período de redemocratização. Os eleitores brasileiros foram às urnas eleger o chefe de um dos Poderes Executivos mais fortes do Ocidente, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 ampliou os poderes do Presidente da República, na medida em que fortaleceu os poderes de patronagem, de agenda e legislativos do chefe do Executivo (Figueiredo e Limongi, 2001). Prerrogativas como a elaboração de projetos orçamentários, a edição de Medidas Provisórias e a possibilidade de governar por decretos, entre outros, comprovam a centralização do poder decisório nas mãos do Presidente da República do Brasil, o que reforça a importância de se estudar o pleito presidencial brasileiro.

2.1. O cenário eleitoral presidencial de 2006

Em 2006, cerca de 100 milhões de brasileiros, sendo destes quase 6,5 milhões residentes na região Norte, compareceram às urnas a fim de escolher os novos representantes para ocupar cargos nos Poderes Legislativo e Executivo do país e de mais 27 Unidades da Federação. Tal como no resto do país, o eleitor do Norte do Brasil teve que escolher o presidente da República entre oito candidatos, sendo que os quatro com maior visibilidade eram: Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL) e Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (Partido Democrático Trabalhista - PDT)⁵.

⁵ Em 2006, disputaram a Presidência da República os seguintes candidatos: Luís Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (PSDB), Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho (PSOL), Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (PDT), Ana Maria Teixeira Rangel (Partido Republicano Progressista - PRP), José Maria Eymael (Partido Social Democrata Cristão - PSDC), Luciano Caldas Bivar (Partido Social Liberal - PSL). Rui Costa Pimenta (Partido da Causa Operária - PCO) teve sua candidatura impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por não ter prestado

Pela segunda vez, desde a aprovação da Emenda constitucional nº 16/97⁶, o eleitorado teve a opção de reeleger o presidente da República. Assim como em 1998, quando Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, o candidato que estava no comando da máquina administrativa – neste caso, Lula – conseguiu êxito nas urnas em 2006, a partir dos cálculos operacionalizados no mercado eleitoral. No primeiro turno da eleição presidencial de 2006, Lula da Silva ficou em primeiro lugar, obtendo 46.662.365 votos – 48,608% –, sendo seguido por Geraldo Alckmin, que conquistou o apoio de 39.968.369 eleitores – 41,635% –, conforme apresenta a tabela 1. Em comparação ao pleito anterior, verifica-se que o candidato do PT teve, no primeiro turno de 2006, uma votação um pouco maior que em 2002, quando o índice obtido pelo petista foi de 46,444%.

Tabela 1: Resultado do 1º turno das eleições presidenciais de 2006, no Brasil⁷

Candidatos	Votos	% Votos válidos
13 – Luís Inácio Lula da Silva	46.662.365	48,608
45 – Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	39.968.369	41,635
50 - Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho	6.575.393	6,850
12 - Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque	2.538.844	2,645
44 – Ana Maria Teixeira Rangel	126.404	0,132
27 – José Maria Eymael	63.294	0,066
17 – Luciano Caldas Bivar	62.064	0,065
Total	95.996.733	100

Como nenhuma candidatura presidencial obteve, no primeiro turno de 2006, mais da metade dos votos válidos sobre a soma da votação dos demais candidatos juntos, os dois mais votados, de acordo com a legislação eleitoral brasileira, tornaram-se aptos para disputar o segundo turno das eleições presidenciais, que encerrou apontando a reeleição do candidato Lula, escolhido para continuar à frente do Palácio do Planalto até 2010.

No segundo turno de 2006, o candidato petista conquistou o voto de 58.295.042 eleitores, o correspondente a 60,827% dos votos válidos. Em contrapartida, Alckmin não conseguiu sequer manter fiel seu eleitorado conquistado no primeiro turno e teve um

contas de sua campanha presidencial em 2002. Por conta disso, seus votos foram considerados nulos.

⁶ Emenda aprovada em 04 de junho de 1997, que dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal, instituindo a possibilidade do Presidente da República, dos governadores do Estado e de prefeitos municipais serem reeleitos por um mandato subsequente.

⁷ Fonte: TSE, 2006

desempenho inferior de um turno para outro, obtendo, no segundo, mais de 2 milhões de votos a menos, uma vez que – conforme mostra a tabela 2 – o candidato tucano obteve 37.543.178 votos – o que corresponde a 39,173%.

Tabela 2: Resultado do 2º turno das eleições presidenciais de 2006, no Brasil⁸

Candidatos	Votos	% Votos válidos
13 – Luís Inácio Lula da Silva	58.295.042	60,827%
45 – Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	37.543.178	39,173%
Total	95.838.220	100

Em termos percentuais, a votação final do petista, em 2006, não sofreu alterações consideráveis, comparando com a eleição presidencial de 2002, na medida em que entre um pleito e outro, o índice de votos válidos de Lula da Silva diminuiu apenas poucos décimos, passando de 61,271% para 60,827%, o que aponta uma votação consolidada do candidato do PT em todo o Brasil.

2.1.1. Perspectivas analíticas da eleição de 2006

Apesar da vitória sem contestação em todo o país, o desempenho qualitativo obtido por Lula, em 2006, nos grandes centros urbanos foi inferior ao pleito eleitoral de 2002, segundo estudos de Nicolau e Peixoto (2007). Enquanto na eleição presidencial anterior, o percentual de votos na candidatura petista crescia à medida que o número de eleitores era maior, em 2006, Lula obteve um melhor resultado nos pequenos municípios, sobretudo naqueles que possuem entre 10.001 e 20.000 eleitores, onde recebeu 54,3% de votos no primeiro turno e 64,2% no segundo (Nicolau e Peixoto, 2007). Já nas cidades com mais de 50.000 eleitores, o candidato do PT viu seu desempenho diminuir em comparação a 2002, como pode ser notado na Tabela 3.

⁸ Fonte: TSE, 2006

Tabela 3: Votação de Lula por faixa populacional dos municípios⁹

População dos municípios	2002		2006	
	1º turno	2º turno	1º turno	2º turno
Até 10.000	42,0%	52,2%	51,6%	61,6%
De 10.001 a 20.000	42,0%	53,5%	54,3%	64,2%
De 20.001 a 50.000	44,9%	57,9%	51,7%	62,2%
De 50.001 a 200.000	48,7%	64,3%	47,1%	59,6%
Acima de 200.000	48,9%	66,9%	45,3%	59,5%
Total	46,4%	61,3%	48,6%	60,8%

O levantamento de Nicolau e Peixoto (2007) revela ainda que, em 2006, Lula teve votação expressiva nos municípios mais pobres do Brasil, isto é, quanto menor o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), maior a votação conquistada pelo candidato do PT. Ou seja, à medida que a situação socioeconômica do município piora, melhor é a votação da candidatura petista, contrastando com os dados de 2002, quando o desempenho do então candidato Lula estava associado à melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano do município.

Isto revela, em 2006, uma mudança na base eleitoral de Lula, em comparação ao processo eleitoral de 2002, tanto no que diz respeito ao contingente eleitoral dos municípios, como também quando é considerada a realidade sócio-econômica das cidades na definição do voto. Acerca dessa mudança nos eleitores da candidatura petista, Marques et al (2009) assinala que “*essa base de apoio, diferente da sua tradicional fundada na organização sindical e nos movimentos sociais, seria dispersa e não organizada*” (2009: p.117).

No processo eleitoral de 2006, chamou atenção, também, o fato de o candidato vencedor não ter conseguido ganhar em mais de 20 Estados, o que aconteceu, pela primeira vez, em uma eleição presidencial após a redemocratização do país. Lula perdeu em 11 Unidades da Federação no primeiro turno (Acre, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo) e em 7 no segundo (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo). Sobre isso, Nicolau e Peixoto (2007) afirmam:

Para além das diferenças estaduais, o pleito de 2006 foi marcado por expressivas diferenças regionais, desconhecidos em eleições presidenciais anteriores. Pela primeira vez, um candidato vitorioso perdeu em todos os estados de uma região (Sul). Em contraste, Lula obteve no Nordeste patamares de votos nunca obtidos por outros candidatos em qualquer região do país em disputas anteriores. (Nicolau; Peixoto, 2007, p. 17)

⁹ Fonte: Nicolau e Peixoto, 2007

Os resultados mostram que Lula teve, em 2006, uma votação concentrada em uma região – Nordeste –, ao contrário de 2002, quando a votação do então candidato à Presidência da República foi bem distribuída, já que a candidatura do PT foi derrotada somente em 3 estados no primeiro turno e apenas em Alagoas no segundo. Esta mudança aponta um novo padrão na distribuição espacial dos votos da candidatura petista, conforme afirmam Soares e Terron (2008), ao analisarem a geografia eleitoral da reeleição de Lula:

(...) os blocos regionais de municípios de alta votação em 2002 perderam a coesão em 2006, tornando-se mais vulneráveis. Desfez-se a hegemonia de Lula em bases geoeleitorais tradicionalmente coesas, como os territórios metropolitanos mais populosos do sul e sudeste e a região de municípios do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. (Soares e Terron, 2008, p. 298)

Como podemos ver, o resultado das urnas em 2006 motivou – em nível nacional e, sobretudo, no plano macro¹⁰ – diversos estudos, na tentativa de explicar alguns elementos como o impacto dos escândalos de corrupção na decisão do voto, a mudança na base eleitoral de Lula, a influência do programa federal Bolsa Família no padrão de comportamento do eleitor em 2006, entre outros fatores.

Uma dessas análises tem sido desenvolvida por Rennó (2007). Motivado pelas estatísticas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), que apontou que 30% dos eleitores indicaram os escândalos de corrupção como o principal tema da campanha de 2006, o autor analisou como o presidente Lula conseguiu se reeleger de forma tranquila e quase no primeiro turno, embora seu primeiro mandato tenha sido marcado por diversas acusações de corrupção, veiculadas sobretudo pela mídia.

Em sua análise, Rennó (2007) considera que fatores como a corrupção podem influenciar a escolha, quando se tratam de candidatos no mesmo espectro ideológico – Lula x Heloísa Helena e Lula x Cristovam Buarque –, mas se tornam secundários em uma disputa entre candidatos ideologicamente distintos – Lula x Alckmin. Como a disputa ficou polarizada entre Lula e Alckmin, o autor aponta que os escândalos de corrupção não foram fundamentais na decisão do voto em 2006. Sobre isso, o autor conclui:

Claramente, os escândalos de corrupção não foram suficientes para levar Lula à derrota. Possíveis lealdades de mais longo prazo, como visões sobre os partidos políticos, além de avaliações retrospectivas e visões sobre a economia tiveram maior importância. (Rennó, 2007, p. 278)

¹⁰ Em nível regional, desconhecemos qualquer pesquisa científica no âmbito da Ciência Política, que tenha se debruçado sobre o comportamento eleitoral no Norte do Brasil no processo eleitoral de 2006.

Almeida (2007a), também, analisa que os escândalos de corrupção não conseguiram alterar o padrão de comportamento político do eleitor em 2006, embora possam ter contribuído para que as eleições não tenham sido finalizadas no primeiro turno.

(...) o segundo turno concretizou eleitoralmente as tendências que vinham se constituindo e se acumulando desde o período pré-eleitoral imediato e mesmo durante todo o governo Lula. O quadro pré-eleitoral, que passou a se consolidar mais favorável a partir do início de 2006, não somente ampliou o espaço de captação direta de votos de Lula da Silva e demais candidaturas petistas, como também, pelo reforço da tendência de vitória, foi de fundamental importância para garantir a viabilização final das amplas alianças da candidatura com outros partidos e setores partidários, recuperando seus apoios em forças políticas mais conservadoras e mantendo suas alianças históricas. (Almeida, 2007a, p. 19)

Nessa mesma linha de análise, Marques et al (2009) minimizam o impacto dos formadores de opinião, principalmente a imprensa escrita e televisiva, no comportamento dos segmentos mais pobres da população.

(...) na medida em que o pleito se aproximava, passou a vigorar a ideia de que Lula não só havia conseguido se dissociar dos escândalos e denúncias, mantendo sua popularidade e imagem junto aos eleitores, como também havia conformado um movimento batizado de 'lulismo', como se as ideias e concepções do presidente 'tivessem via própria', dissociadas do partido e de sua equipe (Marques et al, 2009, p.119).

Sem desconsiderar a relação entre Lula e o PT, Carraro et al (2007), a partir de uma análise econométrica, destaca a política econômica adotada pelo governo federal como fundamental para o sucesso eleitoral da candidatura presidencial petista, pois possibilitou mudanças estruturais, demográficas e educacionais e o desenvolvimento de políticas sociais.

É irônico que seu sucesso eleitoral seja o resultado de políticas econômicas antitéticas às promessas históricas do Partido dos Trabalhadores. Afinal, foi a política monetária conservadora e a maior integração com a economia internacional que ampliaram os ganhos dos mais pobres e permitiram a vitória nas urnas em 2006. (Carraro et al, 2007, p.14)

Carreirão (2007a), no entanto, faz uma análise mais completa. Segundo o autor, a vitória de Lula decorreu da avaliação positiva de seu mandato, fruto das políticas econômica e social bem avaliadas, em especial pelos mais pobres; da ausência de comprovação direta da participação do presidente Lula no escândalo do mensalão; e da compreensão por parte da maioria do eleitorado de que a corrupção é uma prática generalizada no meio político brasileiro. Para o autor, a eleição de 2006 teve um caráter plebiscitário, em que os eleitores

foram intimados a se manifestar a favor ou contra a continuação de Lula à frente da Presidência da República.

Ao concluir sua análise acerca do processo eleitoral de 2006, Carreirão (2007a) resume:

A avaliação predominantemente positiva dos resultados das políticas econômica e social do governo Lula (especialmente entre os segmentos mais pobres) acabou por predominar sobre o desgaste trazidos pelas denúncias de corrupção no governo. A escolha de Alckmin (e não Serra) como candidato do PSDB, a falta de uma proposta alternativa que empolgasse o eleitorado e uma melhor campanha do Presidente (em relação à de Alckmin) reforçaram a vantagem prévia de Lula. (Carreirão, 2007a, p. 113)

Na avaliação de Carreirão (2007b), no pleito presidencial de 2006, a ideologia deixou de ter um peso fundamental, sobretudo pelas semelhanças entre os governos Lula e FHC em questões centrais como o arco de alianças – até certo ponto fisiológico –, a política econômica e projetos de reformas como o da Previdência. Para ele, estes foram alguns dos fatores que contribuíram para a diluição das diferenças ideológicas entre os partidos e, conseqüentemente, para que a correlação entre identificação ideológica e voto passasse de moderada, em 2002, para fraca nos dois turnos da eleição de 2006.

Em um estudo realizado anos antes da eleição presidencial de 2006, Carreirão e Kinzo (2004) mostraram que, entre 1989 e 2002, em torno de 45% dos eleitores tinham preferência por algum partido, sendo que para quase dois terços destes, este fator influenciou a decisão do voto nas eleições presidenciais que aconteceram neste período. Entretanto, ao analisar o pleito de 2006, Carreirão (2007b) nota um cenário diferenciado e revela que essa taxa de preferência partidária diminuiu para cerca de 40%.

(...) após o primeiro mandato do presidente Lula houve, na percepção dos eleitores brasileiros, uma diluição das diferenças ideológicas entre os partidos, redundando numa menor associação entre identificação ideológica e voto na eleição presidencial de 2006, em comparação com a de 2002. (Carreirão, 2007b, p. 330)

2.1.2. A polarização eleitoral PT x PSDB

Embora as diferenças ideológicas possam ter se diluído entre as candidaturas do PT e do PSDB, a campanha eleitoral presidencial de 2006 foi polarizada, eleitoralmente, entre as candidaturas petista e tucana, repetindo, pela quarta vez consecutiva, uma disputa que se vê no cenário político brasileiro desde 1994, quando FHC, sob os embalos do Plano Real, enfrentou e venceu a candidatura de Lula ainda no primeiro turno. De lá para cá, foram duas vitórias para cada lado. O PSDB ganhou as eleições em 1994 e 1998, com Fernando Henrique

derrotando Lula, enquanto que o PT venceu em 2002 e 2006, com a vitória de Lula sobre José Serra e Alckmin, respectivamente.

Porém, em 2006, a disputa presidencial entre as candidaturas de PT e PSDB foi marcada por uma inversão de papéis. De um lado, Alckmin e o PSDB – ora aliados do poder – se viram obrigados a assumir o discurso de oposição, tentando reforçar a idéia de desaprovação das ações do governo. Por outro lado, Lula e o PT participaram das eleições presidenciais em uma condição diferenciada dos processos que haviam disputado anteriormente. Ou seja, do discurso de oposição dos pleitos anteriores, a candidatura do PT concorreu, pela primeira vez, na condição de situação.

Neste cenário político diferenciado das últimas eleições presidenciais, a candidatura do PSDB, enquanto oposição, procurou construir argumentos que passassem para o eleitor a impressão de que, caso voltasse ao poder, implantaria políticas diferentes daquelas que o atual ocupante do cargo estava executando. Uma estratégia difícil, já que, na busca pela sua reeleição, o governo de Lula da Silva procurou maximizar apoios políticos e ocupou redutos eleitorais tucanos, inclusive dando continuidade a uma série de políticas da administração anterior – sobretudo econômicas –, permitindo, assim, que o PT conquistasse grande parte do eleitorado que nos pleitos anteriores seguiam os candidatos do PSDB – vide o apoio de banqueiros e de uma faixa bastante representativa do empresariado brasileiro a Lula.

Na reta final das eleições, a candidatura de Alckmin chegou a apostar suas fichas na veiculação de denúncias de corrupção envolvendo Lula e o PT, buscando, por meio de escândalos midiáticos, construir uma imagem negativa do adversário. Neste sentido, deu amplo espaço em seus programas de rádio e de TV para dois escândalos: a “máfia dos sanguessugas” e a compra e venda do “Dossiê Vedoin”.

Segundo as denúncias da época, a “máfia dos sanguessugas” seria formada por um grupo de parlamentares que utilizava, de forma irregular, recursos do Orçamento Geral da União para a compra superfaturada de ambulâncias. O esquema desviou dos cofres públicos cerca de R\$ 110 milhões, na compra de mais de 1.000 ambulâncias para prefeituras de seis estados do país. Já o escândalo do Dossiê Vedoin estourou quando militantes ligados ao candidato do PT ao Governo de São Paulo, Aloísio Mercadante, e ao presidente nacional da sigla, Ricardo Berzoini, foram presos com R\$ 1,7 milhão. O montante seria utilizado para a compra de um dossiê do empresário Luiz Antonio Vedoin, que mostrava imagens do então candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, em cerimônias de entrega de ambulâncias promovidas pela Planam – empresa que integrava a “máfia dos sanguessugas”.

Os escândalos – sobretudo o envolvendo o Dossiê Vedoin que estourou às vésperas da votação do primeiro turno – derrubaram Ricardo Berzoini da coordenação da campanha de Lula, podem ter contribuído para a existência de um segundo turno, mas não impediram a derrota de Geraldo Alckmin, que conseguiu a proeza de obter no segundo turno quase 2,5 milhões de votos a menos do que conquistou no primeiro, enquanto que Lula, de um turno para o outro, teve um crescimento de cerca de 11.630 milhões de votantes.

A partir dos cálculos que operou no mercado eleitoral e objetivando conquistar a reeleição, o governo Lula, desde os primeiros meses de mandato, procurou ampliar o apoio político e firmou uma extensa base de apoio no Congresso Nacional, passando de políticos ligados à Ditadura Militar a parlamentares ex-guerrilheiros. O PT, por sua vez, enquanto partido do poder, preparou o terreno para sua permanência no centro decisório do país, expulsou militantes indesejados à cúpula da legenda¹¹, abandonou bandeiras históricas e fez movimentações em direção ao eleitorado que, anteriormente, considerava de direita. Ou seja, guiou suas ações visando à maximização dos votos e tratou as políticas como meio para alcançar esse fim.

Como a meta de todo governo é permanecer no poder e, para isso, manipula as políticas governamentais em busca de maximizar apoio político e votos (Downs, 1999), uma das tarefas da administração do PT era fazer o eleitor ter consciência da renda de utilidade proporcionada pelo governo, pois, de acordo com a racionalidade econômica de Downs, cada cidadão escolhe a alternativa que lhe trará maiores benefícios e menores gastos de recursos escassos. Assim como em 1994, quando o PSDB conseguiu fazer com que os eleitores tivessem consciência dos benefícios do Plano Real, garantindo a vitória de FHC, em 2006, a candidatura de Lula escolheu o programa federal de transferência de renda Bolsa Família como a renda de utilidade a ser apresentada aos eleitores, na tentativa de garantir votos e a permanência no poder.

2.2. Definição do objeto de pesquisa

Criado ainda no primeiro ano de mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio da Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, que depois foi convertida na Lei

¹¹ Em dezembro de 2003, o Diretório Nacional do PT expulsou a então senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais João Batista Babá (PA), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS) por terem votado contra a Reforma da Previdência, no Congresso Nacional, e por possuírem posicionamentos críticos ao arco de alianças do partido e à política econômica do governo Lula.

10.836, de 9 de janeiro de 2004, o programa federal Bolsa Família é uma política pública¹² nacional de transferência de renda direta para famílias brasileiras que se encontram em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00¹³), com crianças de 0 a 15 anos.

Embora tenha sido criada no governo Lula, a iniciativa resulta da unificação dos programas de complementação de renda: Bolsa Escola Federal, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, que já existiam na administração de Fernando Henrique Cardoso, mas funcionavam de forma dispersa, fazendo com que o recurso utilizado fosse fracionado, não tendo o alcance social que possui atualmente.

Segundo a Presidência da República, os objetivos do programa Bolsa Família são: promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; e combater a pobreza e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público¹⁴.

Em 2006, os valores pagos pelo Bolsa Família variavam de R\$ 18,00 a R\$ 112,00, dependendo da renda mensal por pessoa de cada família e do número de crianças, gestantes e mulheres que amamentam. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os benefícios financeiros estão classificados em:

Básico: no valor de R\$ 58,00, concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa, independentemente da composição familiar; Variável: no valor de R\$ 18,00, para cada criança ou adolescente de até 15 anos, no limite financeiro de até R\$ 54,00, equivalente a três filhos por família. (MDS, 2007)

Para receber a Bolsa e os benefícios dela decorrentes, cada família precisa cumprir alguns deveres, que são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, como o calendário de vacinação, para as

¹² Segundo Ruy (1997), políticas públicas “compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”, revestidas da autoridade soberana do poder público. De acordo com esse conceito básico, o programa federal Bolsa Família pode ser considerado uma política pública, pois é muito mais do que uma escolha dentre várias alternativas – decisão política –, já que requer uma gama de ações estrategicamente selecionadas para implantar as decisões tomadas.

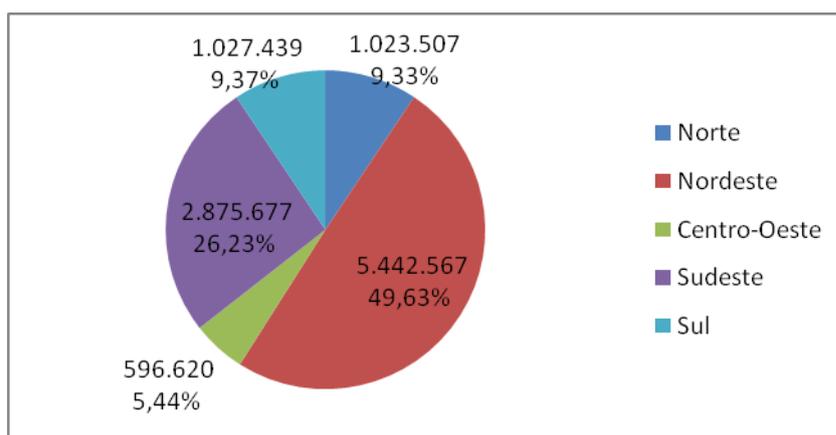
¹³ Faixa de renda exigida pelo governo federal, em 2006, para integrar o Programa Bolsa Família. De lá para cá, os valores passaram por algumas mudanças.

¹⁴ Ver Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentou a Lei 10.836 e apresentou novas alterações no desenho institucional do Bolsa Família, passando o programa a ser administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e não mais por uma Secretaria Executiva vinculada à Presidência da República.

crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

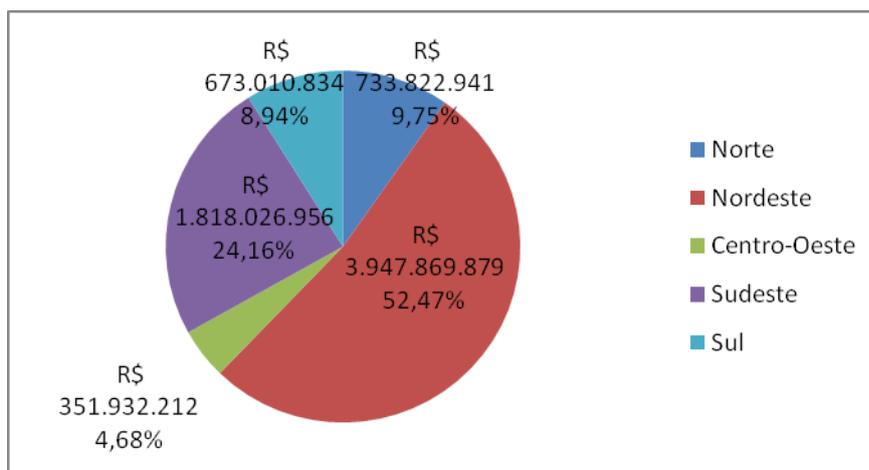
De acordo com dados do MDS, responsável pelo programa, o Bolsa Família atendeu, no ano de 2006, 10.965.810 famílias brasileiras¹⁵, envolvendo um volume de recursos de R\$ 7.524.662.822, destinados a transferência direta de renda às famílias. A região com maior concentração de bolsas foi o Nordeste, com 5.442.567 famílias beneficiadas, o que equivale a quase metade do número de atendidos pelo programa em todo o Brasil. O Estado da Bahia foi a Unidade da Federação do país com mais famílias atingidas por esta política social, com 1.391.245 benefícios. Na região Norte, a quantidade de famílias que recebem a Bolsa é de 1.023.507, o que corresponde a 9,33% do total de todo o país, conforme o gráfico 1. Em âmbito regional, o Pará foi o Estado com o maior número de atendidos com 506.444 famílias.

Gráfico 1: Total de famílias beneficiadas por região



Em termos de montante financeiro disponibilizado pelo programa Bolsa Família, o Nordeste obteve mais da metade dos recursos destinados pelo governo federal, recebendo, via transferência direta, R\$ 3.947.869.879, o que equivale a 52,47% do volume total de verbas do programa em 2006, conforme atesta o gráfico 2. Para o Norte, foram disponibilizados R\$ 733.822.941 em recursos, o correspondente a 9,75% do montante total. Na região, o Pará foi o Estado que mais recebeu verbas do Bolsa Família, obtendo o valor de R\$ 370.230.625. O Centro-Oeste obteve 4,68% das verbas do programa; o Sudeste 24,16%; e o Sul 8,94%.

¹⁵ Dados secundários coletados em pesquisas junto ao MDS.

Gráfico 2: Volume de recursos do Bolsa Família por região

Com tamanho investimento financeiro, são comuns as denúncias de fraudes envolvendo os recursos do Bolsa Família, que muitas vezes são desviados para pessoas que não atendem as condicionalidades do programa. O fato desta política pública ser operacionalizada pelas Prefeituras Municipais pode facilitar a ocorrência de irregularidades. Porém, este não é o objetivo desta pesquisa. Portanto, neste trabalho não buscaremos encontrar respostas e/ou motivos para justificar a existência de fraudes envolvendo os benefícios do programa.

Sendo assim, nota-se, então, que o Bolsa Família tem um enorme alcance social, envolve grande parte da população brasileira e influencia diretamente nas relações político-econômica e sociocultural do país, sobretudo nos processos eleitorais. Se formos multiplicar o número de bolsas pela quantidade de pessoas em cada família – a média do IBGE é de 4,4 pessoas por família –, verifica-se que o programa atinge diretamente quase um quarto da população brasileira¹⁶. Assim, esta política pública tornou-se um elemento expressivo na disputa eleitoral de 2006, com indicativos que podem nos levar a considerá-lo como o principal cabo eleitoral do presidente Lula na busca por sua reeleição, na medida em que materializou a presença de sua candidatura em uma quantidade considerável de domicílios.

Desde sua criação até o final do primeiro mandato de Lula, os recursos do Bolsa Família cresceram 13 vezes, em uma demonstração clara do papel decisivo do aparato institucional do governo na reeleição do candidato do PT, ainda mais que a análise da distribuição de verbas do programa mostra que o Executivo federal destinou recursos para as áreas mais frágeis eleitoralmente em 2002, principalmente na região Nordeste do país.

¹⁶ De acordo com as últimas estimativas do IBGE, a população brasileira é de 187,2 milhões de pessoas.

Para diversos estudiosos, o Bolsa Família foi decisivo na alteração do padrão de comportamento dos eleitores em 2006. Marques et al (2009), ao discutirem o papel desta política social na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006, chegam a conclusão de que quanto mais abrangente a cobertura do programa, em relação à população geral, maior foi a votação de Lula.

(...) mais do que uma percepção de uma política governamental, as famílias beneficiárias e seu entorno vêem o PBF [Programa Bolsa Família] como algo concreto, que alterou sua condição de vida. O presidente Lula, ao levar essa política para os municípios brasileiros e ao introduzir, no interior do PBF, um componente fixo, sem condicionalidade que não a pobreza, assegurou uma ampla base de apoio eleitoral. (Marques et al, 2009, p. 131)

Na análise de Soares e Terron (2008), o programa introduziu um novo padrão na distribuição de votos, proporcionando um deslocamento – tanto geograficamente como socialmente – na base eleitoral de Lula da Silva. De acordo com os autores, o impacto deste benefício “*na renda local foi um determinante deste novo contorno das bases geoeleitorais e o fator com maior peso na votação municipal (Soares e Terron, 2008, p. 298).*

A associação entre a votação de Lula da Silva e os gastos do Bolsa Família pode ser confirmada a partir da análise dos investimentos desta política pública regionalmente. Conforme apresentado no gráfico 2, a região que recebeu mais recursos do programa foi o Nordeste, justamente a área que deu o maior percentual de votos para o candidato do PT. No primeiro turno, Lula obteve uma média de 63,45% dos votos válidos nos nove estados da região, bem acima do percentual nacional que foi de 48,60%. Já no segundo turno, Lula obteve nos estados nordestinos a média de 74,13%, enquanto que nacionalmente o índice obtido foi 60,82%.

Por outro lado, nas duas regiões onde o investimento financeiro do Bolsa Família foi menor – Centro-Oeste e Sul –, a candidatura do PT saiu derrotada no primeiro turno em todos os Estados. Já no segundo, Lula conseguiu reverter seu desempenho em duas Unidades da Federação do Centro-Oeste – Distrito Federal e Goiás –, mas manteve a derrota nos estados do Sul.

Esses números indicam que Lula obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos *per capita* do Bolsa Família. Para os que ainda duvidavam dos efeitos do programa no sucesso eleitoral de Lula os números são contundentes. (Nicolau; Peixoto, 2007, p. 21)

No entanto, as afirmações de Marques et al (2009), Soares e Terron (2008) e Nicolau e Peixoto (2007) são contestadas pelas análises econométricas de Carraro et al (2008). Embora concordem com o fato de Lula da Silva ter tido um melhor desempenho entre os municípios menos desenvolvidos do Brasil, Carraro et al discordam da robustez do impacto positivo do programa Bolsa Família na votação do candidato do PT. Para eles, a reeleição de Lula da Silva deve-se, sobretudo, à fatores econômicos decorrentes de mudanças estruturais na economia mundial, do que à políticas públicas do governo petista.

Por mais que o PBF sinalize aos recebedores esse compromisso, seria pouco crível que Lula teria um desempenho eleitoral semelhante, caso a economia estivesse estagnada, com inflação alta ou concentrando renda. (Carraro et al, 2008, p.14)

Apesar das diferentes perspectivas de análises sobre as eleições presidenciais de 2006, é inegável que a implantação do programa Bolsa Família no Brasil se torna uma variável abrangente e relevante na avaliação do cenário eleitoral e do resultado das urnas, o que motiva questionamentos basilares para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.3. Perguntas

A partir do cenário diferenciado das eleições presidenciais de 2006, da necessidade de análises científicas sobre como o eleitor da região Norte se comportou no pleito e dos estudos citados que mostram a relevância do Bolsa Família no processo de tomada de decisão do voto, esta pesquisa busca responder aos seguintes questionamentos, sendo um central e dois específicos:

Central: Diante da existência de uma candidatura à reeleição, de um contexto eleitoral marcado por escândalos de corrupção, da abrangência do programa Bolsa Família e do montante de recursos disponibilizado pelo governo federal, qual o impacto desta política pública de transferência de renda na decisão do voto, na região Norte, na eleição presidencial de 2006?

Específica 1: É possível verificar uma associação direta entre os recursos do Bolsa Família e o voto do eleitor da região Norte?

Específica 2: A votação de Lula foi equilibrada em todos os municípios da região, ou o candidato saiu vitorioso apenas nas cidades com maiores investimentos do programa?

Tais perguntas refletem a relevância dos estudos sobre decisão do voto na agenda contemporânea da ciência política, pois além de instigar uma análise cuidadosa acerca do impacto de políticas sociais no comportamento do eleitor, irão atender a necessidade científica

de serem desenvolvidas, na região amazônica, pesquisas que busquem compreender a relação complexa entre candidatos, partidos e eleitores, e os cálculos operacionalizados por estes no mercado eleitoral.

2.4. Hipóteses

Central: O programa Bolsa Família foi o mais eficiente cabo eleitoral de Lula, na eleição presidencial de 2006, na região Norte do país, pois seus investimentos foram traduzidos em votos, na medida em que a candidatura petista conseguiu fazer com que os eleitores tivessem consciência da renda de utilidade proporcionada pelo governo, embora tais benefícios fossem limitados.

Periférica 1: O candidato Lula não obteve uma votação equilibrada – do ponto de vista geográfico e socioeconômico – na região Norte, haja vista que seu desempenho eleitoral esteve acima da média nos municípios mais pobres, onde a presença do Bolsa Família é mais forte, em contraponto à ausência de políticas públicas estruturantes. Por outro lado, nas cidades onde a incidência de pessoas beneficiadas por esta política social é fraca, Lula não foi tão bem sucedido.

Periférica 2: É possível construir na região Norte um padrão de comportamento do eleitor caracterizado por uma combinação e coexistência pacífica entre uma racionalidade pragmática e uma racionalidade por valores, sendo que em períodos de baixa mobilização social, emocional e ideológica – como na eleição presidencial de 2006 – é predominante um voto racional pragmático, tendo os recursos do programa Bolsa Família influenciado o padrão de comportamento do eleitor.

A testabilidade e a falseabilidade das hipóteses estão fundamentadas na metodologia de Karl Popper (apud Dias, 1972), que considera que as teorias científicas são passíveis de refutação ao serem testadas por meio de experiência empírica. Nessa linha de análise, tais hipóteses devem ser encaradas como produtos de um pensamento racional crítico, sujeitas a fracassos e limitações, e entendidas como tentativas válidas de resolução de um problema. Assim, a apresentação das hipóteses deste projeto busca encontrar explicações para uma temática contemporânea da agenda da Ciência Política – neste caso, a influência de um programa social na decisão do voto do eleitor.

2.5. Objetivos

Geral: Analisar o impacto do programa Bolsa Família na decisão do voto, na eleição presidencial de 2006, nos municípios da região Norte do Brasil.

Específico 1: Indicar tendências de voto dos eleitores do Norte, na perspectiva de construir um padrão de comportamento do eleitor da região;

Específico 2: Avaliar a influência das políticas públicas na formação de opinião e no comportamento do eleitor;

Específico 3: Contribuir para o aprimoramento e para o avanço na região Norte de estudos científicos relacionados ao comportamento eleitoral, bem como fornecer elementos para que partidos políticos e candidatos definam melhor suas estratégias de campanha.

2.6. Metodologia

2.6.1. Aspectos teóricos e epistemológicos

Estudar o comportamento eleitoral e examinar como os atores políticos fazem suas escolhas institucionais perpassa, em primeiro lugar, por analisar a contribuição de diversos teóricos e seus modelos explicativos da decisão do voto. Da avaliação psicológica atitudinal à racionalidade econômica, passando pela sociologia política, inúmeros e diversos são os estudos que fornecem elementos para uma melhor compreensão dos motivos que levam os eleitores a depositarem seus votos em determinados candidatos.

Neste trabalho, para facilitar a compreensão das estratégias utilizadas e dos cálculos realizados por governos, partidos, candidatos e votantes nos processos eleitorais, iremos balizar nossa abordagem a partir de três vertentes teóricas que estudam o comportamento do eleitor: 1) O modelo Michigan de decisão; 2) A sociologia política e; 3) A teoria da escolha racional.

Vale destacar que a centralidade deste estudo não é discutir qual a teoria mais acertada, tampouco é utilizar os resultados das eleições de 2006 para transformar qualquer perspectiva analítica como uma teoria universalizante. Pretende-se, a partir de uma análise das contribuições, críticas e limitações de cada modelo, fundamentar este estudo, a fim de dar conta de explicar os impactos do programa federal Bolsa Família na decisão do voto, na eleição presidencial de 2006, na região Norte do Brasil.

2.6.1.1. O modelo Michigan de decisão do voto

Conhecida como modelo Michigan de decisão, devido ter sido elaborada no final dos anos 50 por pesquisadores da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, a teoria psicológica do comportamento do eleitor parte do pressuposto de que o instrumento de análise é a atitude individual, considerada a fonte original de informação e a única base legítima para tirar conclusões acerca do que move os eleitores em direção ao voto. Este modelo, cuja maior expressão é a contribuição de Campbell (1965), não está aprisionado a identidades culturais e compreensões de grupos ou classes sociais, tampouco é dependente das relações mercadológicas.

Embora não seja nenhum entusiasta da teoria psicológica de Michigan, Figueiredo (1991), ao elencar as análises explicativas do comportamento eleitoral, assim argumenta quando cita Converse (1965), um dos formuladores da teoria psicológica de Michigan:

(...) o poder explicativo dessa teoria reside no fato de que, uma vez formadas, as atitudes, opiniões e idéias a respeito do mundo social são relativamente estáveis no tempo; mais importante ainda, tendem a inter-relacionar-se com outras que sejam logicamente consistentes com as anteriores. (Figueiredo, 1991, p. 23)

Para os pesquisadores do modelo psicológico, a decisão do voto resulta de um complexo acervo de causalidade, pois significa uma avaliação de como o “mundo social” atua no indivíduo (Campbell, 1965). Nessa linha de análise, três variáveis são consideradas fundamentais na decisão do voto: a identidade dos indivíduos, as opiniões dos eleitores sobre política e a imagem dos candidatos. A identidade é um elo estável entre o eleitor e o mundo da política, indicando suas preferências e seu modo de ver o meio político.

Assim, na teoria dos estudiosos de Michigan, variáveis sociológicas, históricas e econômicas possuem uma influência marginal no comportamento eleitoral, já que na concepção destes teóricos, o ato de votar resulta de forças atitudinais, tendo como unidade central de análise o indivíduo e suas identidades.

Por conta das lacunas que apresenta e por desconsiderar variáveis como a institucionalidade, a estrutura partidária e as políticas governamentais entre os fatores que influenciam o comportamento do eleitor, a teoria psicológica do comportamento eleitoral encontra resistências entre os estudiosos da Ciência Política, que preferem pautar suas análises ora a partir de uma visão sociológica, ora a partir da racionalidade econômica, e ora através da coexistência das duas vertentes. Até porque, como mostra Przeworski (1988),

reduzir a explicação da decisão do voto às atitudes individuais não se mostra suficiente, já que a escolha e o comportamento das pessoas dependem da escolha e do comportamento do grupo social, isto é, da totalidade das relações sociais.

2.6.1.2. A sociologia política e a decisão do voto

As análises sociológicas que interpretam a decisão do voto partem do pressuposto de que o comportamento político não é uma atividade autônoma, nem tampouco é resultado de características individuais inalteráveis. Logo, de acordo com essa linha de análise, a decisão do voto deve ser analisada no contexto social em que o eleitor vive, já que o comportamento político está ligado às representações sociais da política e à interação que o indivíduo possui com seu mundo social.

Ao contrário do modelo psicológico de decisão do voto, os teóricos do modelo sociológico defendem que não são as atitudes individuais que dinamizam a política, mas sim os coletivos sociais, haja vista que o ato individual não é socialmente isolado, pois deriva da interação social. É justamente essa interação social que dá origem a identidades e forma opiniões, cujo grau de compartilhamento depende do grau de coesão do grupo ou da classe social.

Na análise de Lazarsfeld (1954), qualquer estudo sobre o comportamento eleitoral não pode estar voltado, exclusivamente, para explicar as definições atitudinais dos indivíduos, pois as decisões devem ser entendidas dentro dos grupos sociais. Ou seja, para os teóricos deste modelo, o comportamento eleitoral é condicionado aos tempos históricos e aos espaços sociais.

Na avaliação de Almeida (2007b), o comportamento eleitoral é melhor compreendido como um comportamento social:

Mesmo quando as decisões possam ser entendidas como puramente individuais, elas sempre refletem de algum modo as representações sociais da política e outras representações sociais (morais, culturais, religiosas, identitárias) que possam ter influência sobre o comportamento político de modo geral e as decisões de caráter eleitoral no estrito senso. (Almeida, 2007b, p.16 e 17)

Embora não desconsidere a influência dos interesses econômicos, a teoria sociológica centraliza sua análise na cultura política e na racionalidade por valores na definição do voto dos eleitores, pois considera que mudanças sociais, políticas e culturais são responsáveis pela alteração das preferências dos eleitores e pela lógica que orienta suas decisões.

Apesar de ser um teórico da racionalidade econômica, Figueiredo (1991), ao abordar o modelo sociológico, explica:

(...) as teorias sociológicas formulam seus modelos explicativos de participação política postulando que as formas e a natureza das organizações e interações políticas são uma função do estágio de desenvolvimento social e econômico da sociedade em questão. (Figueiredo, 1991, p. 49)

Assim, o grau de organização social tem um papel fundamental neste modelo, conforme complementa:

No processo de formação de identidades sociais, os partidos políticos, as organizações religiosas, sindicais, de bairro ou em defesa de qualquer coisa, concorrem entre si ou fazem alianças e acordos, para representar e promover os interesses das comunidades ou de segmentos específicos delas. (Figueiredo, 1991, p. 56)

No modelo sociológico, mudanças de comportamento eleitoral são explicadas pelas transformações estruturais na conjuntura em que o eleitor vive. Esta conjuntura pode ser definida como política ou social. A primeira é referente à institucionalização do sistema político e às interações políticas institucionalizadas. A segunda refere-se à estrutura e organização da vida social.

Mas o modelo sociológico encontra críticas, sobretudo de estudiosos pautados pela racionalidade econômica. Para eles, a teoria formulada pela sociologia política é circular e sem respostas, pois se limitaria a explicar o comportamento eleitoral, a partir de uma lógica dialética em que o eleitor não sobrevive sem o político e vice-versa (Figueiredo, 1991). Ou seja, na afirmação de teóricos da escolha racional, a única resposta encontrada pelos sociologistas para explicar, por exemplo, o clientelismo e a venda de votos por parte de eleitores, seria o fato de existirem políticos clientelistas que tenham interesses em comprar os votos. É neste ponto, acima de tudo, que a teoria sociológica, na avaliação dos economicistas, se mostra frágil e repetitiva, não conseguindo explicar os diferentes motivos que influenciam a decisão dos eleitores.

2.6.1.3. A teoria da escolha racional

Antes de qualquer análise sobre as contribuições dos estudiosos que interpretam o comportamento eleitoral sob a ótica da racionalidade econômica, é necessário algumas explicações, a fim de evitar confusões, sobretudo no que diz respeito à nomenclatura empregada a esta teoria: o termo racional.

Quando os economistas deste modelo analisam o comportamento eleitoral como fruto de uma escolha racional, não se referem a sujeitos desprovidos de emoções ou sem preconceitos, tampouco designam indivíduos que tomam suas decisões movidos, exclusivamente, pela razão e por pensamentos lógicos. Os atores políticos do modelo econômico de decisão do voto são designados como “racionais”, pelo fato de que são movidos em direção a suas metas, sejam elas macro ou micro, e suas ações são voltadas para atingi-las. Para tanto, procuram utilizar o caminho mais fácil ou aquele que despenda a menor quantidade de custos possíveis, sejam eles financeiros, de tempo, de informação ou outro desvio de recurso escasso de algum uso de produção de utilidade.

Farejohn e Pasquino (2001) contribuem para a melhor compreensão daquilo que estudos do comportamento eleitoral definem como ação racional:

(...) convencionalmente, um ato racional é um ato que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e os seus desejos. Atos racionais maximizam preferências ou desejos, dadas determinadas crenças. Colocado de outra forma, a racionalidade requer que crenças, desejos e ações se relacionem de uma forma particular. (Farejohn e Pasquino, 2001, p. 7)

Podemos considerar, então, a escolha racional como a busca de encontrar os melhores meios para atingir os fins esperados, ou seja, escolher a melhor forma de se adaptar otimamente às circunstâncias, como define Elster (1994):

A escolha racional é instrumental: é guiada pelo resultado da ação. As ações são avaliadas e escolhidas não por elas mesmas, mas como meios mais ou menos eficientes para um fim ulterior. (Elster, 1994, p. 38)

Ao considerar que o comportamento individual é uma resposta ótima às condições de seu meio e ao comportamento de outros atores, a teoria da escolha racional se pauta pelo individualismo metodológico, pois explica os fenômenos sociais a partir das coerções impostas aos indivíduos, haja vista que considera a ação individual como uma adaptação ótima ao ambiente institucional, na medida em que as instituições e suas regras determinam o comportamento dos atores (Tsebelis, 1998).

Uma explicação bem-sucedida da escolha racional descreve as instituições prevalecentes e contextos existentes, persuadindo o leitor de que a ação empreendida era a melhor e de que ele teria adotado o mesmo procedimento na mesma situação. (Tsebelis, 1998, p. 56)

A partir desta compreensão e desfeita qualquer confusão, podemos analisar as contribuições do modelo racional de decisão do voto, sobretudo no que se refere aos estudos de teóricos pioneiros na área, como Downs (1999). Os estudiosos desse modelo partem da premissa de que o processo eleitoral não é uma simples escolha baseada em identidades culturais ou ideológicas, mas uma relação complexa de custos e benefícios, ou seja, um cálculo que expõe a racionalidade pragmática do cidadão na hora de tomar sua decisão. Isto é, enquanto a teoria sociológica está voltada para analisar os determinantes de nível macro, o modelo racional destaca os fatores micros.

Assim, a teoria da escolha racional analisa o processo político-eleitoral a partir de uma perspectiva individual metodológica, para identificar os cálculos que os governos, os partidos e os eleitores utilizam, em circunstâncias variadas, para tomar suas decisões, utilizando as ações que exigem a menor aplicação de recursos escassos. Em suas análises, Downs (1999) destaca: as práticas do governo para conseguir a reeleição e aumentar sua base de apoio político; as estratégias dos partidos para captar votos; e as decisões dos eleitores sobre como votar e influenciar na formulação de políticas governamentais.

Segundo ele, na democracia contemporânea, o objetivo central das eleições é selecionar um governo. Partindo desta constatação, ele afirma:

Nosso modelo se baseia no pressuposto de que todo governo procura maximizar o apoio político. Presumimos ainda que o governo existe numa sociedade democrática em que se façam eleições periódicas, que seu objetivo é a reeleição, e que a eleição é o objetivo daqueles partidos agora alijados do poder. (Downs, 1999, p. 33).

No modelo de Downs (1999), os políticos são movidos pelo desejo de poder, prestígio e renda e, para atingir essa meta, precisam estar no comando do governo. Por isso, de acordo com o economista, os partidos governantes e suas bases de apoio manipulam políticas e agem de modo a garantir mais votos:

(...) a principal meta de todo partido é ganhar as eleições. Assim, todas as suas ações visam à maximização dos votos e ele trata as políticas simplesmente como meio para alcançar esse fim. (Downs, 1999, p. 56)

Ao tratar da lógica básica do voto, Downs (1999) considera que a tomada de decisão dos eleitores é baseada nos benefícios que estes obtêm, a partir das ações governamentais. Sobre isso, ele assinala:

Diante de diversas alternativas mutuamente exclusivas, um homem racional sempre escolhe aquela que lhe traz a maior utilidade, *ceteris paribus*; isto é, ele age para seu próprio e maior benefício. (Downs, 1999, p. 57)

Seguindo essa constatação, Downs (1999) argumenta que os diferentes governos têm como estratégia política fazer com que os eleitores percebam que estão sendo favorecidos pelas ações do poder público, pois somente os benefícios dos quais se tornam conscientes influenciam na decisão do voto, já que cada cidadão escolhe a alternativa que lhe trará uma maior renda de utilidade. Sinteticamente, a lógica básica do voto relatada por Downs (1999) é a seguinte:

Os homens racionais não estão interessados na política *per se*, mas em suas próprias rendas de utilidade. Se suas rendas de utilidade presentes são muito baixas a seus próprios olhos, eles podem acreditar que quase qualquer mudança a ser provavelmente feita aumentará suas rendas. Nesse caso, para eles, é racional votar contra o partido no poder, isto é, a favor da mudança em geral. (Downs, 1999, p. 63)

O autor ainda completa:

Por outro lado, os homens que estão se beneficiando das políticas do partido no poder podem sentir que a mudança provavelmente os prejudicará ao invés de ajudá-los. É verdade que a oposição poderia introduzir novas políticas que aumentariam suas rendas de utilidade. Mas suas rendas já são tão altas que eles temem qualquer interrupção na continuidade das políticas atuais. Assim, votam a favor do partido do poder, isto é, contra a mudança em geral. (Downs, 1999, p. 63)

Porém, a incerteza e a falta de informação podem impedir o eleitor de agir da forma como foi descrita acima. Se não há conhecimento prévio, por exemplo, da renda de utilidade proporcionada pelo governo, logicamente, o eleitor pode votar contra quem está no poder e vice-versa. Por isso, Downs (1999) baseia sua teoria democrática em duas dimensões: a tomada de decisão do voto relacionada com o custo de informação. Ou seja, o autor avalia que para tomar decisões racionais, um homem necessita de informação e a busca dessa informação tem um determinado custo. Segundo ele, quanto mais informação aquele que toma decisão obtém, mais confiante em tomar a decisão certa ele se torna.

A tomada de decisão é um processo que consome tempo e outros recursos escassos; desse modo, deve-se praticar economia na determinação de quantos recursos serão empregados nele. Esse fato força os que tomam decisões a selecionar apenas parte da informação total disponível para uso ao fazer escolhas. (Downs, 1999, p. 238)

Ao fazer sua escolha, o cidadão necessariamente tem que selecionar os dados, utilizando regras para determinar o que fazer ou não, tendo claro o objetivo que quer atingir.

Assim, tendo a informação como meio a chegar à finalidade pretendida, as pessoas selecionam uma quantidade “x” de informação da grande oferta de dados, utilizando apenas as informações que julgam importantes para a sua tomada de decisão. Considerando isso e partindo da análise que todo relato é puramente objetivo de qualquer situação ou acontecimento, Downs (1999) aponta uma outra dificuldade no processo de decisão do voto, ao constatar que toda informação é tendenciosa, já que é uma seleção de dados, a partir de uma vasta quantidade existente.

Na mesma linha teórica de Downs (1999), encontra-se Figueiredo (1991), que ao elencar as diversas teorias explicativas de decisão do voto, defende o individualismo metodológico da teoria da escolha racional, ao afirmar que estratégias eleitorais modificam tendências individuais e não coletivas. Com isso, aponta lacunas na teoria marxista e sociológica que, segundo ele, se mostra limitada por indicar somente o materialismo histórico, a posição social e de classe como fatores explicativos do comportamento eleitoral. Assim ratifica sua observação:

Para esta teoria, o que importa é o que leva o indivíduo à ação: o eleitor compara o que ele gostaria que estivesse acontecendo com o que está de fato acontecendo e, retrospectivamente, avalia o desempenho dos governantes. Em seguida, avalia quais dos postulantes têm melhores (ou mais) condições de oferecer políticas que atendam aos interesses que ele quer ver contemplados, avaliando prospectivamente os postulantes. (Figueiredo, 2001, p. 87)

Por outro lado, avaliar os postulantes a partir de seus atributos pessoais não pode ser considerado irracional ou pautado pelo calor da emoção ou “carisma” do candidato (Carreirão, 2001), pois o processo de decisão do voto tem um determinado custo, que nem sempre o eleitor pode gastar. Como não tem condições de arcar com o conjunto de exigências que um voto ideológico requer, é mais racional para o eleitor utilizar o conhecimento prévio e os atributos pessoais do candidato para balizar sua escolha eleitoral, procurando maximizar seus benefícios, a partir das informações a que teve acesso e dos custos que consegue gastar.

2.6.1.4. A racionalidade e os limites do individualismo metodológico

Mas a teoria da escolha racional também encontra limitações. O próprio Tsebelis (1998) que defende esta linha teórica como a melhor abordagem de análise científica, reconhece que nem todos os fenômenos sociais encontram sua melhor explicação nesta perspectiva analítica.

À medida que os objetivos dos atores tornam-se confusos, ou à medida que as regras da interação tornam-se mais fluídas e imprecisas, as explicações de escolha racional irão tornar-se menos aplicáveis. (Tsebelis, 1998, p. 45)

Elster (1994), também, não considera as análises racionais como um mecanismo infalível, pois os atores podem escolher apenas aquilo que crêem como o melhor meio, porém, suas crenças podem ser equivocadas.

A pessoa pode deixar escapar algumas oportunidades ou tropeçar por engano. Não apenas errar é humano: pode ser mesmo racional fazê-lo, se acontecer de todos os indícios apontarem na direção errada. (Elster, 1994, p. 41)

No entanto, tais críticas são brandas, se considerarmos as limitações apontadas por estudiosos do modelo sociológico. É o caso de Pzeworski (1988) que, apesar de aceitar as contribuições do individualismo metodológico da teoria da escolha racional, aponta algumas objeções a este modelo de decisão do voto, pois, segundo o autor, as preferências individuais são constantemente moldadas pela sociedade:

Essas objeções enquadram-se em três categorias básicas: as preferências não são universais nem estáveis, mas contingentes a condições, portanto, alteram-se historicamente; o interesse próprio é uma caracterização inadequada das preferências, pelo menos para algumas pessoas; e sob determinadas condições a ação 'racional' não é possível, mesmo que os indivíduos sejam 'racionais'. (Pzeworki, 1988, p. 8)

Castro (2002), também aponta críticas à teoria da escolha racional, pois para ela, este modelo se mostra limitado, na medida em que procura explicar o comportamento do eleitor somente a partir da individualidade metodológica e da autonomia em relação ao contexto social. Por isso, aponta alguns questionamentos:

(...) por que não levar em conta também as características demográficas, sociais e culturais que configuram os diferentes contextos do eleitor? Por que não considerar que fatores sociais e culturais também fazem variar os objetivos dos eleitores, assim como os meios à sua disposição, as recompensas e os custos que esperam ter em função de determinados cursos de ação escolhidos? (Castro, 2002, p. 20)

Ao analisar o comportamento do eleitor, Almeida (2007a) é mais enfático ao apontar objeções ao individualismo metodológico da teoria da escolha racional. Para ele, o modelo econômico de decisão do voto explica apenas parte dos fenômenos do comportamento político e eleitoral, pois, por mais que as pessoas ajam de forma mais individualista do que coletivista, elas se relacionam com a conjuntura política e suas representações sociais. Na análise de Almeida, o comportamento eleitoral pressupõe a existência de uma combinação da

racionalidade por valores com a racionalidade pragmática do individualismo metodológico. Sobre isso, ele conclui:

A coexistência ou combinação da racionalidade por valores com a racionalidade pragmática está na hipótese de que parte importante das pessoas se posiciona e vota com base em valores e parte importante decide com base numa racionalidade pragmática. Isto não significa que seja possível separar completamente pessoas que se comportam totalmente de uma forma e outras de outra. Supõe que estes fatores podem coexistir não somente socialmente, como também nos indivíduos e que estes podem, inclusive, nem sempre se comportar tendo um dos elementos sempre como principal. (Almeida, 2007a, p.21)

E é nesta linha de análise metodológica, que este estudo pretende ser desenvolvido. A partir das diversas contribuições teórico-metodológicas, busca construir um padrão de comportamento do eleitor, na região Norte do Brasil, sem transformar qualquer perspectiva de análise como uma teoria universalizante, mas entendendo a decisão do voto como uma combinação ou coexistência de um “voto por valores” com um voto baseado em uma racionalidade pragmática. Até porque, de acordo com as hipóteses deste trabalho, a eleição presidencial de 2006 – sem entrar no mérito do modelo predominante – alternou um voto relacionado à história e à identificação de Lula com o povo e os mais pobres, e outro baseado em resultados materiais imediatistas garantidos pelo governo.

2.6.2. Aplicação metodológica

Para fundamentar e viabilizar o desenvolvimento de um estudo científico, a Ciência Política opera com duas tradições de pesquisa (King, 1994): a quantitativa, que trabalha com mensuração de números, métodos estatísticos e aferição de hipóteses causais; e a qualitativa, cujas abordagens são definidas por métodos não-numéricos. Porém, a dicotomia pura estabelecida entre essas duas tradições de pesquisa deixa à margem relevâncias e dados que não podem ser contidos em números e, às vezes, contempla apenas os significados subjetivos, omitindo a realidade estruturada (Minayo, 1993).

Assim, esta pesquisa é composta por aspectos qualitativos e quantitativos, pois além de ser constituída por eventos de natureza política, econômica e social, é estruturada por métodos estatísticos, na medida em que vai correlacionar variáveis e mensurar índices e indicadores, para identificar o impacto do Bolsa Família, na decisão do voto do eleitor da região Norte. No entanto, não se pretende ficar limitado ao referencial quantitativo, pois esta pesquisa busca um aprofundamento maior da realidade objetiva.

Considerando a classificação de Bulmer (apud Minayo, 1993) de pesquisa social¹⁷, este estudo se enquadra enquanto uma pesquisa para a ação, haja vista que investiga o desenvolvimento de programas governamentais – Bolsa Família – para medir seu impacto – neste caso, na decisão do voto.

A estratégia utilizada é uma análise comparativa, confrontando o resultado das urnas das eleições presidenciais de 2002 e 2006 e correlacionando os investimentos do programa Bolsa Família com o voto na candidatura de Lula da Silva, em cada município da região Norte. Além das votações do candidato petista e da quantidade de recursos disponibilizados pelo governo federal em bolsas-família para cada município da região Norte do Brasil, foram considerados, neste estudo, indicadores como o número de habitantes, perfil demográfico e grau de urbanização das cidades nortistas.

Dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que agrega informações referentes à escolaridade, renda e longevidade, e que poderiam tornar esta análise científica mais completa, não puderam ser correlacionados com as demais variáveis intervenientes, devido à ausência de indicadores atuais. Isto porque o IDHM oficial existente data de 2000, seis anos antes da eleição presidencial analisada neste estudo, o que poderia tornar a análise científica enviesada, em virtude da longa lacuna de tempo entre as variáveis a serem comparadas.

Os dados utilizados nesta dissertação foram coletados de forma secundária, por meio de análise documental e exploração de informações informais e oficiais – disponibilizadas por organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e por órgãos públicos como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir da coleta de dados, foram utilizados *softwares* de programas computacionais¹⁸, para investigar, por meio do teste estatístico paramétrico – T Pareado¹⁹ – a

¹⁷ Segundo Minayo (1993), Bulmer (1978) refutou a falsa divisão entre “pesquisa pura ou básica” e “aplicada” e propôs uma classificação alternativa de pesquisa social, que seriam uma construção teórica para compreensão do campo de análise, sem pretenderem reproduzir a realidade ou torná-la estanque. A classificação de Bulmer abrange cinco modelos: pesquisa básica; pesquisa estratégica; pesquisa orientada para um problema específico; pesquisa para ação; e pesquisa de inteligência.

¹⁸ Os *softwares* utilizados para realização do trabalho foram do pacote *Office* da *Microsoft*, *Word* e *Excel* e do pacote estatístico *SPSS* versão 15.0 *for Windows*.

¹⁹ É um procedimento metodológico onde dois conjuntos são investigados, formando-se pares de unidades onde cada indivíduo funciona como seu próprio controle. No caso deste estudo, são amostras relacionadas, pareadas ou dependentes, utilizadas para testar a média das diferenças de votos, antes e depois da implantação do programa Bolsa Família.

ocorrência de diferenças estatisticamente significativas, no percentual médio de votos válidos recebidos por Lula da Silva, entre as eleições de 2002 e 2006.

Para além do teste T Pareado, foi utilizado, também, nesta pesquisa o modelo estatístico de correlação de variáveis, tendo como objetivo indicar a relação (positiva ou negativa) entre variáveis de natureza distintas, mas que podem se inter-relacionar no mesmo fenômeno – neste caso específico, a relação entre o número de votos da candidatura de Lula da Silva e a quantidade de beneficiados no programa Bolsa Família, no ano de 2006.

Uma correlação pode ser estabelecida, segundo Richardson (1999), quando duas variáveis se movimentam conjuntamente. Ou seja, se A cresce quando B também tem uma elevação, podemos dizer que uma variável influencia a outra positivamente e, conseqüentemente, existe uma correlação positiva. E assim, vice-versa.

Tal correlação pode ser verificada por meio do coeficiente de Pearson – ou r –, que mede o grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. A partir desta formulação matemática, é possível analisar o quanto a variável X influenciou na variável Y, sendo verificada pela seguinte equação:

$$r = \frac{N \cdot \sum xy - (\sum x)(\sum y)}{\text{raiz} [N \cdot \sum x^2 - (\sum x)^2] [N \cdot \sum y^2 - (\sum y)^2]}$$

Onde:

N = Número de cidades

X = Variável chamada preditora

Y = Variável chamada resposta

O valor de r varia entre -1 e $+1$. Com $r = 0$, o modelo indica que as variáveis não se correlacionam. Desta forma, haverá correlação positiva entre as variáveis quando r for maior que 0 – neste caso, à medida que cresce X, o mesmo acontece com Y. Por outro lado, iremos considerar correlação negativa quando r for menor que 0 , ou seja, na medida em que X aumenta, Y diminui. Vale destacar que quanto maior for o valor de r – tanto positivo quanto negativo – mais forte a associação. A tabela 4 apresenta os valores do coeficiente de Pearson que serão utilizados nesta pesquisa, nas correlações que serão estabelecidas entre quantidade de atendidos pelo Bolsa Família e voto na candidatura de Lula da Silva.

Tabela 4: Valores do coeficiente de Pearson²⁰

Valores dos coeficientes	Descrição
+ 1,00	Correlação positiva perfeita
+ 0,95 a 0,99	Correlação positiva muito forte
+ 0,50 a 0,94	Correlação positiva moderada
+ 0,10 a 0,49	Correlação positiva fraca
0,00	Ausência de Correlação
- 0,10 a 0,49	Correlação negativa fraca
- 0,50 a 0,94	Correlação negativa moderada
- 0,95 a 0,99	Correlação negativa muito forte
- 1,00	Correlação negativa perfeita

Neste estudo, a unidade de análise para estabelecer a correlação – ou inexistência dela – entre o aumento de votos da candidatura de Lula e os recursos destinados ao programa Bolsa Família no ano de 2006, foram os até então existentes 449 municípios do Norte do Brasil. A esfera municipal foi escolhida como recorte espacial de análise e parâmetro de correlação por ser a menos agregada, na impossibilidade de analisar – com rigor científico – dados e comportamentos individuais.

Para facilitar e viabilizar a análise, as cidades foram agrupadas, primeiramente, por sua localização geográfica, ou seja, distribuídas pela unidade federativa a que pertencem, a fim de verificar se o cenário político estadual e as políticas públicas no âmbito dos Estados podem ter influenciado na decisão do voto dos eleitores dos municípios. Em um segundo momento, as cidades foram divididas a partir do porte de cada uma, classificando-as como grandes, médias ou pequenas, para identificar se variáveis demográficas ou urbanísticas modificam o padrão de comportamento eleitoral.

No entanto, essa definição do porte de cada uma das cidades não é consensual entre os próprios pesquisadores da área, que muitas vezes se dividem entre uma concepção funcional, que considera o grau de urbanização da cidade, e uma linha demográfica, que leva em consideração o número de habitantes do município. Como este estudo não objetiva levantar tal questionamento e apontar as limitações de uma ou outra concepção acerca do porte das cidades, a abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa é a predominante em órgãos oficiais como o Ipea, que busca classificar as cidades a partir de critérios demográficos e funcionais.

²⁰ Fonte: Levin (1999)

Assim, em grande parte das pesquisas realizadas no âmbito do Ipea, são consideradas cidades pequenas aquelas com população até 100 mil habitantes; médias entre 100 mil a 500 mil moradores, excetuando-se as capitais estaduais; e grandes as capitais e aquelas com população superior a 500 mil residentes.

A utilização destes procedimentos metodológicos vai permitir o cruzamento das variáveis e informações, a fim de analisar comparativamente se houve alguma associação direta do programa governamental com o comportamento do eleitor. Isto é, se os investimentos do Bolsa Família foram traduzidos em votos. Para isso, iremos verificar se os municípios com maior incidência do programa foram os que destinaram uma maior votação à candidatura petista, e vice-versa. Dessa forma, as hipóteses deste projeto poderão ser testadas por meio de experiência empírica, a fim de confirmar ou não se o programa Bolsa Família foi o mais eficiente cabo eleitoral de Lula, na eleição presidencial de 2006, na região Norte do Brasil.

III. O NORTE DO BRASIL NO CENÁRIO SOCIOECONÔMICO E ELEITORAL

Apesar de abrigar grande parte da maior floresta do mundo – a Amazônia – e possuir uma rica biodiversidade natural, o Norte do Brasil é uma das regiões mais pobres e menos desenvolvidas do país. Ao mesmo tempo em que abriga em seu território áreas industriais, como a Zona Franca de Manaus, e seja objeto de exploração de grandes mineradoras – sobretudo no Estado do Pará –, a região detém um peso ínfimo na economia do país, o que pode ser confirmado pela pequena participação do Norte no PIB nacional. Dados do IBGE revelam que, em 2006, ano da última eleição presidencial, o PIB da região representou apenas 5,1% do volume total da riqueza brasileira.

Entretanto, as estatísticas do IBGE mostram que, entre 2002 e 2006 – praticamente todo o primeiro mandato do presidente Lula –, a região Norte apresentou uma elevação de 0,4% em sua participação no PIB brasileiro, o que representa o aumento de 0,1% a cada ano. Tal crescimento – ínfimo, por sinal – não significa, necessariamente, distribuição de renda e melhor nível de vida da população nortista, pois enquanto a renda média nacional, em 2006, superava o valor de R\$ 1 mil, a renda dos moradores da região Norte era pouco superior a R\$ 800,00.

Neste contexto de dependência econômica da região e de baixa renda entre os moradores, é de se esperar que qualquer política pública focal de transferência direta de renda tenha impactos na vida da população beneficiada. Dessa forma, por mais que ele possa ser considerado limitado e ineficaz em seu verdadeiro fim, o programa Bolsa Família tem uma grande abrangência no Norte do Brasil, sobretudo pelo fato de ser uma das regiões mais pobres do país, o que torna a população local dependente do poder público e contribui para um elevado custo de informação, na medida em que as condições socioeconômicas desfavoráveis, materializadas na renda abaixo da média nacional, dificultam o acesso dos moradores à informação.

Na ausência e na dificuldade de acesso a diversas fontes de conhecimento e opiniões qualificadas, que permitam que o eleitor tenha uma gama de elementos formativos e informativos que auxilie na escolha do voto, o programa Bolsa Família – que não existia na eleição presidencial anterior – deve ser considerado um elemento central na análise do cenário eleitoral e, conseqüentemente, no comportamento do eleitor da região Norte brasileira.

3.1. A abrangência do Bolsa Família no Norte do país

Embora seja a região com maior extensão territorial do Brasil, o Norte possui, segundo o IBGE, uma população estimada em 12.900.704 habitantes, o que corresponde a 7,8% da população total brasileira. Destes, 8.817.460 estão aptos a votar, sendo que, em 2006, somente 6.487.854 compareceram às urnas, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), coletados em junho de 2006.

Nesta região, o programa de transferência de renda do governo federal atendeu 1.023.507 famílias em 2006, o que corresponde a 9,33% do total beneficiados em todo o país. A estimativa inicial do MDS era de atender no ano eleitoral 1.083.684 famílias, o que mostra que o programa conseguiu cumprir, em 2006, 94,45% da meta estabelecida pelo governo federal para o ano em que o presidente Lula disputaria a reeleição.

Para isso, a União disponibilizou R\$ 733.822.941 em recursos para a transferência de renda direta às famílias. Deste valor, mais da metade – R\$ 370.230.625 – foi destinado ao Estado do Pará, por conta de ser a Unidade da Federação do Norte do Brasil com o maior número de famílias que receberam a bolsa, com 506.444 beneficiários no ano de 2006. Somente no Pará, reside quase metade dos atendidos pela política social de transferência de renda do governo federal.

O segundo Estado do Norte brasileiro mais beneficiado pelo programa Bolsa Família foi o Amazonas, que teve 204.075 famílias atendidas em 2006. Os dados do Ministério apontam, ainda, que o Amapá foi a Unidade da Federação com o menor número de atendidos em todo o país, com 26.244 beneficiados diretamente, como mostra a tabela 5.

Tabela 5: Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, por Estado, em 2006²¹

UF	Número de Famílias	Recurso disponibilizado
Pará	506.444	R\$ 370.230.625
Amazonas	204.075	R\$ 153.300.149
Tocantins	106.537	R\$ 70.655.870
Rondônia	94.953	R\$ 64.203.055
Acre	53.404	R\$ 38.578.165
Roraima	31.850	R\$ 21.979.343
Amapá	26.244	R\$ 14.875.734
Total	1.023.507	733.822.941

²¹ Fonte: MDS, 2006

Como é uma região com baixa densidade demográfica, a população nortista se concentra nos grandes centros urbanos. Assim, são nas cidades grandes e médias que as mazelas sociais e a dependência econômica se expressam em maior número na região, o que torna a população dessas localidades mais vulnerável e sujeita ao impacto de políticas sociais. Por isso, as capitais de Estado e as cidades grandes e médias do Norte do Brasil foram as localidades com maior número de famílias beneficiadas pelo programa federal. Manaus foi o município da região em que o Bolsa Família teve a maior quantidade de atendidos, em 2006, com 81.021 famílias, seguido por Belém, com 65.727, e Ananindeua, com 24.191. Justamente, as três cidades são as que possuem o maior número de habitantes no Norte do Brasil.

De acordo com os dados oficiais, a cidade da região com maior cobertura do programa federal, em termos percentuais, foi Urucurituba, no Amazonas, onde o Bolsa Família atendeu, diretamente, em 2006, 76% do total de famílias do município. Depois, ficaram as cidades de Jordão, no Acre, com a incidência de 75% desta política pública, e Sampaio, no Tocantins, cuja abrangência atingiu 72% das famílias residentes no município. Em contrapartida, Ouro Preto do Oeste, em Rondônia, foi a cidade da região com a menor incidência do programa, atendendo apenas 13% das famílias. Em seguida, aparecem a capital do Amapá, Macapá, com 14% de abrangência, e Araguaçu, no Tocantins, com 15%.

Segundo dados do MDS, o nível de escolaridade das famílias atendidas pelo programa, na região Norte, é baixo. Dos beneficiados pelo Bolsa Família, que possuem mais de 25 anos, 16,9% são analfabetos e 64,4% sequer concluíram o ensino fundamental. As estatísticas do Ministério apontam, ainda, que 29,40% das pessoas que recebem o benefício não possuem casa própria na região, enquanto que 55% não têm acesso a abastecimento de água via rede pública. Destes, 65,80% não possuem esgotamento sanitário ou fossa séptica e 26,80% sequer contam com tratamento de água.

Os dados já apresentados e o contexto social de dependência econômica da região revelam a abrangência do Bolsa Família no Norte do Brasil. No entanto, para podermos fazer uma análise a contento, a partir da correlação de variáveis, é necessário, avaliarmos também o desempenho da candidatura de Lula da Silva na região, na eleição presidencial de 2006.

3.2. O resultado das urnas no Norte do país

Da mesma forma como em todo o Brasil, as candidaturas do PT e do PSDB foram as mais votadas na região Norte, no primeiro turno da eleição presidencial de 2006. Segundo estatísticas do TSE, Lula da Silva e Geraldo Alckmin obtiveram 3.704.303 e 2.444.729 votos,

respectivamente, de um eleitorado de 8.817.460 eleitores. Considerando apenas os votos válidos, o petista ficou com 55,65%, enquanto o tucano obteve 36,73%, conforme pode ser verificado na tabela 6.

Tabela 6: Resultado do 1º turno das eleições presidenciais de 2006, no Norte²²

Candidatos	Votos	% Votos válidos
13 – Luís Inácio Lula da Silva	3.704.303	55,65
45 – Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	2.444.729	36,73
50 - Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho	361.326	5,43
12 - Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque	130.605	1,97
44 – Ana Maria Teixeira Rangel	8.843	0,13
27 – José Maria Eymael	3.611	0,05
17 – Luciano Caldas Bivar	3.122	0,04
Total	6.656.539	100

Os números mostram que o desempenho de Lula na região Norte, no primeiro turno, foi superior ao verificado em âmbito nacional, em que o percentual obtido foi de 48,60% dos votos válidos. Em contrapartida, Alckmin teve uma performance inferior a conquistada em todo o país, onde obteve 41,63% do eleitorado votante.

A mesma tendência foi verificada no segundo turno da eleição presidencial de 2006, quando o desempenho da candidatura petista na região Norte foi superior a obtida em âmbito nacional. No segundo turno, como demonstra a tabela 7, o eleitorado nortista seguiu a tendência nacional e deu a vitória a Lula, que obteve na região 4.255.253 votos – 65,59% –, enquanto que Alckmin teve 2.232.601 votos – 34,41%.

Tabela 7: Resultado do 2º turno das eleições presidenciais de 2006, no Norte²³

Candidatos	Votos	% Votos válidos
13 – Luís Inácio Lula da Silva	4.255.253	65,59
45 – Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho	2.232.601	34,41
Total	6.487.854	100

Enquanto em todo o país Lula da Silva conquistou 60,827% dos votos válidos, no Norte, o candidato do PT superou a marca de 65%. Por outro lado, além de ter tido um

²² Fonte: TSE, 2006

²³ Fonte: TSE, 2006

percentual inferior ao conquistado no primeiro turno, a performance de Alckmin no segundo turno, na região Norte, foi menor em relação ao índice verificado em todo o país, onde o candidato do PSDB ficou com 39,173% dos votos válidos.

O desempenho da candidatura petista na região Norte, em 2006, foi superior ao conquistado na eleição presidencial anterior, em que Lula da Silva foi eleito presidente da República pela primeira vez. Se em 2002 o petista obteve 58,18%, em 2006, essa performance foi de 65,59%, o que aponta um crescimento de mais de 7%. Em valores nominais, o candidato do PT viu sua votação aumentar em mais de um milhão de votos, entre uma eleição e outra, passando de 3.078.475, em 2002, para 4.255.253, em 2006.

Apesar do índice de votos de Lula, em 2006, em todo o Norte, ter sido superior ao conquistado na eleição presidencial de 2002, o candidato petista obteve um desempenho inferior ao pleito anterior nos Estados do Acre, Amapá²⁴ e Roraima. Em Rondônia, a performance da candidatura do PT foi praticamente igual nas duas eleições, embora tenha registrado uma ligeira queda. Nos demais Estados, a candidatura petista obteve um crescimento em sua votação em comparação à eleição presidencial de 2002, como aponta a tabela abaixo:

Tabela 8: Desempenho de Lula, em 2002 e 2006, por Estado da Região Norte²⁵

UF	% de votos 2006	% de votos 2002	Diferença de % de votos (2006-2002)
Acre	52,36%	59,94%	-7,58%
Amapá	70,40%	75,51%	-5,11%
Amazonas	86,80%	69,88%	16,92%
Pará	60,12%	52,65%	7,47%
Rondônia	55,33%	55,56%	-0,23%
Roraima	38,51%	65,55%	-27,04%
Tocantins	70,27%	54,03%	16,24%
Região Norte	65,59%	58,18%	7,41%

Isto mostra que – no cômputo geral da região – a melhoria no desempenho de Lula no Norte do Brasil deve-se, sobretudo, à votação nos Estados do Pará, Amazonas e Tocantins, que além de estarem entre os maiores colégios eleitorais da região, foram justamente as três

²⁴ No Amapá, apesar de deter elevado percentual de votação (70,40%), o índice obtido em 2006 foi menor que em 2002, ou seja, Lula continua sendo bem votado no Estado, porém, com uma votação inferior à eleição presidencial anterior, quando sequer o programa Bolsa Família havia sido implantado.

²⁵ Fonte: TSE, 2006

unidades federativas do Norte, que receberam a maior quantidade de recursos do programa Bolsa Família em 2006. Juntos, os três Estados tiveram 817.056 famílias beneficiadas por esta política pública. Em termos de valores financeiros, Pará, Amazonas e Tocantins receberam, via transferência de renda direta às famílias, R\$ 594.186.644, o equivalente a mais de 80% do total de recursos disponibilizados pelo governo federal à região Norte.

O bom resultado eleitoral obtido por Lula da Silva nos três Estados, associado ao fato de serem as unidades federativas do Norte com maior incidência do programa Bolsa Família, indica a forte possibilidade dos investimentos desta política pública terem sido traduzidos em votos. No Amazonas, por exemplo, o candidato presidencial petista obteve o melhor desempenho, em termos percentuais, de todo o país, com 86,80% dos votos válidos, contra apenas 13,20% da candidatura tucana.

Os dados ilustrados na tabela 8, também, servem para mostrar que a votação de Lula não manteve um equilíbrio entre os Estados da Região Norte, haja vista a variabilidade no percentual de votos nas unidades federativas, o que pode ser verificado na diferença entre a votação mínima – Roraima – e a máxima – Amazonas – conquistada pelo petista na região Norte.

O resultado das urnas mostra, ainda, que em 2006, Lula saiu vitorioso em 376 municípios da região Norte do Brasil, ficando em desvantagem apenas em 73 cidades. Um desempenho bastante superior em comparação à eleição presidencial de 2002, quando o candidato do PT foi derrotado na maioria dos municípios nortistas, perdendo em 233 cidades e ganhando nas demais 216, como demonstra a tabela 9. A tabela revela, também, que, em 183 cidades, a candidatura petista ganhou tanto em 2002, quanto em 2006, e em 193 municípios, Lula conseguiu reverter o resultado desfavorável de 2002 e saiu vitorioso em 2006. Em contrapartida, em 33 cidades onde o candidato do PT foi vitorioso em 2002, ele saiu derrotado em 2006, enquanto que em 40 municípios ele perdeu nas duas últimas eleições presidenciais. Isto mostra que Lula, em 2006, ampliou sua aceitação na região Norte tanto em número de votos, como na quantidade de cidades.

Tabela 9: Desempenho de Lula nas cidades do Norte, em 2002 e 2006²⁶

	Ganhou em 2006	Perdeu em 2006	Total
Ganhou em 2002	183	33	216
Perdeu em 2002	193	40	233
Total	376	73	449

²⁶ Fonte: TSE, 2006

Um dos fatores que pode ter contribuído para o bom desempenho de Lula da Silva no Norte do Brasil foi o apoio de governadores e candidatos competitivos aos governos estaduais. Na eleição presidencial de 2006, a candidatura presidencial petista teve como cabos eleitorais quatro dos então sete governadores dos Estados da região na época, o que aponta a possibilidade de outras políticas públicas – em âmbito estadual – terem sido manipuladas a fim de garantir votos, ao contrário de 2002, quando apenas dois governantes estaduais eram alinhados ao candidato do PT.

Vale destacar ainda que, em 2006, todos os governadores da região que disputaram a reeleição²⁷ conseguiram êxito nas urnas. E apenas em um Estado – o Pará – o grupo político que estava no comando da máquina administrativa foi derrotado e não conseguiu eleger o sucessor. Assim, do ponto de vista da lógica do voto racional, o resultado das urnas mostrou que – com exceção do Pará, onde a então senadora Ana Júlia Carepa (PT) derrotou o candidato Almir Gabriel (PSDB), que tinha o apoio do governador tucano Simão Jatene – as práticas dos governos dos Estados do Norte foram eficazes, o que indica o peso da máquina administrativa estadual e a manipulação eficiente de políticas públicas na maximização de votos.

Dos candidatos a governador reeleitos no Norte do Brasil, três apoiaram a candidatura petista e dois pediram votos aos tucanos. Dos sete governadores eleitos em 2006, cinco eram ligados a Lula e apenas dois a Alckmin. Dessa forma, Lula não só obteve êxito eleitoral na região, como conseguiu ampliar sua base de sustentação política, haja vista que, de quatro governadores no primeiro mandato, as urnas elevaram para cinco o número de chefes dos Executivos estaduais, que passaram a apoiar o governo federal²⁸.

Em comparação às demais regiões do país, o Norte do Brasil perdeu apenas para o Nordeste em termos de desempenho qualitativo da candidatura petista na eleição presidencial de 2006. Enquanto na região Norte, Lula da Silva foi vitorioso com 65,59% dos votos válidos, no Nordeste obteve 77,13%, no Sudeste 56,87% e no Centro-Oeste 52,38%. A única exceção foi na região Sul, onde o candidato do PT foi derrotado e ficou com apenas 46,49%.

²⁷ Cinco governadores de Estado da região Norte do país disputaram a reeleição em 2006: Eduardo Braga (PMDB/AM), Ivo Cassol (PPS/RO), Marcelo Miranda (PMDB/TO), Ottomar Pinto (PSDB/RR) e Waldez Góes (PDT/AP).

²⁸ Refiro-me a base de sustentação de governadores conquistada com o resultado das urnas, haja vista que ao longo dos mandatos, as movimentações dos governos e as articulações políticas podem modificar o cenário político e ampliar ou reduzir o número de apoiadores. Assim, foram eleitos em 2006, os seguintes governadores, que detinham o apoio de Lula: Ana Júlia Carepa (PT), Binho Marques (PT), Eduardo Braga (PMDB/AM), Marcelo Miranda (PMDB/TO) e Waldez Góes (PDT/AP).

Porém, constatar a melhora no desempenho eleitoral do candidato do PT à Presidência da República no Norte do Brasil e analisar apenas a evolução de seu voto não são suficientes para afirmar que o programa Bolsa Família foi o principal cabo eleitoral da candidatura petista e o responsável pela ampliação da aceitação de Lula da Silva na região.

Até porque, compreender e justificar o sucesso eleitoral de Lula da Silva na região Norte não é tarefa fácil. Dificilmente, trabalhos científicos chegarão a uma única conclusão, em virtude da existência de diversas linhas teórico-metodológicas e variáveis intervenientes, que podem ter contribuído na alteração do padrão do comportamento do eleitor da região. No entanto, não há dúvida que a quantidade de beneficiados pelo programa Bolsa Família torna-se uma variável fundamental neste estudo.

Neste sentido, é necessário considerar uma variedade de categorias e correlacionar o resultado das urnas com outras variáveis, sobretudo, com a quantidade de famílias atendidas pelo programa federal de transferência de renda Bolsa Família, a fim de buscar mensurar o real impacto desta política pública no padrão de comportamento do eleitor nortista.

IV. BOLSA FAMÍLIA E VOTO NO NORTE DO BRASIL

No capítulo anterior, foi possível verificar que a candidatura de Lula da Silva obteve, na eleição presidencial de 2006, um desempenho superior a 2002. Em termos percentuais, foi registrada uma elevação de mais de sete pontos percentuais, o que em valores nominais, significa um aumento de mais de um milhão de votos para o candidato do PT em comparação ao pleito anterior.

A hipótese central apresentada nesta pesquisa é de que o principal responsável por esse melhora no índice de votos da candidatura petista, na região Norte, em relação à eleição presidencial de 2002, foi o programa federal de transferência de renda Bolsa Família, na medida em que seus investimentos foram traduzidos em votos. Para isso, é preciso analisar o impacto desta política pública na decisão do voto do eleitor, destacando e correlacionando as variáveis intervenientes no cenário eleitoral.

Assim, por meio de procedimentos metodológicos estatísticos, como o Teste T pareado e o coeficiente de Pearson, este capítulo vai verificar a ocorrência de diferenças significativas no percentual médio de votos de Lula da Silva, entre 2002 e 2006, bem como estabelecer correlações que permitam mensurar o grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas e de naturezas distintas, ou seja, vai buscar verificar se há ou não uma associação direta entre os recursos do Bolsa Família e o voto do eleitor da região Norte. Os dados utilizados foram fornecidos por órgãos públicos como o IBGE, TRE e MDS.

Como o Norte do Brasil conta com 449 municípios, o que dificultaria uma análise aprofundada e tornaria este estudo extenso e cansativo, agrupamos os municípios, na tentativa de facilitar e viabilizar a pesquisa. Primeiramente, as cidades foram agrupadas por aspectos geográficos, dividindo os municípios pelo Estado a que pertence, levando em consideração apenas a divisão territorial brasileira do IBGE.

Com isso, além de avaliar o impacto do programa Bolsa Família na decisão do voto em 2006, será possível identificar se há diferenças na votação municipal de Lula da Silva entre uma ou outra unidade federativa do Norte do Brasil e apontar a possibilidade de interferência de atores políticos locais e/ou políticas públicas estaduais na maximização de votos. Dessa forma, poderemos avaliar se a candidatura presidencial petista obteve uma votação equilibrada na região, assim como tentaremos construir um padrão de comportamento do eleitor nortista.

4.1. A relação entre Bolsa Família e voto por Estado

4.1.1. Acre

Com 557.526 habitantes e 412.840 eleitores, distribuídos em 22 municípios, o Estado do Acre apresenta uma incidência de pobreza que atinge 42,29% da população e conta com uma das maiores taxas de analfabetismo do país - 13,8% - entre as pessoas maiores de 15 anos de idade, o que contribui para o custo de informação elevado no local. Neste contexto social, o programa Bolsa Família atende 53.404 domicílios, o que significa que 48,22% do total de famílias dos municípios do Estado são beneficiadas diretamente por esta política pública. Assim, o Acre é a unidade da federação do Norte brasileiro com maior cobertura do programa, o que mostra o peso desta política pública em um Estado, que desde 1998 elege candidatos petistas ao governo estadual.

No entanto, embora o Acre fosse governado pelo partido de Lula da Silva, o desempenho do candidato do PT à Presidência da República, em 2006, no Estado, foi inferior ao verificado em 2002. O percentual médio de votos obtidos pela candidatura petista nas cidades do Estado diminuiu de 54,54% para 51,48%, no intervalo de quatro anos. Os dados mostram, ainda, que em apenas seis municípios acreanos, Lula teve uma melhora em sua performance em comparação à eleição anterior, conforme aponta a Tabela 10.

Tabela 10 – Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado do Acre

Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % votos (2006-2002)*
RIO BRANCO	29	65,33	54,52	-10,81
CRUZEIRO DO SUL	43	44,44	42,20	-2,24
SENA MADUREIRA	43	56,07	49,50	-6,57
TARAUACÁ	51	58,95	54,81	-4,14
FEIJÓ	58	77,09	70,04	-7,05
BRASILÉIA	41	57,32	53,14	-4,17
SENADOR GUIOMARD	32	62,02	47,14	-14,88
PLÁCIDO DE CASTRO	47	52,47	50,05	-2,42
XAPURI	37	55,73	49,67	-6,06
MÂNCIO LIMA	69	42,03	56,07	14,04
PORTO ACRE	46	51,82	39,46	-12,36
MARECHAL THAUMATURGO	46	37,22	39,47	2,24
EPITACIOLÂNDIA	36	64,46	60,19	-4,27
RODRIGUES ALVES	62	39,97	56,79	16,82

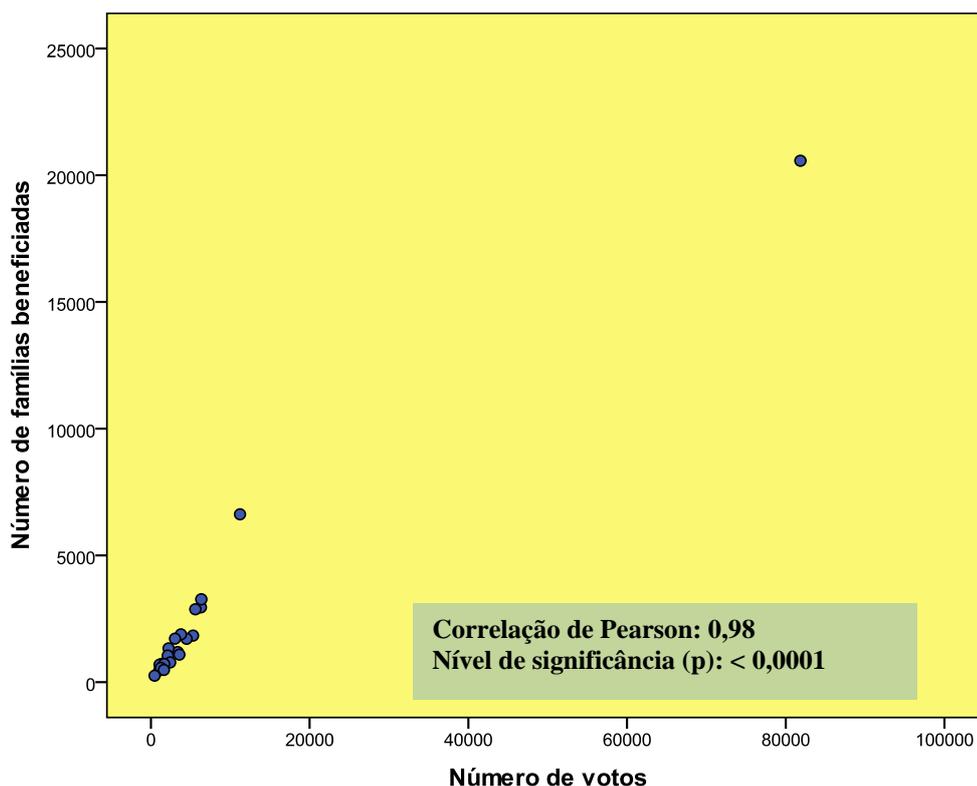
ACRELÂNDIA	39	51,43	44,35	-7,07
CAPIXABA	46	53,23	39,86	-13,37
PORTO WALTER	44	45,20	52,96	7,76
MANUEL URBANO	51	40,88	44,81	3,92
BUJARI	48	54,54	44,49	-10,05
JORDÃO	75	58,40	71,54	13,14
ASSIS BRASIL	57	55,67	54,18	-1,50
SANTA ROSA	62	75,68	57,39	-18,29
Média	48,22	54,54	51,48	-3,06**
Desvio Padrão	11,6504	10,5579	8,7875	9,4566

* $P > 0,05$ Teste T Pareado ($T = -1,518$; $p = 0,144$)

** Valor absoluto

Apesar do desempenho inferior a 2002, a correlação entre o número de famílias beneficiadas pelo programa federal e a quantidade de votos obtidos por Lula no Acre é positiva muito forte (0.98) – considerando os valores apresentados na tabela 4 – e significativa, pois quanto mais recursos do Bolsa Família foram destinados para cada cidade, maior foi o volume de votos obtido pelo petista nesse município, em 2006.

Gráfico 3: Correlação entre Bolsa Família e voto no Estado do Acre



4.1.2. Amapá

Dono de uma população estimada em 477.032 habitantes, o Amapá possuía, em 2006, um dos menores eleitorados do Brasil, com 360.614 eleitores. Apesar da incidência de pobreza no local totalizar 39,62%, é o Estado do Brasil com o menor número de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, o que pode ser justificado pelo baixo contingente populacional, uma vez que esta política pública atende, diretamente, 39,25% do total de domicílios amapaenses. A quantidade reduzida de beneficiados em comparação às demais unidades da federação não impediram, porém, que Lula da Silva saísse vitorioso em todos os 16 municípios amapaenses, na eleição presidencial de 2006.

Ao contrário dos municípios do Acre, nas cidades do Amapá, Lula da Silva obteve, na eleição de 2006, uma média de votos superior a conquistada em 2002²⁹. O resultado das urnas mostra que, em 2006, a candidatura petista obteve uma média de 75,25%, enquanto que em 2002, o índice do candidato do PT foi de 67,96%. Embora tenha vencido em todos os municípios do Estado, em seis cidades amapaenses, Lula obteve um índice de votos inferior ao obtido em 2002, como mostra a tabela 11.

Tabela 11 – Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado do Amapá

Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % votos (2006-2002)*
MACAPÁ	14	77,93	67,75	-10,18
SANTANA	34	77,63	71,19	-6,44
LARANJAL DO JARÍ	35	67,08	79,06	11,98
OIAPOQUE	32	67,92	79,23	11,31
PORTO GRANDE	32	71,49	78,91	7,43
MAZAGÃO	39	70,51	69,21	-1,30
TARTARUGALZINHO	60	47,81	71,36	23,54
VITÓRIA DO JARÍ	65	69,01	76,24	7,23
CALÇOENE	40	62,58	78,04	15,46
AMAPARI	61	70,43	81,14	10,70
AMAPÁ	25	69,90	83,13	13,23

²⁹ A tabela 11 revela uma diferença entre a esfera estadual e as bases municipais da votação de Lula da Silva. Enquanto na média dos municípios amapaenses, Lula conquistou em 2006 um desempenho maior do que em 2002, na votação global do Estado, o petista teve um desempenho inferior à eleição anterior. Isto pode ser verificado quando se calcula o desvio padrão nos dois pleitos, uma vez que em 2006 nota-se uma menor dispersão média dos percentuais de votos, ao contrário de 2002, que registrou um desvio padrão maior.

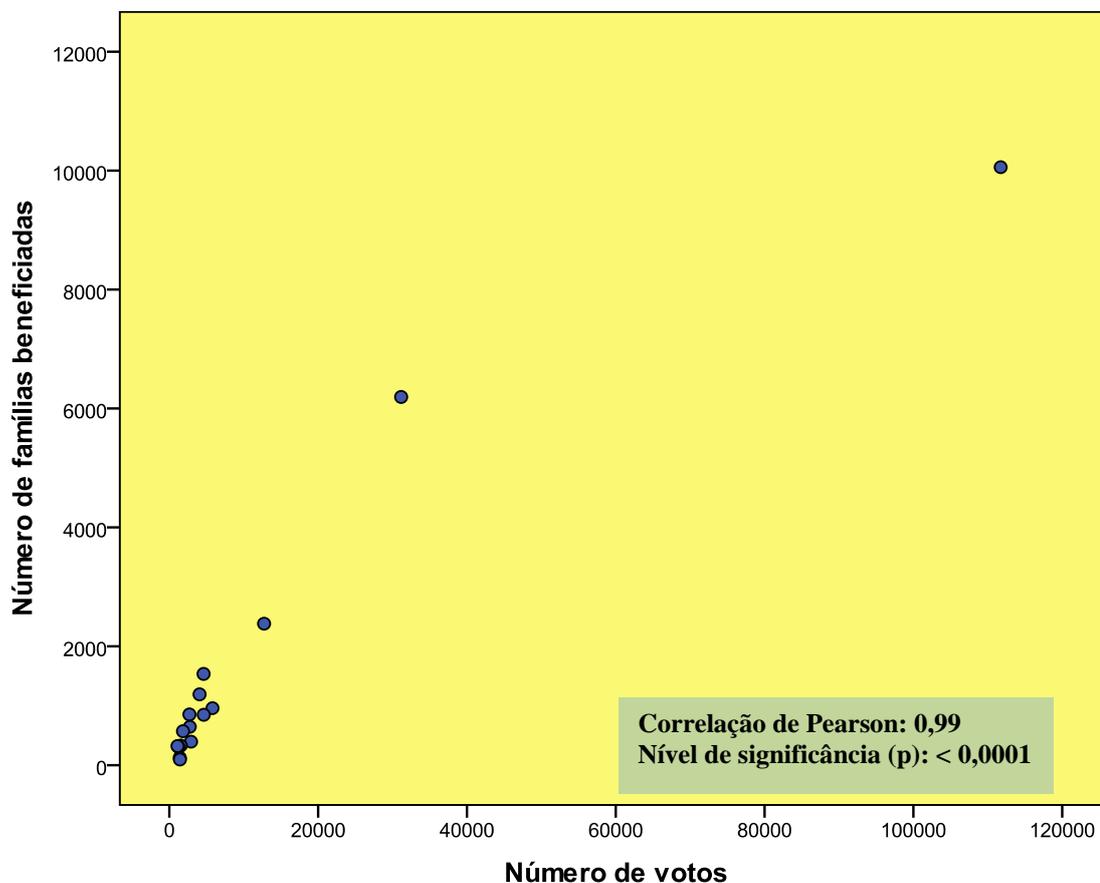
FERREIRA GOMES	45	67,89	67,28	-0,61
CUTIAS	48	61,44	73,02	11,57
SERRA DO NAVIO	17	75,41	75,08	-0,33
PRACUÚBA	62	57,31	79,50	22,19
ITAUBAL	18	73,02	73,82	0,80
Média	39,25	67,96	75,25	7,29**
Desvio Padrão	16,5981	7,7264	4,9144	9,6143

*P < 0,05 Teste T Pareado (T = -3,032; p = 0,008)

** Valor absoluto

A correlação estabelecida entre a quantidade de bolsas disponibilizadas pelo governo federal e o voto na candidatura petista, também, foi positiva muito forte, considerando os valores do coeficiente de Pearson. O valor de “r” quase atingiu a perfeição - 0,99 - e o nível de significância foi elevado, na medida em que foi menor que 0,05 ($p < 0,0001$), conforme pode ser verificado no gráfico 4.

Gráfico 4: Correlação entre Bolsa Família e voto no Estado do Amapá



4.1.3. Amazonas

Apesar de contar com espaços industriais como a Zona Franca de Manaus, o Amazonas é um dos Estados mais pobres da região Norte. Segundo dados do IBGE, o índice de pobreza – 48,44% –, incide sobre quase metade da população local, que é de 2.812.557 habitantes, distribuídos em 62 municípios. Por conta disso, o programa Bolsa Família tem grande abrangência nesta unidade federativa, beneficiando 204.075 domicílios, o que representa 42% do total de famílias do Estado.

Neste cenário, o candidato à presidente da República pelo PT teve, nos municípios do Amazonas, o melhor desempenho qualitativo do país, na eleição de 2006. Enquanto em 2002, a média de Lula da Silva nas cidades amazonenses foi de 49,98%, em 2006, a candidatura petista teve uma performance melhor, obtendo um aumento percentual médio de 33,72%, e atingindo a marca recorde de 83,70% dos votos dos 1.781.316 eleitores. Assim como no Amapá, o candidato do PT sagrou-se vitorioso em todos os municípios do Estado do Amazonas, sendo que em muitos deles, obteve índices superiores a 90%, como aponta a tabela 12.

Tabela 12 – Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado do Amazonas³⁰

Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % votos (2006-2002)*
MANAUS	22	77,44	87,34	9,90
PARINTINS	46	57,57	87,39	29,82
ITACOATIARA	46	72,84	88,42	15,58
MANACAPURU	45	59,36	90,71	31,35
COARI	46	76,48	90,43	13,96
.		.	.	.
.		.	.	.
.		.	.	.
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	48	37,80	78,13	40,33
AMATURÁ	49	28,42	89,17	60,75
ANAMÃ	64	40,29	81,35	41,06
SILVES	37	84,35	90,97	6,62
ITAMARATI	49	32,51	86,72	54,21

³⁰ Por questão de espaço, a tabela completa do Amazonas pode ser verificada nos anexos desta pesquisa.

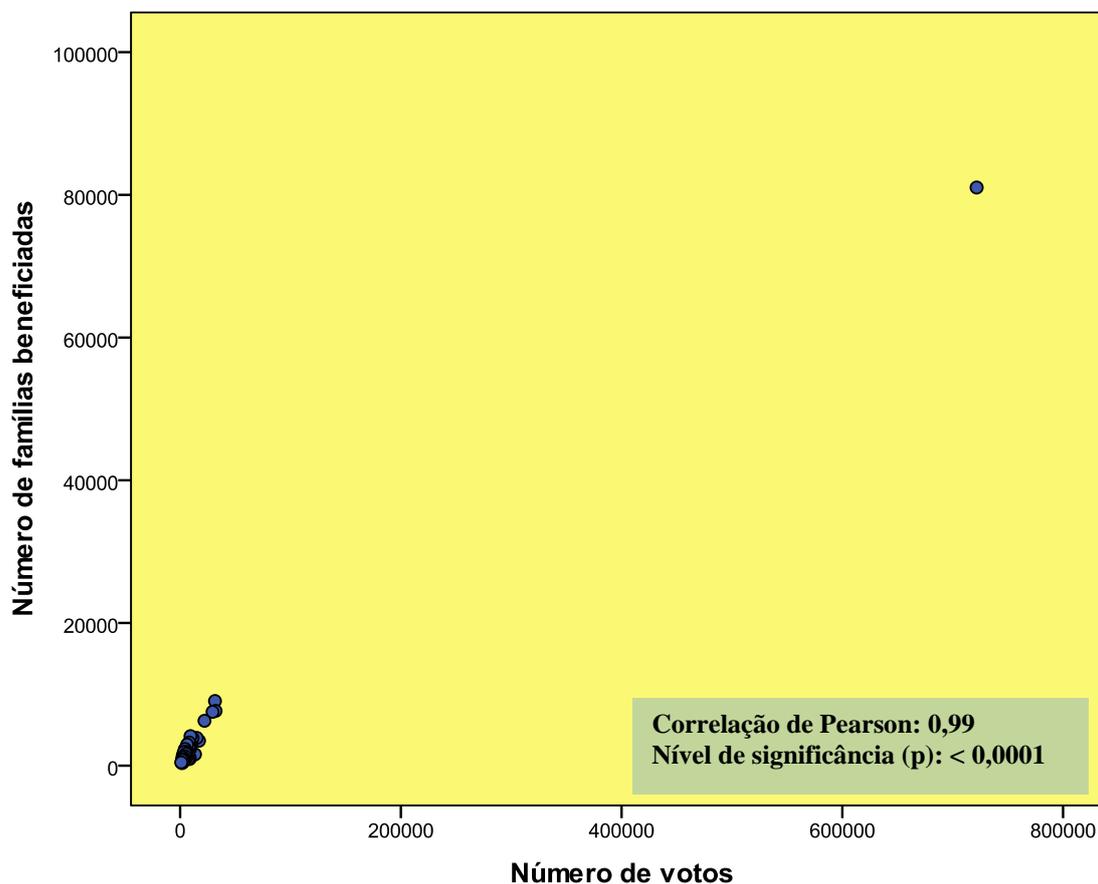
JAPURÁ	26	35,03	83,96	48,93
Média	42	49,98	83,70	33,72**
Desvio Padrão	14,0759	17,5908	8,9408	14,7119

*P < 0,05 Teste T Pareado (T = -18,050; p < 0,0001)

** Valor absoluto

A boa votação conquistada pela candidatura petista no Estado se expressou na correlação estabelecida entre Bolsa Família e voto no candidato Lula, em 2006, no Amazonas. Tal como no Amapá, o coeficiente de Pearson foi positivo muito forte, quase atingindo a perfeição – 0,99 – e altamente significativo, com pouca variação, conforme mostra o gráfico 5.

Gráfico 5: Correlação entre Bolsa Família e voto no Estado do Amazonas



4.1.4. Pará

Estado mais populoso da região Norte, com 6.192.307 habitantes, e detentor do maior eleitorado nortista – 4.157.735 eleitores –, o Pará, também, possui uma elevada incidência de pobreza (43,14%) e é a unidade federativa do Norte com a maior quantidade – em valores

nominais – de atendidos pelo programa federal de transferência de renda, totalizando 506.444 famílias beneficiadas, nos 143 municípios do Estado. Em termos de cobertura do Bolsa Família em relação à população geral, o benefício atende, diretamente, 42,26% do total de paraenses.

Diante destes indicadores socioeconômicos, o candidato Lula da Silva obteve, em 2006, no Estado do Pará, um desempenho superior ao conquistado na eleição presidencial anterior. Entre um pleito presidencial e outro, a média da votação do petista nos municípios paraenses teve um crescimento de 14,16%, passando de 45,46%, em 2002, para 59,62%, em 2006, como atesta a tabela 13. Vale destacar, ainda, que em 2006, Lula derrotou o grupo tucano que comandava a máquina estadual, ao eleger a sua companheira de partido, Ana Júlia Carepa, como governadora do Pará.

Tabela 13 – Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado do Pará³¹

Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % de votos (2006-2002)*
ABAETETUBA	44	58,81	56,29	-2,52
ABEL FIGUEIREDO	37	60,52	63,79	3,28
ACARÁ	17	73,84	53,48	-20,36
AFUÁ	40	61,39	66,95	5,55
ÁGUA AZUL DO NORTE	26	46,77	58,92	12,15
.		.	.	.
.		.	.	.
.		.	.	.
ULIANÓPOLIS	33	53,94	55,98	2,04
URUARÁ	34	33,73	66,90	33,17
VIGIA	36	51,65	65,22	13,57
WISEU	67	42,67	44,00	1,33
VITÓRIA DO XINGU	31	32,70	63,72	31,01
XINGUARA	27	37,90	47,81	9,90
Média	42,26	45,46	59,62	14,16**
Desvio Padrão	11,1992	10,2621	11,5641	12,7162

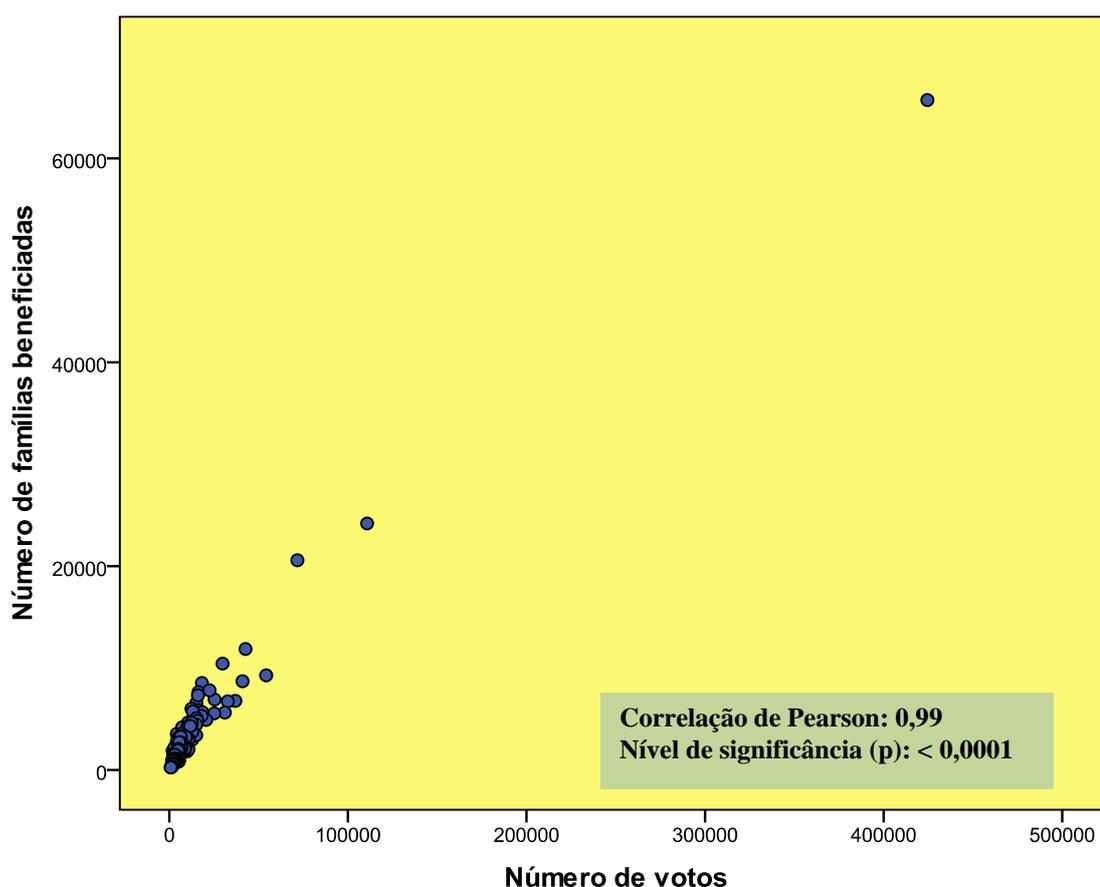
*P < 0,05 Teste T Pareado (T = -13,317; p < 0,0001)

** Valor absoluto

³¹ Por questão de espaço, a tabela completa do Pará pode ser visualizada nos anexos desta pesquisa.

Ao fazermos a correlação de Pearson entre a quantidade de famílias atendidas pelo programa federal de transferência de renda e o número de votos no candidato do PT, nota-se, assim como nos demais Estados da região Norte do Brasil, uma correlação positiva muito forte, quase perfeita – 0,99 –, e um nível de significância elevado, conforme demonstra o gráfico 6.

Gráfico 6: Correlação entre Bolsa Família e voto no Estado do Pará



4.1.5. Rondônia

De acordo com o Mapa de Pobreza e Desigualdade dos municípios brasileiros, elaborado pelo IBGE em 2003, Rondônia é uma das unidades da federação com menor índice de pobreza da região Norte, com esta variável incidindo sobre 27,02% da população local, que é de 1.379.787 habitantes, distribuídos em 52 municípios. Por conta desses indicadores, é o Estado com menor cobertura do programa Bolsa Família na região Norte, com 29,07% do total geral de famílias recebendo o benefício, o que equivale a 94.953 atendidos diretamente.

Assim, a presença no cenário eleitoral do programa federal de transferência de renda teve pouco impacto na decisão do voto, de acordo com o resultado das urnas. Isto porque, em

Rondônia, a diferença do percentual médio obtido nos municípios pela candidatura de Lula entre as eleições de 2002 e 2006 foi pequeno, uma vez que as mudanças entre um pleito e outro foram pouco significativas. Em 2002, o percentual médio do petista foi 51,57%, enquanto que em 2006, a votação do candidato do PT diminuiu 1,64%, totalizando 49,93% dos votos dos 988.631 eleitores, conforme pode ser visualizado na tabela 14. Vale destacar que, nos dois processos eleitorais para o Governo do Estado, saiu vitorioso Ivo Cassol (PPS), apoiador dos candidatos tucanos à Presidência da República, principais opositores de Lula da Silva.

Tabela 14 – Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado de Rondônia³²

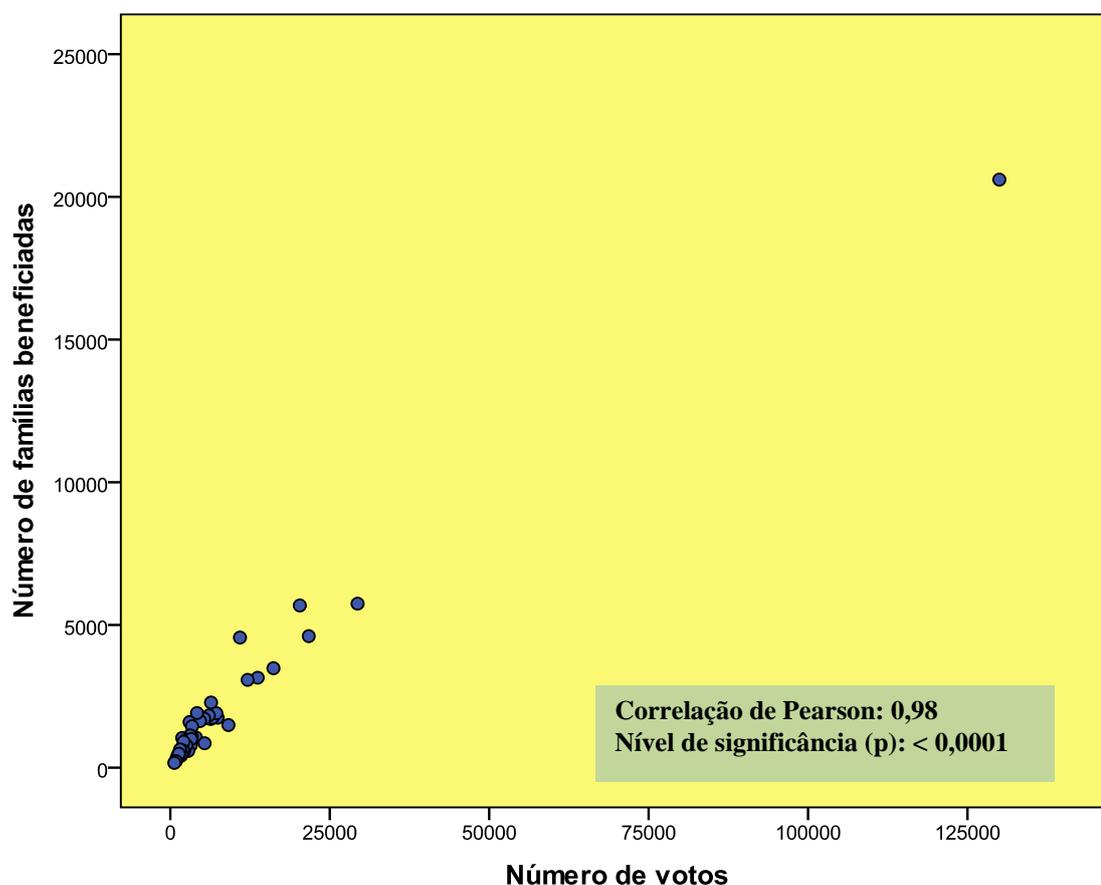
Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença % de votos (2006-2002)*
ALTA FLORESTA DO OESTE	27	68,56	1,94	68,56
ALTO ALEGRE DOS PARECIS	18	54,42	1,79	54,42
ALTO PARAÍSO	31	55,05	10,46	55,05
ALVORADA DO OESTE	37	52,88	-0,52	52,88
ARIQUEMES	23	51,80	-7,27	51,80
.		.	.	.
.		.	.	.
.		.	.	.
TEIXEIRÓPOLIS	30	52,40	42,12	-10,28
THEOBROMA	21	46,81	52,22	5,41
URUPÁ	23	51,38	43,57	-7,81
VALE DO ANARI	26	58,02	60,46	2,44
VALE DO PARAÍSO	36	45,17	53,87	8,70
VILHENA	22	48,60	54,14	5,54
Média	29,07	51,57	49,93	-1,64**
Desvio Padrão	7,2122	6,281	7,996	7,909

*P > 0,05 Teste T Pareado (T = -1,496; p = 0,141)

** Valor absoluto

Da mesma forma como nos demais Estados da região Norte do Brasil, a correlação de Pearson em Rondônia, entre beneficiados pelo Bolsa Família e a quantidade de votos em Lula da Silva, em 2006, foi altamente significativa e positiva muito forte, atingindo um percentual de 0,98, como atesta o gráfico 7.

³² Por questão de espaço, a tabela completa de Rondônia pode ser analisada nos anexos desta pesquisa.

Gráfico 7: Correlação entre Bolsa Família e voto no Estado de Rondônia

4.1.6. Roraima

Menor unidade da federação, em termos de contingente populacional – 324.397 habitantes – e tamanho do eleitorado – 233.596 eleitores –, Roraima possui uma incidência de pobreza de 39,13%. Os baixos indicadores socioeconômicos do local podem ser visualizados na quantidade de beneficiados pelo Bolsa Família, haja vista que 31.850 domicílios recebem o benefício, o equivalente a 46,4% do total geral de famílias no Estado, uma das maiores coberturas do programa na região, pois perde apenas para o Acre. Mesmo assim, o resultado das urnas mostrou que esta política pública não foi suficiente para garantir a vitória de Lula da Silva em Roraima.

Derrotado no Estado em 2006, a candidatura presidencial petista obteve um desempenho bastante inferior ao verificado na eleição de 2002. Entre um pleito e outro, o percentual médio de votos recebidos por Lula da Silva nos quinze municípios de Roraima caiu quase 16%, diminuindo de 61,09% para 45,10%, conforme demonstra a tabela 15. No

Estado, o governador da época – Ottomar Pinto – pertencia ao partido de Geraldo Alckmin e obteve êxito nas urnas, conquistando a reeleição.

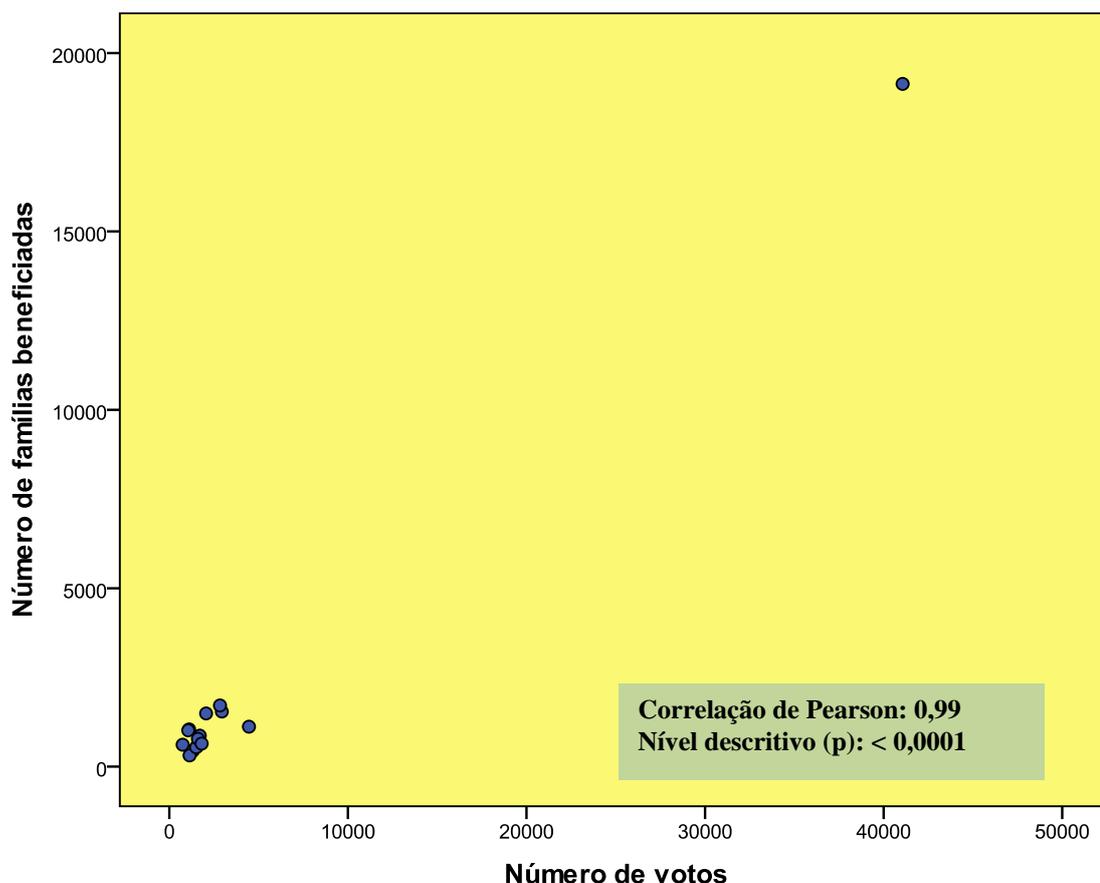
Tabela 15 – Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado de Roraima

Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % votos (2006-2002)*
BOA VISTA	36	68,10	34,66	-33,45
RORAINÓPOLIS	30	57,98	64,51	6,53
CARACARAÍ	47	58,18	48,22	-9,96
ALTO ALEGRE	40	61,52	41,39	-20,13
MUCAJAÍ	62	65,65	49,24	-16,41
CANTÁ	27	68,63	32,66	-35,97
BONFIM	53	53,88	31,76	-22,12
PACARAIMA	67	52,65	30,61	-22,04
AMAJARÍ	54	64,18	33,82	-30,36
UIRAMUTÃ	38	62,49	54,60	-7,89
CAROEBE	64	54,13	49,65	-4,47
NORMANDIA	24	60,98	39,13	-21,85
IRACEMA	45	63,09	51,84	-11,25
SÃO JOÃO DO BALIZA	60	62,57	55,76	-6,81
SÃO LUIZ DO ANAUÁ	51	62,27	58,72	-3,55
Média	46,4	61,09	45,10	15,98**
Desvio Padrão	13,7678	4,8981	10,9785	12,0688

*P < 0,05 Teste T Pareado (T = 5,129; p < 0,0001)

** Valor absoluto

Apesar de Lula ter sido derrotado no Estado de Roraima na eleição presidencial de 2006, a correlação estabelecida entre o programa federal de transferência de renda e a quantidade de votos no petista foi altamente significativa e positiva muito forte, quase perfeita, atingindo um índice de 0,99, conforme apresenta o gráfico 8.

Gráfico 8: Correlação entre Bolsa Família e voto no Estado de Roraima

4.1.7. Tocantins

Estado do Norte com a maior taxa de analfabetismo da região – 14,4% das pessoas com mais de 15 anos de idade são analfabetas –, o Tocantins possui, também, um elevado índice de pobreza, haja vista que 41,28% do total de 1.157.098 habitantes encontram-se nessa situação. Estes dados indicam a possibilidade de existir no local um alto custo de informação na tomada de decisão, o que pode ter influenciado o comportamento dos 882.728 eleitores do Estado, que estavam aptos para votar em 2006.

Em um Estado onde o programa Bolsa Família atende 106.537 domicílios – o correspondente a 42,43% do total geral de famílias –, a candidatura de Lula obteve uma performance superior à eleição presidencial de 2002. Em 2006, o percentual médio da votação do candidato do PT nas cidades tocantinenses foi de 69,66%, mais de 21 pontos percentuais acima do índice verificado em 2002, quando a média dos municípios do Tocantins foi de 48,35%, como mostra a tabela 16.

Tabela 16 – Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado de Tocantins³³

Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % votos (2006-2002)*
PALMAS	21	68,53	72,34	3,80
ARAGUAÍNA	30	56,79	73,96	17,17
GURUPI	20	62,26	63,70	1,45
PORTO NACIONAL	34	73,25	76,08	2,83
PARAÍSO DO TOCANTINS	30	52,10	60,72	8,63
.
.
.
TUPIRAMA	27	39,03	75,17	36,14
SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	56	32,98	73,45	40,47
CRIXÁS DO TOCANTINS	30	48,92	59,66	10,74
CHAPADA DE AREIA	44	49,84	56,43	6,60
OLIVEIRA DE FÁTIMA	48	51,55	66,74	15,20
Média	42,43	48,35	69,66	21,30
Desvio Padrão	10,6642	10,0291	9,8938	12,6269

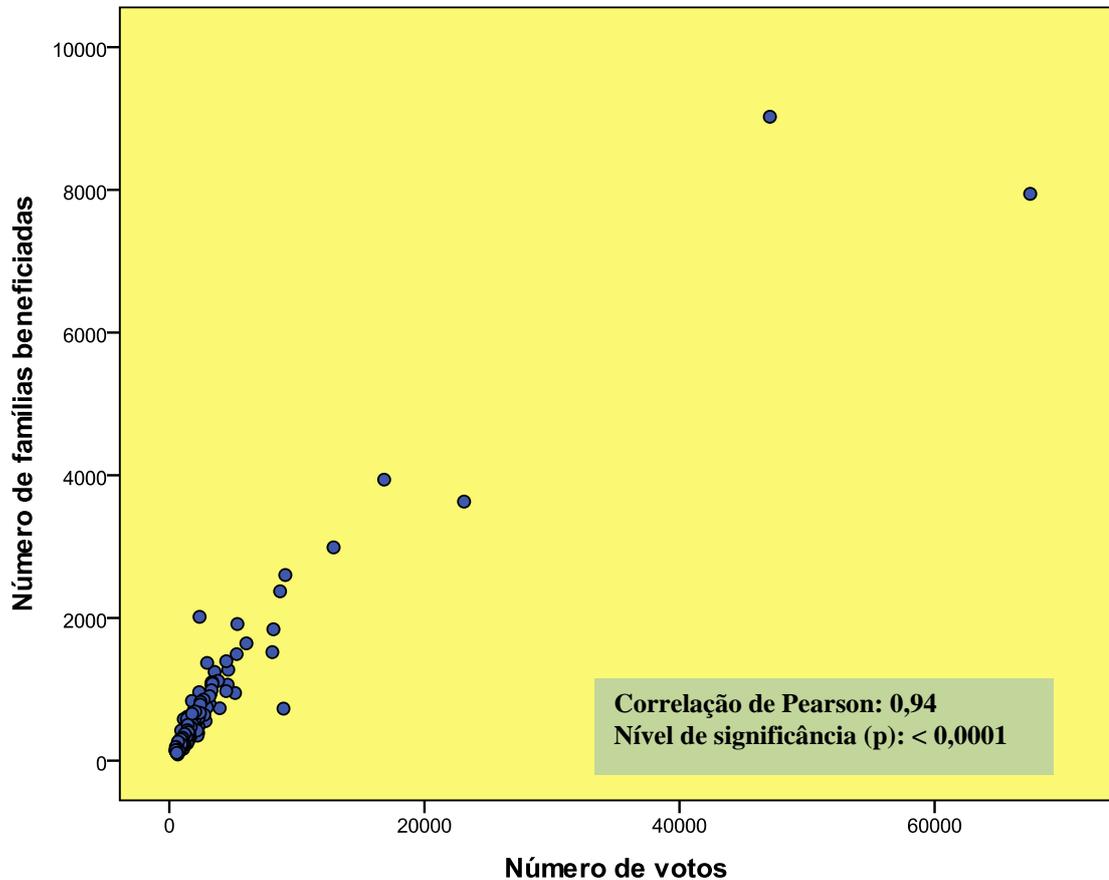
*P < 0,05 Teste T Pareado (T = -19,891; p < 0,0001)

** Valor absoluto

Apesar do aumento no percentual médio da votação de Lula nos municípios tocantinenses, verificado em 2006, o Tocantins foi o Estado da região que registrou a menor correlação entre investimentos do Bolsa Família e voto na candidatura petista, de acordo com o coeficiente de Pearson. No entanto, a correlação estabelecida obteve valores elevados – 0,94 – e pode ser considerada altamente significativa e positiva moderada, como mostra o gráfico 9.

³³ Por questão de espaço, a tabela completa de Tocantins pode ser visualizada no anexo desta pesquisa.

Gráfico 9: Correlação entre Bolsa Família e voto no Estado de Tocantins



4.2. A relação entre Bolsa Família e voto por porte das cidades

Além dos critérios geográficos e territoriais estabelecidos pelo agrupamento das cidades por Estado, decidimos, também, dividir os municípios pelo porte e tamanho de cada um, a fim de identificar se variáveis como urbanização e quantidade de habitantes contribui para alterar o padrão de comportamento do eleitor e para registrar algum impacto diferenciado do programa Bolsa Família. Assim, as cidades foram agrupadas de acordo com a classificação entre grandes, médias ou pequenas.

Os aspectos para apontar tal classificação basearam-se na abordagem metodológica predominante em órgãos públicos oficiais como o Ipea, que busca categorizar as cidades a partir da combinação de critérios demográficos e funcionais. Assim, são consideradas cidades pequenas aquelas com população até 100 mil habitantes; médias entre 100 mil a 500 mil moradores, excetuando-se as capitais estaduais; e grandes as capitais de Estado e aquelas com população superior a 500 mil residentes.

4.2.1. Cidades grandes

Assim como os estudos de Nicolau e Peixoto (2007) e Marques et al (2009) apontaram em nível de Brasil, a análise do desempenho da candidatura presidencial petista na região Norte mostra que Lula da Silva não teve um desempenho melhor nos grandes centros urbanos na eleição de 2006. Embora tenha sido vitorioso nas cidades grandes nortistas – com exceção de Boa Vista, onde foi derrotado por Alckmin -, o candidato do PT teve uma performance inferior a 2002, de acordo com o resultado das urnas.

Enquanto em 2002 a média de votos da candidatura petista foi 67,91%, em 2006, o percentual diminuiu para 63,16%. Entre as cidades grandes da região Norte, Manaus foi o município onde Lula obteve seu maior índice de votos – 87,34% – e Boa Vista ficou no outra ponta da tabela, com 34,66% dos votos válidos conquistados pelo candidato do PT.

A tabela 17 mostra, também, que na primeira eleição presidencial após a implantação do programa Bolsa Família, Lula melhorou seu desempenho apenas nas seguintes cidades grandes: Manaus, Ananindeua, Porto Velho e Palmas – sendo que, nos últimos três municípios, o crescimento percentual de votos foi ínfimo. Nas demais, o candidato do PT teve um percentual menor de votos em comparação a 2002. Vale destacar, ainda, que nas cidades grandes do Norte brasileiro, o grau de cobertura do programa Bolsa Família foi de 23,25% do total geral de famílias.

Tabela 17: Votação de Lula nas cidades grandes do Norte, em 2002 e 2006

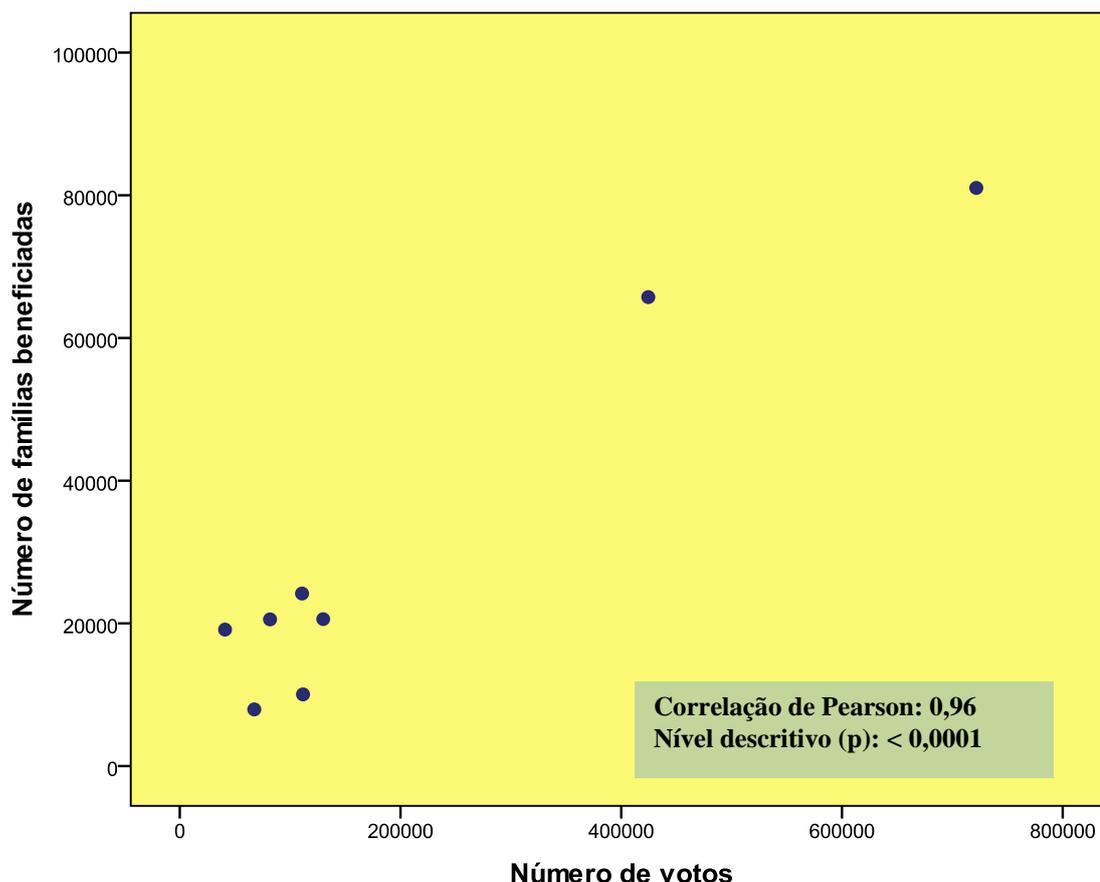
Município	Estado	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % votos (2006-2002)*
MANAUS	AM	22	77,44	87,34	9,90
BELÉM	PA	19	58,81	56,29	-2,52
ANANINDEUA	PA	23	66,62	68,56	1,94
PORTO VELHO	RO	22	60,52	63,79	3,28
MACAPÁ	AP	14	77,93	67,75	-10,18
RIO BRANCO	AC	29	65,33	54,52	-10,81
BOA VISTA	RR	36	68,10	34,66	-33,45
PALMAS	TO	21	68,53	72,34	3,80
Média		23,25	67,91	63,16	-4,75**
Desvio Padrão		6,6279	6,9435	15,3717	13,5833

*P > 0,05 Teste T Pareado (T = 0,990; p = 0,355)

** Valor absoluto

A divisão dos municípios da região Norte pelo porte de cada um e não mais pela localização geográfica por Estado – como feito nos tópicos anteriores – não modificou o grau de correlação estabelecida entre a quantidade de famílias atendidas pelo programa federal de transferência de renda e o número de votos na candidatura petista. O gráfico 10 mostra que, entre as grandes cidades da região Norte, a correlação foi significativa e positiva muito forte, atingindo o índice de 0,96.

Gráfico 10: Correlação entre Bolsa Família e voto nas cidades grandes



4.2.2. Cidades médias

Ao contrário das cidades grandes, onde o desempenho da candidatura petista, em 2006, foi inferior à eleição presidencial anterior, nas cidades médias da região Norte, Lula da Silva melhorou sua performance, elevando seu percentual médio de votos de 54,50% para 65,47%, entre os pleitos presidenciais de 2002 e 2006. No entanto, nestes municípios, o programa Bolsa Família registrou um maior grau de cobertura em comparação às cidades grandes, uma vez que beneficiou, diretamente, 35% do universo de famílias.

Com exceção de Santarém, no Estado do Pará – onde a votação de Lula diminuiu de 73,84%, em 2002, para 53,48%, em 2006 –, em todas as demais cidades médias da região

Norte, conforme mostra a tabela 18, o candidato do PT melhorou seu desempenho, após a implantação do programa federal Bolsa Família. Parintins, no Estado do Amazonas, foi a cidade média do Norte em que Lula conseguiu seu melhor desempenho qualitativo – 87,39% –, enquanto que em Itaituba, no Pará, a candidatura petista foi derrotada por Geraldo Alckmin, e teve seu menor índice de votação – 48,67% – embora as urnas registrem uma melhora no município em comparação a 2002.

Tabela 18: Votação de Lula nas cidades médias do Norte, em 2002 e 2006

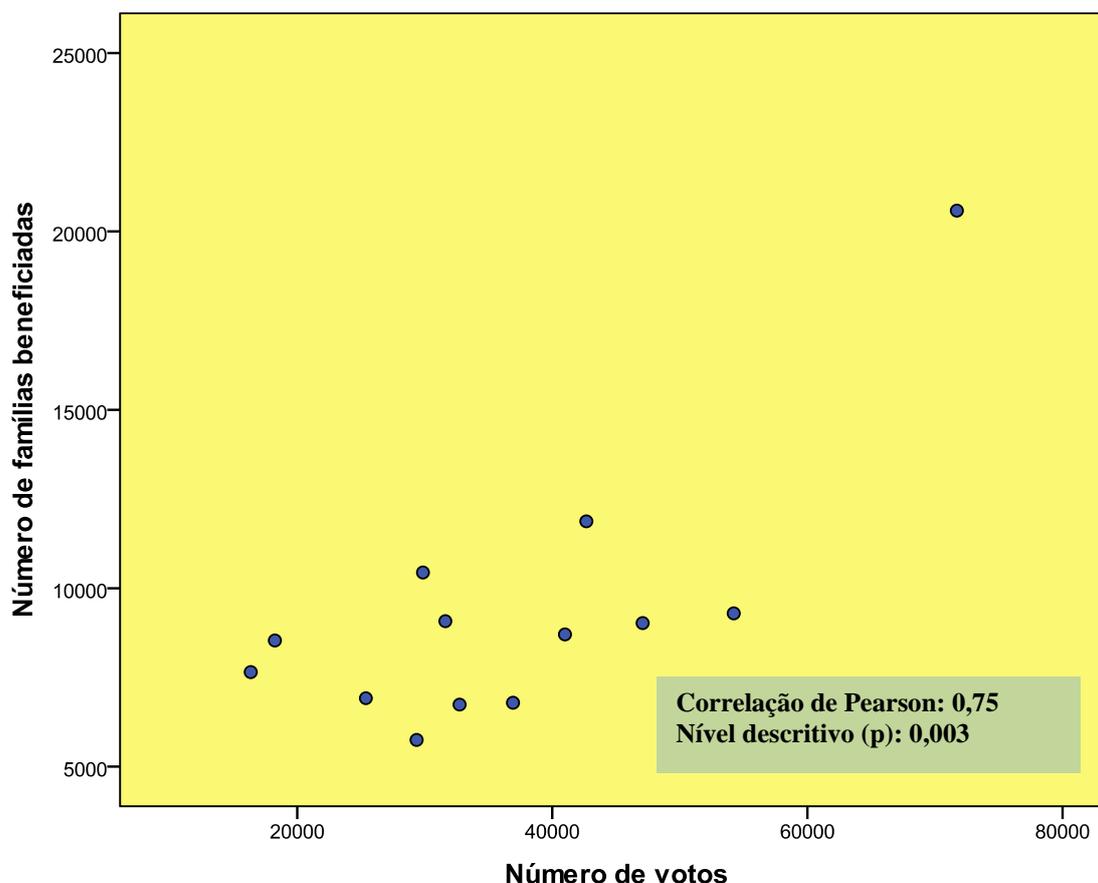
Município	Estado	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % votos (2006-2002)*
SANTARÉM	PA	33	73,84	53,48	-20,36
MARABÁ	PA	22	61,39	66,95	5,55
CASTANHAL	PA	25	46,77	58,92	12,15
PARAUPEBAS	PA	38	66,57	71,49	4,93
ABAIETUBA	PA	44	64,86	69,58	4,73
ITAITUBA	PA	36	38,02	48,67	10,65
ARAGUAÍNA	TO	30	56,79	73,96	17,17
CAMETÁ	PA	33	38,97	66,80	27,83
JI-PARANÁ	RO	19	52,63	54,42	1,79
PARINTINS	AM	46	57,57	87,39	29,82
BRAGANÇA	PA	47	37,96	69,15	31,19
MARITUBA	PA	36	58,83	65,78	6,95
BREVES	PA	46	54,35	64,55	10,19
Média		35	54,50	65,47	10,97**
Desvio Padrão		9,2916	11,3924	10,0624	13,7719

*P < 0,05 Teste T Pareado (T = -2,872; p = 0,014)

** Valor absoluto

Apesar do candidato do PT à Presidência da República ter tido um desempenho melhor nas cidades médias, a correlação entre quantidade de beneficiados pelo programa Bolsa Família e número de votos foi menor em comparação às cidades grandes. O gráfico 11 aponta um índice de 0,75 na correlação estabelecida, o que indica um coeficiente positivo moderado e de alto nível de significância.

Gráfico 11: Correlação entre Bolsa Família e voto nas cidades médias



4.2.3. Cidades pequenas

A análise mostrou, também, que quanto menor o porte dos municípios, melhor a votação de Lula em 2006. Nas cidades pequenas da região Norte, Lula obteve um melhor desempenho do que nos municípios grandes e médios. Entre 2002 e 2006, a média de votos da candidatura petista nas cidades pequenas teve um crescimento de 15,65%, passando de 48,96% para 64,60%, como aponta a tabela 19.

Estes dados indicam uma presença mais forte do programa Bolsa Família nas cidades pequenas, em relação às demais, haja vista que nestes municípios, esta política pública registrou um grau de cobertura de 41,6%, atingindo quase metade do total de famílias residentes nestas cidades. Desta feita, nota-se que a implantação desta política pública de transferência de renda contribuiu para a performance eleitoral de Lula da Silva nestas localidades, pois o mesmo obteve uma melhora considerável em 2006, em comparação a 2002. O resultado da pesquisa, em âmbito regional, confirmou os estudos nacionais de Nicolau e Peixoto (2007), Carraro et al (2008), Soares e Terron (2008) e Marques et al (2009), que apesar de apresentarem algumas discordâncias teórico-metodológicas, concluíram que o candidato petista foi vitorioso nas cidades menos desenvolvidas.

Tabela 19: Votação de Lula nas cidades pequenas do Norte, em 2002 e 2006³⁴

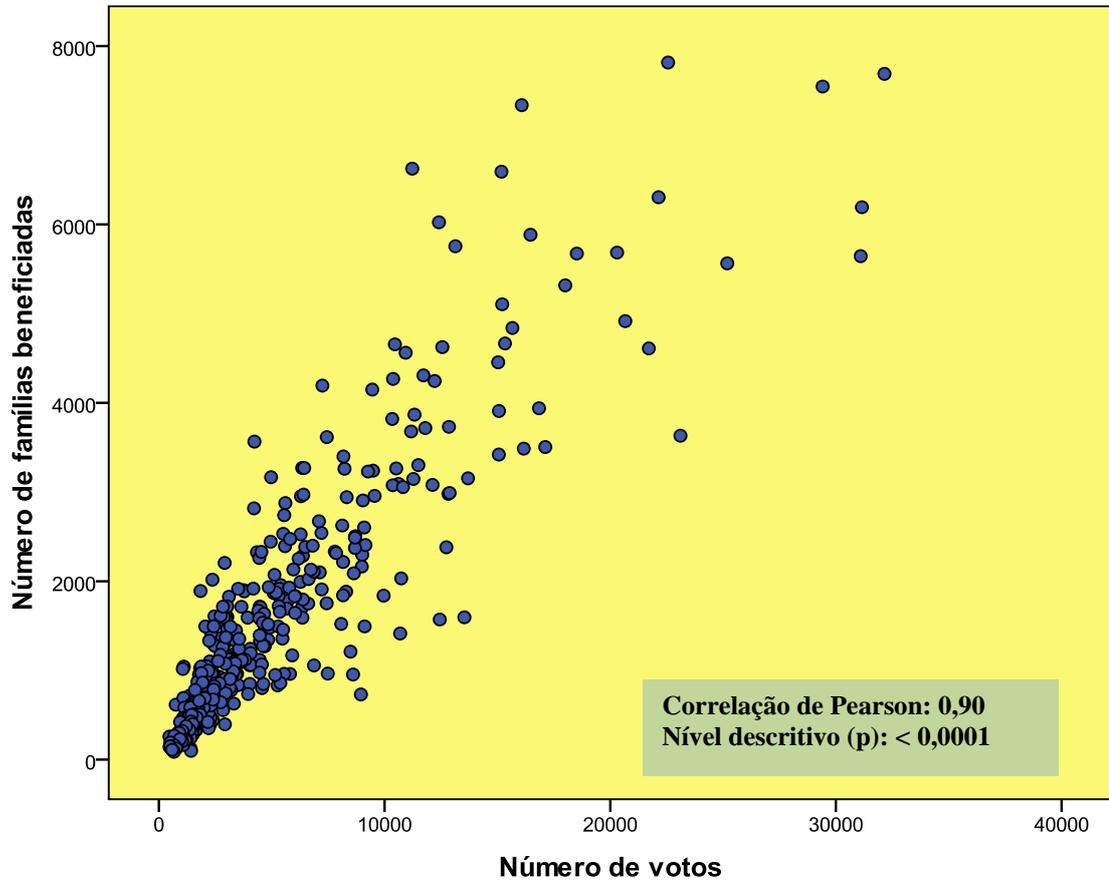
Município	Estado	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	% de Votos 2002	% de Votos 2006	Diferença de % de votos (2006-2002)*
ALTAMIRA	PA	33	47,50	40,38	-7,12
PARAGOMINAS	PA	43	47,27	62,37	15,11
SANTANA	AP	34	77,63	71,19	-6,44
TUCURUÍ	PA	31	53,07	71,55	18,48
.
.
.
TUPIRAMA	TO	27	39,03	75,17	36,14
SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	TO	56	32,98	73,45	40,47
CRIXÁS DO TOCANTINS	TO	30	48,92	59,66	10,74
CHAPADA DE AREIA	TO	44	49,84	56,43	6,60
OLIVEIRA DE FÁTIMA	TO	48	51,55	66,74	15,20
Média		41,6	48,96	64,60	15,65**
Desvio Padrão		12,1522	11,7561	14,8070	17,0322

*P < 0,05 Teste T Pareado (T = -19,006; p < 0,0001)

** Valor absoluto

Nos municípios pequenos da região Norte, a correlação estabelecida entre investimentos do Bolsa Família e voto na candidatura petista foi significativa e positiva moderada – 0,90. No entanto, o coeficiente de Pearson foi mais elevado que nos municípios médios, pois registrou uma associação bem próxima do nível muito forte, conforme indica o gráfico 12.

³⁴ Por questão de espaço, a tabela completa das cidades pequenas da região Norte pode ser visualizada nos anexos desta pesquisa.

Gráfico 12: Correlação entre Bolsa Família e voto nas cidades pequenas

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira eleição presidencial após a implantação do programa Bolsa Família, a candidatura de Lula da Silva obteve um desempenho superior na região Norte do Brasil, em relação ao pleito anterior. Em que pese as inúmeras denúncias de corrupção às quais seu governo esteve envolvido, o candidato do PT saiu praticamente incólume aos escândalos midiáticos e obteve, no intervalo de quatro anos, um aumento percentual de votos de mais de sete pontos percentuais entre os eleitores nortistas. Em comparação à votação nacional de 2006, Lula conquistou no Norte do país um índice de quase 5% a mais do que a média brasileira.

Dos sete estados da região, o petista venceu³⁵ em seis e perdeu apenas em Roraima, ao contrário de 2002, quando o candidato do PT ganhou em todas as unidades federativas da região. Em termos percentuais, Lula viu sua votação aumentar nos Estados do Norte com elevado eleitorado – Amazonas, Pará e Tocantins –, o que garantiu o sucesso eleitoral do candidato do PT na região.

Tal sucesso pôde ser confirmado a partir das bases municipais da votação de Lula da Silva. Apesar da derrota entre os roraimenses, a candidatura petista foi vitoriosa, em 2006, em 376 municípios do Norte, enquanto na eleição anterior, sequer havia vencido na maioria das cidades, conquistando a vitória em apenas 216 dos então existentes 449 municípios da região.

Embora tenha sido vitorioso na ampla maioria dos municípios do Norte do Brasil, a votação de Lula na região não foi equilibrada, tanto do ponto de vista geográfico, como socioeconômico. Isto porque o candidato presidencial do PT obteve um melhor desempenho nos municípios menos desenvolvidos da região Norte, uma vez que à medida que cresceu o número de habitantes e o grau de urbanização da cidade, menor foi a média de votação do petista. Nas cidades grandes, Lula obteve uma diminuição de 4,75% em seu índice de votação entre 2002 e 2006, enquanto que nos municípios médios, o candidato do PT teve um aumento de 10,97%, e nos pequenos e menos desenvolvidos, o crescimento foi de 15,65%.

A pesquisa confirmou, assim, em âmbito regional, a mudança na base eleitoral de Lula da Silva, que passou a ser mais dispersa e menos concentrada, da mesma forma como apontaram os estudos nacionais de Nicolau e Peixoto (2007), Carraro et al (2008), Soares e Terron (2008) e Marques et al (2009). Entretanto, não foi possível identificar quem é esse

³⁵ Refiro-me ao segundo turno da eleição presidencial de 2006, haja vista que no primeiro turno, Lula foi vitorioso apenas em 4 Estados, sendo derrotado em Roraima, Rondônia e Acre.

eleitor de Lula da Silva, até porque não era esse o objetivo desta pesquisa, o que pode ser desenvolvido em estudos posteriores.

O resultado da pesquisa mostra, também, um impacto positivo do programa Bolsa Família na votação de Lula, haja vista que o candidato obteve um melhor desempenho justamente nos municípios pequenos, onde a abrangência do programa foi maior e beneficiou, diretamente, 41,6% do total de famílias. Em contrapartida, nas cidades grandes, onde a cobertura desta política pública foi menor – 23,25% –, o petista apresentou uma performance inferior a 2002. Nas cidades médias, o programa atingiu 31% do total geral de famílias e o desempenho de Lula foi melhor do que nos municípios grandes, porém, pior do que nos pequenos.

Podemos afirmar, então, que nas áreas em que é mais visível a dependência da população por iniciativas do poder público, como nos municípios menos desenvolvidos da região Norte, Lula obteve uma melhor performance eleitoral.

Embora não possamos garantir que os beneficiários do programa Bolsa Família foram os mesmos que votaram em Lula em 2006, não se pode negar a robustez do impacto positivo desta política pública na votação do candidato do PT, o que contraria as afirmações de Carraro et al (2008), e confirma as conclusões de Nicolau e Peixoto (2007), Soares e Terron (2008) e Marques et al (2009). Por mais que consideremos a influência do contexto social de crescimento econômico mundial apontado por Carraro et al, os resultados desta pesquisa confirmam que quanto maior a cobertura do programa Bolsa Família em relação à população geral, mais elevada foi a votação de Lula na região Norte.

É o que, também, aponta o coeficiente de Pearson apresentado neste trabalho. As correlações estabelecidas entre a votação municipal do candidato do PT e a quantidade de Bolsa Família distribuída pelo governo federal variaram entre 0,75 e 0,99, e confirmam uma associação positiva moderada e, principalmente, muito forte entre as duas variáveis. A análise demonstrou, ainda, que o agrupamento das cidades por Estado ou pelo porte de cada uma não alterou o grau da correlação, permanecendo sempre em índices elevados, seja qual fosse o procedimento metodológico adotado.

Os dados, até então apresentados, mostram que não há dúvida de que, em 2006, Lula da Silva obteve uma melhora em seu desempenho eleitoral na região Norte do Brasil, tanto em comparação à eleição anterior como à média nacional. Os motivos dessa melhora são atribuídos, de acordo com a hipótese central desta pesquisa, ao programa Bolsa Família, que atendeu na região 1.023.507 famílias, sendo a maioria no Pará, Amazonas e Tocantins,

justamente as unidades da federação onde Lula deu um salto positivo em sua votação entre 2002 e 2006.

No entanto, ao analisar empiricamente a votação municipal do candidato petista por Estado, nota-se que a hipótese central apresentada, neste trabalho, não foi confirmada em sua totalidade, uma vez que o impacto positivo do programa Bolsa Família não foi verificado em todas as unidades federativas da região.

A análise das bases municipais da votação de Lula, por Estado, revela que o petista melhorou seu desempenho médio nos municípios do Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins. Em Rondônia, entre um pleito e outro, praticamente não houve alteração na votação do candidato do PT, enquanto que no Acre e em Roraima, a performance do petista foi pior em 2006 em comparação a 2002, o que contradiz a hipótese central apresentada por esta pesquisa, uma vez que os dois Estados foram as unidades federativas do Norte brasileiro, onde o programa Bolsa Família obteve maior cobertura em relação ao contingente populacional.

Se a hipótese apresentada neste estudo fosse confirmada em sua totalidade pela análise empírica, o resultado eleitoral no Acre e em Roraima seria o inverso e Lula da Silva teria melhorado seu desempenho em 2006, em relação a 2002.

A exceção à regra do Acre e de Roraima confirma, também, que nem sempre uma correlação implica em causalidade. Ou seja, o simples fato da correlação entre voto e Bolsa Família ter sido muito forte nos dois Estados, não significa, necessariamente, que as cidades com maiores investimentos do programa destinaram uma votação maciça no candidato do PT. Prova disso, é que a correlação muito forte verificada nos municípios do Acre e de Roraima, não veio acompanhada de uma melhor performance do petista. Este dado revela uma virtude desta dissertação, porque permite que futuros estudos, partindo da constatação desta pesquisa, investiguem os fatores que expliquem a assimetria no Acre e em Roraima. Ao fazer isso, tais pesquisas podem descortinar elementos explicativos referentes à correlação entre o voto em Lula da Silva e o Bolsa Família, não identificados até o momento pelos cientistas e que este estudo fornece indícios não desprezíveis.

Contudo, embora tenha tido um desempenho inferior a 2002 em Roraima e no Acre, o resultado nos dois Estados não teve grandes impactos na votação final de Lula e em sua performance eleitoral na região Norte, haja vista o eleitorado reduzido das duas unidades federativas, em contraponto ao bom desempenho obtido pelo petista nos maiores Estados da região, sobretudo no Amazonas e no Pará.

O impacto positivo do programa Bolsa Família no comportamento do eleitor da região Norte expôs a racionalidade pragmática dos moradores na escolha do voto presidencial em

2006, haja vista que o voto de grande parte dos eleitores pode ser associado aos benefícios financeiros transferidos pelo governo federal às famílias. No entanto, é um erro afirmar que apenas a racionalidade pragmática e o modelo econômico de decisão do voto contribuíram para a análise acerca desta tomada de decisão. Ou seja, não se pode simplificar a vitória de Lula, em 2006, a apenas um voto pragmático e clientelista, fruto de uma política pública que foi manipulada para tal fim.

É certo que a racionalidade econômica é um eixo significativo para avaliar o comportamento eleitoral na região Norte, sobretudo pelos baixos indicadores sociais e pelo elevado custo de informação da região – visualizado nas elevadas taxas de analfabetismo, no isolamento de muitas cidades e na dificuldade de acesso a uma gama de elementos formativos e informativos, entre outras variáveis. Entretanto, outros elementos contribuíram para a vitória de Lula da Silva na região.

Atores políticos locais, políticas públicas em âmbito estadual e municipal, estrutura de campanha, representações sociais (Almeida, 2007a), imagens e atributos pessoais do candidato (Carreirão, 2002), avaliações retrospectivas e lealdades a longo prazo (Rennó, 2007) são variáveis que ajudam a compreender este resultado das urnas. Tal análise revela que, além da racionalidade econômica, valores sociológicos, como a história, a identidade e a ideologia do candidato, e psicológicos, como o carisma e a simpatia, também podem constituir perspectivas analíticas em torno do padrão comportamental de parcela do eleitorado nortista.

O próprio contexto social de pobreza com que o eleitor do Norte interage contribuiu para o impacto positivo do programa Bolsa Família, o que mostra que fatores sociais e culturais podem fazer variar os objetivos dos eleitores, haja vista que a conjuntura socioeconômica da comunidade e suas representações sociais e políticas condicionam a lógica e o padrão que irá predominar no comportamento eleitoral, seja de grupos ou de indivíduos.

Em seu juízo de valor nas urnas – por mais que de forma enviesada e indireta –, o Bolsa Família pode ter sido avaliado pelos eleitores não apenas como algo pragmático que trouxe benefícios imediatos, como muitos analistas se referem ao programa. Na ótica do eleitor, esta política pública pode ter representado uma opção classista do governo federal pelos mais pobres, por mais que os benefícios sejam limitados e reproduzam um assistencialismo, que pouco contribui para a emancipação da humanidade pelo trabalho, pela razão e por suas produções.

Por isso, sem buscar encontrar a fórmula do sucesso eleitoral de Lula da Silva e os motivos que o levaram a vitória – até porque este não é objetivo desta pesquisa – entendo que

o voto do eleitor nortista, em 2006, resultou de uma combinação e de uma coexistência de valores pragmáticos, sociológicos e, em menor escala, psicológicos, em que grande parte votou baseada nas rendas de utilidade proporcionadas pelo governo – Bolsa Família, entre outros –, enquanto uma parcela significativa ainda permaneceu escolhendo seus candidatos baseada em crenças, ideologias e histórias, relacionando-os com seus grupos sociais e identitários.

Prova disso, foi o segundo turno das eleições presidenciais de 2006. Apesar da diluição das diferenças ideológicas entre PT e do PSDB, no confronto direto com Alckmin, o candidato petista pautou debates históricos e sobre o papel do Estado, associando a candidatura tucana à privatização do patrimônio público brasileiro, à perda de soberania e à retração dos Estados nacionais. Embora também tenha adotado uma política econômica conservadora, o discurso na reta final adotado por Lula representou uma estratégia para conquistar os votos com perfil ideológico da candidata Heloísa Helena, terceira colocada na disputa presidencial. O que se mostrou eficiente, pois a candidatura do PT não apenas conquistou grande parte dos votos de Heloísa Helena, como também avançou sobre a votação de Alckmin, que teve no segundo turno menos votos do que no primeiro.

Assim, nota-se, em 2006, na região Norte e em todo o Brasil, a coexistência pacífica de um padrão de comportamento eleitoral racional, sociológico e psicológico, com predominância do primeiro, porém sem transformá-lo em perspectiva analítica universal. Ou seja, o resultado das urnas alternou um voto relacionado ao carisma, à história e à identificação de Lula com o povo e os mais pobres, e outro baseado em resultados materiais imediatistas garantidos pelo governo, por meio de políticas públicas como o programa Bolsa Família.

VI. REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001. (**Tese de Doutorado**).

ALMEIDA, Jorge. **Como Vota o Brasileiro**. São Paulo: Casa Amarela, 1996.

ALMEIDA, Jorge. Discutindo o voto por valores e a racionalidade pragmática no comportamento político dos brasileiros em 2006. In: **ANAIS DO XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais, 2007b.

ALMEIDA, Jorge. Evolução de imagem do governo Lula e comportamento eleitoral em 2006. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 10. abr. 2007a.

ALMEIDA, Jorge. **Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Xamã Editora, 2002.

BERELSON, Bernard; LAZARFELD, Paul F; McPHEE, William. **Voting: study of opinion formation in a presidential campaign**. Chicago: The University of Chicago Press, 1954.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome– MDS. Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em 28 de setembro de 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Microdados do Cadastro Único. Acesso em setembro de 2009.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Estatística do eleitorado brasileiro em 2006.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Resultado oficial das eleições presidenciais de 2006.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren & STOKES, Donald. **The American voter**. Nova Iorque, John Wiley & Sons, Inc., 1965.

CARRARO, André; ARAÚJO JÚNIOR, Ari F.; DAMÉ, Otávio M.; MONASTERIO, Leonardo M.; SHIKIDA, Cláudio D. **“É a economia, companheiro!”: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais**. In: Encontro de Economia da Região Sul, 10, 2007, Porto Alegre-RS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/face/ppge/anpecsul/5-07.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2008.

CARREIRÃO, Yan S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARREIRÃO, Yan S. A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 10. abr. 2007a.

CARREIRÃO, Yan S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol.13, nº 2, nov. 2007b.

CARREIRÃO, Yan S & KINZO, Maria D'Alva G. Partidos Políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**, vol. 47, nº 1, 2004.

CASTRO, Mônica Mata M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 20, v. 7, out. 1992.

CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam. Democracia e Cultura: uma visão não culturalista. **Lua Nova**, São Paulo: Cedec, n. 58. 2003.

DIAS, Elizabeth de Assis. **Popper e as Ciências Humanas**. Belém: UFPA, 1992.

DECRETO nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

DECRETO nº 5.749, de 11 de abril de 2006.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**; tradução Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Edusp, 1999.

ELSTER, Jon. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**; tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FAREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.16, n. 45, 2001.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do Voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico brasileiro do ano de 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros de 2003.

KING, G.; KEOHANE, R. & VERBA, S. **Designing social inquiry : scientific inference in qualitative research**. Princeton University Press. 1994.

LEI nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada às Ciências Humanas**. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1978.

LINHARES, Fernando. Bolsa Família: um novo arranjo para os programas de transferência de renda no Brasil. Niterói: UFF, 2005 (**Dissertação de Mestrado**).

MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**; tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARQUES, Rosa M.; LEITE, Marcel G.; MENDES, Áquilas; FERREIRA, Mariana Ribeiro J. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 19, nº 1, jan/mar. 2009.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MESQUITA, Camila S. O programa Bolsa Família: Uma análise de seu impacto e alcance social. Brasília: UnB, 2007 (**Dissertação de Mestrado**).

NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. As bases municipais da votação de Lula em 2006. **Cadernos do Fórum Nacional**, Rio de Janeiro, nº 6, fev. 2007.

O LIBERAL, Jornal. Bolsa Família não reduz miséria. Caderno Poder, p.1. Edição de 6 de junho de 2010.

O LIBERAL, Jornal. Ministério considera normal a estabilidade da pobreza. Caderno Poder, p.2. Edição de 6 de junho de 2010.

POLLOCK, Phillip H. *An SPSS Companion to Political Analysis*. Washington: CQ Press, 2003.

PRZEWORSKI, Adam. Marxismo e escolha nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 6, 1988.

RELATÓRIO analítico de domicílios e pessoas cadastradas, de 26 de setembro de 2007.

RELATÓRIO sintético de domicílios e pessoas cadastradas para programas sociais do governo federal, de 26 de setembro de 2007.

RENNÓ, Lúcio R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº 2, nov. 2007.

RICHARDSON, Robert J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, Maria G. (1997). Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. Disponível em <http://estadoedemocracia.blogspot.com/2007/08>. Acesso em fevereiro de 2008.

SOARES, Gláucio; TERRON, Sonia. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, nov. 2008.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes. 2002

TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos: Escolha Racional no campo da política comparada**; tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edusp, 1998.

ANEXOS

ANEXO I - Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado do Amazonas

Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	Votos 2002	Votos 2006	Diferença de votos
MANAUS	22	77,44	87,34	9,90
PARINTINS	46	57,57	87,39	29,82
ITACOATIARA	46	72,84	88,42	15,58
MANACAPURU	45	59,36	90,71	31,35
COARI	46	76,48	90,43	13,96
TEFÉ	26	70,74	91,23	20,49
MAUÉS	44	82,33	91,24	8,91
TABATINGA	19	41,99	85,12	43,13
MANICORÉ	39	33,46	79,93	46,48
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	22	69,83	85,33	15,50
HUMAITÁ	53	58,40	77,29	18,89
LÁBREA	67	76,18	91,33	15,15
IRANDUBA	22	64,56	93,31	28,75
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	24	41,57	86,76	45,19
CAREIRO	16	60,74	91,72	30,98
BORBA	53	49,78	92,90	43,12
AUTAZES	55	42,50	89,87	47,38
BOCA DO ACRE	32	45,12	62,87	17,75
BENJAMIN CONSTANT	48	69,95	92,74	22,79
NOVA OLINDA DO NORTE	52	39,62	87,98	48,36
EIRUNEPÉ	60	54,19	90,90	36,71
SANTO ANTONIO DO IÇÁ	46	23,08	73,54	50,47
BARREIRINHA	56	54,56	89,72	35,16
RIO PRETO DA EVA	51	60,26	88,68	28,41
PRESIDENTE FIGUEIREDO	28	77,97	89,73	11,76
CARAUARI	60	56,54	83,84	27,29
BARCELOS	27	40,54	81,65	41,10
CAREIRO DA VÁRZEA	24	49,14	91,90	42,76
MANAQUIRI	46	55,66	95,97	40,30
TONANTINS	25	27,43	63,98	36,55
TAPAUÁ	70	14,71	85,19	70,48
PAUINI	30	36,05	81,54	45,49
NOVO ARIPUANÃ	51	35,71	88,02	52,31
FONTE BOA	28	42,83	72,97	30,13
APUÍ	34	53,08	68,65	15,56
URUCURITUBA	76	73,34	89,91	16,57
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	31	33,97	70,71	36,74
NHAMUNDÁ	60	36,23	82,39	46,15
IPIXUNA	39	43,37	63,93	20,57
MARAÃ	43	49,58	89,02	39,44
ENVIRA	48	40,98	65,62	24,64
JUTAÍ	46	25,44	67,44	41,99

CODAJÁS	31	46,80	85,77	38,97
NOVO AIRÃO	38	56,14	84,60	28,47
URUCARÁ	43	72,11	91,45	19,33
GUAJARÁ	27	38,37	61,89	23,52
ATALAIA DO NORTE	37	46,19	77,43	31,24
BERURI	55	24,21	76,23	52,02
ANORI	48	37,66	84,68	47,02
BOA VISTA DO RAMOS	62	75,76	88,68	12,92
ALVARÃES	36	74,22	88,68	14,46
CANUTAMA	54	35,06	85,43	50,37
CAAPIRANGA	39	55,67	93,27	37,60
UARINI	23	35,82	86,53	50,72
ITAPIRANGA	55	54,54	88,61	34,07
JURUÁ	27	12,48	66,78	54,30
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	48	37,80	78,13	40,33
AMATURÁ	49	28,42	89,17	60,75
ANAMÃ	64	40,29	81,35	41,06
SILVES	37	84,35	90,97	6,62
ITAMARATI	49	32,51	86,72	54,21
JAPURÁ	26	35,03	83,96	48,93
Média	42	49,98	83,70	36,98
Desvio Padrão	14,0759	17,5908	8,9408	14,7119

ANEXO II - Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado do Pará

Município	Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	Votos 2002	Votos 2006	Diferença de votos
ABAETETUBA	44	58,81	56,29	-2,52
ABEL FIGUEIREDO	37	60,52	63,79	3,28
ACARÁ	17	73,84	53,48	-20,36
AFUÁ	40	61,39	66,95	5,55
ÁGUA AZUL DO NORTE	26	46,77	58,92	12,15
ALENQUER	51	66,57	71,49	4,93
ALMEIRIM	38	64,86	69,58	4,73
ALTAMIRA	33	38,02	48,67	10,65
ANAJÁS	52	38,97	66,80	27,83
ANANINDEUA	23	37,96	69,15	31,19
ANAPU	48	58,83	65,78	6,95
AUGUSTO CORRÊA	60	54,35	64,55	10,19
AURORA DO PARÁ	57	47,50	40,38	-7,12
AVEIRO	53	47,27	62,37	15,11
BAGRE	49	53,07	71,55	18,48
BAIÃO	54	61,49	71,10	9,61
BANNACH	27	45,01	57,47	12,46
BARCARENA	36	54,12	70,02	15,90
BELÉM	19	57,61	53,04	-4,57
BELTERRA	57	50,36	57,87	7,51
BENEVIDES	33	44,36	67,36	23,00
BOM JESUS DO TOCANTINS	38	54,75	47,30	-7,45
BONITO	48	41,40	27,67	-13,73
BRAGANÇA	47	57,55	62,37	4,82
BRASIL NOVO	36	43,41	46,81	3,39
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	54	50,31	72,66	22,34
BREU BRANCO	43	41,37	52,57	11,21
BREVES	46	44,57	59,86	15,29
BUJARU	35	42,42	66,13	23,71
CACHOEIRA DO ARARI	47	48,22	76,75	28,53
CACHOEIRA DO PIRIÁ	26	39,38	52,66	13,28
CAMETÁ	33	33,63	51,20	17,57
CANAÃ DOS CARAJÁS	31	39,95	65,66	25,71
CAPANEMA	34	41,35	51,35	10,01
CAPITÃO POÇO	34	44,94	72,86	27,92
CASTANHAL	25	40,60	57,17	16,56
CHAVES	47	62,38	75,75	13,37
COLARES	42	54,51	61,26	6,75
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	27	57,28	56,92	-0,36
CONCÓRDIA DO PARÁ	47	52,10	63,09	10,98
CUMARU DO NORTE	32	48,54	73,24	24,71
CURIONÓPOLIS	52	40,66	63,35	22,70

CURRALINHO	59	37,62	63,95	26,32
CURUÁ	47	38,51	38,45	-0,06
CURUÇÁ	58	62,96	70,42	7,46
DOM ELISEU	44	22,72	45,35	22,63
ELDORADO DOS CARAJÁS	30	51,89	55,17	3,28
FARO	38	27,57	61,22	33,64
FLORESTA DO ARAGUAIA	31	48,63	65,93	17,29
GARRAFÃO DO NORTE	39	43,84	69,43	25,59
GOIANÉSIA DO PARÁ	43	44,74	79,47	34,73
GURUPÁ	33	41,06	40,67	-0,39
IGARAPÉ-AÇU	54	39,20	63,92	24,72
IGARAPÉ-MIRI	46	47,64	56,63	8,99
INHANGAPI	41	44,22	70,29	26,07
IPIXUNA DO PARÁ	46	56,85	48,17	-8,68
IRITUIA	46	51,29	59,03	7,74
ITAITUBA	36	59,94	78,07	18,13
ITUPIRANGA	33	51,75	72,75	20,99
JACAREACANGA	20	53,25	64,71	11,46
JACUNDÁ	32	31,79	65,54	33,75
JURUTI	59	53,66	72,21	18,55
LIMOEIRO DO AJURU	47	47,62	64,59	16,97
MÃE DO RIO	54	38,42	56,70	18,28
MAGALHÃES BARATA	60	49,31	73,47	24,16
MARABÁ	22	47,44	36,14	-11,30
MARACANÃ	35	41,01	65,68	24,67
MARAPANIM	32	34,48	59,45	24,97
MARITUBA	36	30,92	75,64	44,71
MEDICILÂNDIA	43	56,97	57,08	0,11
MELGAÇO	35	60,39	58,06	-2,33
MOCAJUBA	47	49,57	74,79	25,22
MOJU	54	16,80	27,61	10,81
MONTE ALEGRE	42	41,64	62,79	21,15
MUANÁ	55	35,91	64,52	28,61
NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	51	49,12	56,52	7,40
NOVA IPIXUNA	50	39,49	70,75	31,26
NOVA TIMBOTEUA	51	29,79	52,72	22,92
NOVO PROGRESSO	22	62,47	62,59	0,12
NOVO REPARTIMENTO	61	37,36	58,68	21,33
ÓBIDOS	41	45,12	63,37	18,25
OEIRAS DO PARÁ	51	43,23	73,13	29,90
ORIXIMINÁ	43	33,37	56,43	23,06
OURÉM	62	38,02	28,06	-9,95
OURILÂNDIA DO NORTE	29	48,11	63,88	15,76
PACAJÁ	50	36,95	62,18	25,23
PALESTINA DO PARÁ	55	57,06	82,17	25,11
PARAGOMINAS	43	37,72	60,59	22,87

PARAUPEBAS	38	43,31	57,15	13,85
PAU D'ARCO	50	51,25	61,96	10,71
PEIXE-BOI	52	56,42	72,11	15,69
PIÇARRA	50	54,49	36,36	-18,14
PLACAS	35	49,77	61,59	11,83
PONTA DE PEDRAS	55	29,75	43,16	13,41
PORTEL	54	31,46	26,42	-5,04
PORTO DE MOZ	39	45,04	68,45	23,41
PRAINHA	60	43,61	57,74	14,14
PRIMAVERA	63	49,85	65,89	16,03
QUATIPURU	62	32,51	72,34	39,83
REDENÇÃO	34	40,96	29,42	-11,55
RIO MARIA	17	46,30	27,72	-18,58
RONDON DO PARÁ	36	65,01	84,19	19,18
RURÓPOLIS	51	37,31	62,52	25,21
SALINÓPOLIS	25	50,63	58,35	7,72
SALVATERRA	48	39,53	71,13	31,60
SANTA BÁRBARA DO PARÁ	47	46,52	71,32	24,80
SANTA CRUZ DO ARARI	40	42,84	57,27	14,43
SANTA IZABEL DO PARÁ	47	24,42	52,48	28,05
SANTA LUZIA DO PARÁ	56	56,60	55,90	-0,70
SANTA MARIA DAS BARREIRAS	52	30,95	35,69	4,73
SANTA MARIA DO PARÁ	49	36,85	68,17	31,31
SANTANA DO ARAGUAIA	31	57,35	69,62	12,27
SANTARÉM	33	43,83	64,88	21,05
SANTARÉM NOVO	54	45,63	59,38	13,75
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	48	46,00	46,67	0,67
SÃO CAETANO DE ODIVELAS	38	50,18	62,04	11,86
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	38	47,32	49,82	2,50
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	37	49,23	53,67	4,45
SÃO FÉLIX DO XINGU	28	28,05	53,49	25,44
SÃO FRANCISCO DO PARÁ	39	36,13	49,39	13,26
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	32	42,13	52,69	10,56
SÃO JOÃO DA PONTA	35	49,87	69,21	19,34
SÃO JOÃO DE PIRABAS	40	65,39	59,34	-6,05
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	49	26,47	61,56	35,09
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	48	47,28	65,25	17,97
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	60	50,99	52,14	1,16
SAPUCAIA	28	39,68	62,50	22,82
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	32	46,64	65,03	18,39
SOURE	41	24,61	56,13	31,52
TAILÂNDIA	36	54,22	68,45	14,23
TERRA ALTA	60	37,03	54,48	17,45
TERRA SANTA	49	34,56	44,85	10,29
TOMÉ-AÇU	46	33,29	65,67	32,39
TRACUATEUA	64	37,91	56,62	18,71

TRAIRÃO	32	42,36	58,05	15,69
TUCUMÃ	39	28,78	55,53	26,75
TUCURUÍ	31	59,69	56,55	-3,14
ULIANÓPOLIS	33	53,94	55,98	2,04
URUARÁ	34	33,73	66,90	33,17
VIGIA	36	51,65	65,22	13,57
WISEU	67	42,67	44,00	1,33
VITÓRIA DO XINGU	31	32,70	63,72	31,01
XINGUARA	27	37,90	47,81	9,90
Média	42,26	45,46	59,62	14,16
Desvio Padrão	11,1992	10,2621	11,5641	12,7162

ANEXO III - Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado de Rondônia

Município	% Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	Votos 2002	Votos 2006	Diferença de votos
ALTA FLORESTA DO OESTE	27	66,62	68,56	1,94
ALTO ALEGRE DOS PARECIS	18	52,63	54,42	1,79
ALTO PARAÍSO	31	44,59	55,05	10,46
ALVORADA DO OESTE	37	53,40	52,88	-0,52
ARIQUEMES	23	59,07	51,80	-7,27
BURITIS	26	50,56	40,41	-10,15
CABIXI	24	53,06	57,31	4,24
CACAULÂNDIA	34	63,57	65,89	2,33
CACOAL	28	51,67	46,99	-4,68
CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	24	49,94	45,90	-4,04
CANDEIAS DO JAMARI	24	49,16	45,22	-3,94
CASTANHEIRAS	45	51,79	43,77	-8,02
CEREJEIRAS	29	56,10	45,72	-10,38
CHUPINGUAIA	28	54,82	55,83	1,01
COLORADO DO OESTE	29	43,58	49,21	5,63
CORUMBIARA	24	52,29	51,74	-0,55
COSTA MARQUES	44	46,74	36,82	-9,91
CUJUBIM	33	54,74	52,22	-2,52
ESPIGÃO DO OESTE	25	41,23	46,35	5,12
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	32	40,21	58,16	17,95
GUAJARÁ-MIRIM	30	60,99	71,27	10,28
ITAPUÃ DO OESTE	31	39,54	49,00	9,46
JARU	32	45,92	36,70	-9,22
JI-PARANÁ	19	38,96	42,70	3,74
MACHADINHO DO OESTE	39	46,53	44,05	-2,48
MINISTRO ANDREAZZA	33	51,43	54,94	3,51
MIRANTE DA SERRA	23	51,65	43,96	-7,69
MONTE NEGRO	33	42,36	46,66	4,30
NOVA BRASILÂNDIA	37	48,09	49,47	1,37
NOVA MAMORÉ	44	44,58	50,32	5,74
NOVA UNIÃO	29	53,50	50,85	-2,65
NOVO HORIZONTE DO OESTE	32	59,01	54,98	-4,03
OURO PRETO DO OESTE	13	53,01	36,06	-16,96
PARECIS	47	61,82	53,06	-8,75
PIMENTA BUENO	19	57,08	39,95	-17,13
PIMENTEIRAS DO OESTE	24	54,75	60,21	5,46
PORTO VELHO	22	57,97	43,42	-14,55
PRESIDENTE MÉDICI	25	53,17	48,85	-4,32
PRIMAVERA DE RONDÔNIA	29	50,88	34,51	-16,37
RIO CRESPO	30	57,23	45,44	-11,80
ROLIM DE MOURA	24	50,44	63,30	12,86
SANTA LUZIA DO OESTE	25	60,36	54,58	-5,78
SÃO FELIPE DO OESTE	36	57,48	53,26	-4,22

SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	25	53,25	50,06	-3,19
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	28	46,27	43,79	-2,48
SERINGUEIRAS	39	47,26	44,36	-2,89
TEIXEIRÓPOLIS	30	52,40	42,12	-10,28
THEOBROMA	21	46,81	52,22	5,41
URUPÁ	23	51,38	43,57	-7,81
VALE DO ANARI	26	58,02	60,46	2,44
VALE DO PARAÍSO	36	45,17	53,87	8,70
VILHENA	22	48,60	54,14	5,54
Média	29,07	51,57	49,93	-1,64
Desvio Padrão	7,2122	6,281	7,996	7,909

ANEXO IV - Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nos municípios do Estado do Tocantins

Município	Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	Votos 2002	Votos 2006	Diferença de votos
PALMAS	21	68,53	72,34	3,80
ARAGUAÍNA	30	56,79	73,96	17,17
GURUPI	20	62,26	63,70	1,45
PORTO NACIONAL	34	73,25	76,08	2,83
PARAÍSO DO TOCANTINS	30	52,10	60,72	8,63
COLINAS DO TOCANTINS	35	52,40	59,05	6,66
ARAGUATINS	40	39,90	72,01	32,12
GUARAÍ	33	48,31	69,94	21,63
MIRACEMA DO TOCANTINS	24	57,91	82,08	24,17
DIANÓPOLIS	40	62,60	72,36	9,76
FORMOSO DO ARAGUAIA	40	52,27	56,91	4,64
AUGUSTINÓPOLIS	51	52,01	81,44	29,43
TAGUATINGA	44	37,21	75,22	38,01
MIRANORTE	32	45,50	66,07	20,57
GOIATINS	49	34,85	76,17	41,32
XAMBIOÁ	30	49,93	76,08	26,15
NOVA OLINDA	32	50,25	63,66	13,41
ARRAIAS	39	60,97	80,14	19,17
PARANÁ	55	38,18	76,81	38,63
PEDRO AFONSO	40	49,63	65,05	15,42
SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	52	53,58	87,28	33,70
BABAÇULÂNDIA	46	29,33	80,08	50,76
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	56	59,08	89,23	30,15
ANANÁS	29	44,50	77,91	33,41
WANDERLÂNDIA	39	47,79	68,40	20,61
NATIVIDADE	44	43,71	55,41	11,70
ARAGUAÇU	15	36,86	39,67	2,81
AXIXÁ DO TOCANTINS	65	44,55	77,15	32,60
PEIXE	44	49,64	68,79	19,15
COLMÉIA	29	43,64	54,34	10,70
LAGOA DA CONFUSÃO	36	66,10	75,16	9,06
PALMEIRÓPOLIS	34	32,34	52,15	19,81
BURITI DO TOCANTINS	43	45,53	73,92	28,39
ESPERANTINA	57	65,61	80,78	15,17
ALVORADA	29	49,34	55,42	6,08
CAMPOS LINDOS	59	33,17	60,31	27,14
FILADÉLFIA	39	33,17	71,40	38,23
ALMAS	41	50,17	54,32	4,16
PRAIA NORTE	62	53,31	91,55	38,24
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	24	54,75	70,20	15,45
ARAPOEMA	35	52,68	72,70	20,02
TOCANTINÓPOLIS	52	54,21	82,00	27,80

TOCANTÍNIA	35	64,70	84,19	19,49
PONTE ALTA DO TOCANTINS	45	42,56	64,78	22,23
MONTE DO CARMO	45	58,05	63,17	5,12
PIUM	36	46,93	64,38	17,45
CRISTALÂNDIA	42	59,63	70,73	11,11
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	40	57,27	67,47	10,20
ITACAJÁ	45	32,15	66,39	34,24
RIO SONO	40	56,03	64,28	8,25
ITAGUATINS	50	56,64	78,00	21,36
SANTA FÉ DO ARAGUAIA	30	51,58	71,32	19,73
ARAGUCEMA	40	36,24	65,53	29,29
ARAGOMINAS	40	41,06	65,29	24,22
BREJINHO DE NAZARÉ	48	56,47	79,84	23,37
GOIANORTE	47	32,49	51,38	18,89
DARCINÓPOLIS	54	51,58	79,58	28,00
BARROLÂNDIA	49	56,31	71,72	15,41
SILVANÓPOLIS	41	56,25	56,89	0,63
ARAGUANÃ	35	49,23	84,83	35,60
COUTO DE MAGALHÃES	41	51,13	60,20	9,07
COMBINADO	49	48,05	72,00	23,95
SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE	21	55,88	59,99	4,11
PEQUIZEIRO	48	48,72	55,23	6,51
PAU D'ARCO	30	49,55	63,83	14,29
PALMEIRANTE	36	36,11	67,28	31,17
CASEARA	38	55,77	75,30	19,54
FIGUEIRÓPOLIS	43	48,11	64,93	16,82
MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	38	45,89	69,90	24,01
PALMEIRAS DO TOCANTINS	52	35,60	69,38	33,78
SÃO BENTO DO TOCANTINS	38	37,08	74,75	37,67
PONTE ALTA DO BOM JESUS	41	29,45	68,79	39,34
BERNARDO SAYÃO	45	38,60	50,65	12,05
DUERÉ	39	64,55	56,61	-7,93
NAZARÉ	36	37,54	74,54	37,00
SANTA ROSA DO TOCANTINS	57	50,62	59,61	8,99
CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	47	47,73	73,06	25,32
PINDORAMA DO TOCANTINS	49	34,39	67,38	32,99
SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	59	48,27	85,81	37,53
ALIANÇA DO TOCANTINS	56	34,48	82,99	48,50
AGUIARNÓPOLIS	38	58,36	70,85	12,49
APARECIDA DO RIO NEGRO	44	37,20	71,84	34,64
FÁTIMA	41	43,20	57,10	13,91
JAÚ DO TOCANTINS	26	43,35	58,38	15,04
NOVA ROSALÂNDIA	50	45,28	66,74	21,46
NOVO ACORDO	54	39,65	76,41	36,77
SAMPAIO	72	53,95	70,71	16,77
CHAPADA DA NATIVIDADE	50	53,66	72,21	18,55

RECURSOLÂNDIA	54	27,83	61,46	33,63
RIACHINHO	55	57,20	79,71	22,50
PRESIDENTE KENNEDY	30	63,30	72,26	8,97
CARIRI DO TOCANTINS	29	59,57	72,39	12,82
LIZARDA	50	26,60	77,84	51,24
BARRA DO OURO	53	29,94	74,95	45,01
SANDOLÂNDIA	26	36,59	43,62	7,03
ITAPIRATINS	52	24,87	59,86	34,99
AURORA DO TOCANTINS	54	51,82	75,23	23,42
CARRASCO BONITO	56	42,79	84,08	41,29
LAGOA DO TOCANTINS	68	51,91	94,81	42,90
MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	51	33,77	76,03	42,26
ANGICO	42	35,70	62,21	26,51
SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	55	53,30	81,84	28,54
ITAPORÃ DO TOCANTINS	41	41,93	61,73	19,80
PIRAQUÊ	45	49,19	66,27	17,08
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	49	57,18	71,96	14,78
LUZINÓPOLIS	48	42,44	80,08	37,64
MURICILÂNDIA	30	47,44	62,78	15,34
BOM JESUS DO TOCANTINS	39	52,27	71,57	19,30
BANDEIRANTE DO TOCANTINS	43	49,93	61,14	11,22
SANTA MARIA DO TOCANTINS	43	55,54	63,28	7,74
TALISMÃ	41	62,06	65,22	3,16
NOVO JARDIM	38	59,74	67,56	7,83
CENTENÁRIO	36	61,00	71,21	10,21
CARMOLÂNDIA	31	55,17	81,32	26,15
SANTA TEREZA DO TOCANTINS	45	58,19	83,58	25,40
SANTA RITA DO TOCANTINS	33	41,62	58,44	16,82
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	51	33,96	65,63	31,67
ABREULÂNDIA	39	63,76	70,61	6,85
CACHOEIRINHA	58	44,41	76,35	31,94
PUGMIL	47	53,43	77,36	23,94
BRASILÂNDIA DO TOCANTINS	38	47,55	73,11	25,56
LAJEADO	34	61,06	72,73	11,67
JUARINA	20	57,96	44,53	-13,44
FORTALEZA DO TABOCÃO	25	58,48	63,09	4,61
TUPIRATINS	47	38,89	78,32	39,43
RIO DOS BOIS	35	46,51	74,85	28,34
TAIPAS DO TOCANTINS	44	54,52	79,27	24,75
MONTE SANTO	55	47,53	62,96	15,43
IPUEIRAS	58	41,11	65,01	23,89
NOVO ALEGRE	64	46,58	83,13	36,56
MATEIROS	46	59,12	73,81	14,70
SUCUPIRA	47	41,75	49,66	7,92
LAVANDEIRA	53	42,62	77,66	35,04
RIO DA CONCEIÇÃO	46	65,17	76,01	10,84
TUPIRAMA	27	39,03	75,17	36,14

SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	56	32,98	73,45	40,47
CRIXÁS DO TOCANTINS	30	48,92	59,66	10,74
CHAPADA DE AREIA	44	49,84	56,43	6,60
OLIVEIRA DE FÁTIMA	48	51,55	66,74	15,20
Média	42,43	48,35	69,66	21,30
Desvio Padrão	10,6642	10,0291	9,8938	12,6269

ANEXO V - Diferença do percentual de votos recebidos pelo candidato Lula nas eleições de 2002 e 2006 nas cidades pequenas do Norte do Brasil

Município	Estado	Cobertura do PBF em relação ao total de famílias	Votos 2002	Votos 2006	Diferença de votos
ALTAMIRA	PA	33	47,50	40,38	-7,12
PARAGOMINAS	PA	43	47,27	62,37	15,11
SANTANA	AP	34	77,63	71,19	-6,44
TUCURUÍ	PA	31	53,07	71,55	18,48
BARCARENA	PA	36	61,49	71,10	9,61
ITACOATIARA	AM	46	72,84	88,42	15,58
MANACAPURU	AM	45	59,36	90,71	31,35
ARIQUEMES	RO	23	44,59	55,05	10,46
CACOAL	RO	28	53,40	52,88	-0,52
CRUZEIRO DO SUL	AC	43	44,44	42,20	-2,24
GURUPI	TO	20	62,26	63,70	1,45
TAILÂNDIA	PA	36	45,01	57,47	12,46
VILHENA	RO	22	59,07	51,80	-7,27
MOJU	PA	54	54,12	70,02	15,90
SÃO FÉLIX DO XINGU	PA	28	57,61	53,04	-4,57
REDENÇÃO	PA	34	50,36	57,87	7,51
COARI	AM	46	76,48	90,43	13,96
TEFÉ	AM	26	70,74	91,23	20,49
CAPANEMA	PA	34	44,36	67,36	23,00
MONTE ALEGRE	PA	42	54,75	47,30	-7,45
URUARÁ	PA	34	41,40	27,67	-13,73
ORIXIMINÁ	PA	43	57,55	62,37	4,82
ALENQUER	PA	51	43,41	46,81	3,39
IGARAPÉ-MIRI	PA	46	50,31	72,66	22,34
JACUNDÁ	PA	32	41,37	52,57	11,21
NOVO REPARTIMENTO	PA	61	44,57	59,86	15,29
SANTA IZABEL DO PARÁ	PA	47	42,42	66,13	23,71
VISEU	PA	67	48,22	76,75	28,53
SANTANA DO ARAGUAIA	PA	31	39,38	52,66	13,28
JARU	RO	32	50,56	40,41	-10,15
CAPITÃO POÇO	PA	34	33,63	51,20	17,57
BREU BRANCO	PA	43	39,95	65,66	25,71
ROLIM DE MOURA	RO	24	53,06	57,31	4,24
MAUÉS	AM	44	82,33	91,24	8,91
PORTEL	PA	54	41,35	51,35	10,01
TOMÉ-AÇU	PA	46	44,94	72,86	27,92
ACARÁ	PA	17	40,60	57,17	16,56
ÓBIDOS	PA	41	62,38	75,75	13,37
TABATINGA	AM	19	41,99	85,12	43,13
RONDON DO PARÁ	PA	36	54,51	61,26	6,75
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	PA	27	57,28	56,92	-0,36

MANICORÉ	AM	39	33,46	79,93	46,48
PORTO NACIONAL	TO	34	73,25	76,08	2,83
BENEVIDES	PA	33	52,10	63,09	10,98
VIGIA	PA	36	48,54	73,24	24,71
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	PA	48	40,66	63,35	22,70
IPIXUNA DO PARÁ	PA	46	37,62	63,95	26,32
PARAÍSO DO TOCANTINS	TO	30	52,10	60,72	8,63
PACAJÁ	PA	50	38,51	38,45	-0,06
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	22	69,83	85,33	15,50
ITUPIRANGA	PA	33	62,96	70,42	7,46
JACAREACANGA	PA	20	22,72	45,35	22,63
GUAJARÁ-MIRIM	RO	30	63,57	65,89	2,33
HUMAITÁ	AM	53	58,40	77,29	18,89
XINGUARA	PA	27	51,89	55,17	3,28
LARANJAL DO JARÍ	AP	35	67,08	79,06	11,98
LÁBREA	AM	67	76,18	91,33	15,15
AUGUSTO CORRÊA	PA	60	27,57	61,22	33,64
SALINÓPOLIS	PA	25	48,63	65,93	17,29
DOM ELISEU	PA	44	43,84	69,43	25,59
CURUÇÁ	PA	58	44,74	79,47	34,73
OURO PRETO DO OESTE	RO	13	51,67	46,99	-4,68
SENA MADUREIRA	AC	43	56,07	49,50	-6,57
RURÓPOLIS	PA	51	41,06	40,67	-0,39
ULIANÓPOLIS	PA	33	39,20	63,92	24,72
JURUTI	PA	59	47,64	56,63	8,99
IGARAPÉ-AÇU	PA	54	44,22	70,29	26,07
BURITIS	RO	26	49,94	45,90	-4,04
PIMENTA BUENO	RO	19	49,16	45,22	-3,94
IRANDUBA	AM	22	64,56	93,31	28,75
TARAUACÁ	AC	51	58,95	54,81	-4,14
MACHADINHO DO OESTE	RO	39	51,79	43,77	-8,02
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	AM	24	41,57	86,76	45,19
CAREIRO	AM	16	60,74	91,72	30,98
AFUÁ	PA	40	56,85	48,17	-8,68
BORBA	AM	53	49,78	92,90	43,12
FEIJÓ	AC	58	77,09	70,04	-7,05
AUTAZES	AM	55	42,50	89,87	47,38
BOCA DO ACRE	AM	32	45,12	62,87	17,75
ÁGUA AZUL DO NORTE	PA	26	51,29	59,03	7,74
BENJAMIN CONSTANT	AM	48	69,95	92,74	22,79
ALMEIRIM	PA	38	59,94	78,07	18,13
NOVA OLINDA DO NORTE	AM	52	39,62	87,98	48,36
EIRUNEPÉ	AM	60	54,19	90,90	36,71
COLINAS DO TOCANTINS	TO	35	52,40	59,05	6,66
MUANÁ	PA	55	51,75	72,75	20,99
IRITUIA	PA	46	53,25	64,71	11,46

SANTO ANTONIO DO IÇÁ	AM	46	23,08	73,54	50,47
MARACANÃ	PA	35	31,79	65,54	33,75
ELDORADO DOS CARAJÁS	PA	30	53,66	72,21	18,55
GOIANÉSIA DO PARÁ	PA	43	47,62	64,59	16,97
MÃE DO RIO	PA	54	38,42	56,70	18,28
ESPIGÃO DO OESTE	RO	25	56,10	45,72	-10,38
BAIÃO	PA	54	49,31	73,47	24,16
BARREIRINHA	AM	56	54,56	89,72	35,16
PORTO DE MOZ	PA	39	47,44	36,14	-11,30
MARAPANIM	PA	32	41,01	65,68	24,67
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	PA	37	34,48	59,45	24,97
TRACUATEUA	PA	64	30,92	75,64	44,71
TUCUMÃ	PA	39	56,97	57,08	0,11
CANAÃ DOS CARAJÁS	PA	31	60,39	58,06	-2,33
CURRALINHO	PA	59	49,57	74,79	25,22
ANAJÁS	PA	52	16,80	27,61	10,81
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	PA	48	41,64	62,79	21,15
RIO PRETO DA EVA	AM	51	60,26	88,68	28,41
OEIRAS DO PARÁ	PA	51	35,91	64,52	28,61
ARAGUATINS	TO	40	39,90	72,01	32,12
PRAINHA	PA	60	49,12	56,52	7,40
RORAINÓPOLIS	RR	30	57,98	64,51	6,53
PONTA DE PEDRAS	PA	55	39,49	70,75	31,26
PRESIDENTE FIGUEIREDO	AM	28	77,97	89,73	11,76
CARAUARI	AM	60	56,54	83,84	27,29
GARRAÇÃO DO NORTE	PA	39	29,79	52,72	22,92
GURUPÁ	PA	33	62,47	62,59	0,12
BARCELOS	AM	27	40,54	81,65	41,10
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PA	32	37,36	58,68	21,33
LIMOEIRO DO AJURU	PA	47	45,12	63,37	18,25
CAREIRO DA VÁRZEA	AM	24	49,14	91,90	42,76
MOCAJUBA	PA	47	43,23	73,13	29,90
ALTA FLORESTA DO OESTE	RO	27	54,82	55,83	1,01
NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	PA	51	33,37	56,43	23,06
MEDICILÂNDIA	PA	43	38,02	28,06	-9,95
BUJARU	PA	35	48,11	63,88	15,76
SANTA MARIA DO PARÁ	PA	49	36,95	62,18	25,23
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	RO	28	43,58	49,21	5,63
GUARAÍ	TO	33	48,31	69,94	21,63
PRESIDENTE MÉDICI	RO	25	52,29	51,74	-0,55
SOURE	PA	41	57,06	82,17	25,11
NOVA MAMORÉ	RO	44	46,74	36,82	-9,91
AURORA DO PARÁ	PA	57	37,72	60,59	22,87
CONCÓRDIA DO PARÁ	PA	47	43,31	57,15	13,85
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	PA	38	51,25	61,96	10,71
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	PA	60	56,42	72,11	15,69

NOVO PROGRESSO	PA	22	54,49	36,36	-18,14
OURILÂNDIA DO NORTE	PA	29	49,77	61,59	11,83
OIAPOQUE	AP	32	67,92	79,23	11,31
MANAQUIRI	AM	46	55,66	95,97	40,30
CHAVES	PA	47	29,75	43,16	13,41
ANAPU	PA	48	31,46	26,42	-5,04
CACHOEIRA DO ARARI	PA	26	45,04	68,45	23,41
BAGRE	PA	49	43,61	57,74	14,14
TONANTINS	AM	25	27,43	63,98	36,55
AVEIRO	PA	53	49,85	65,89	16,03
BRASILÉIA	AC	41	57,32	53,14	-4,17
SÃO JOÃO DE PIRABAS	PA	40	32,51	72,34	39,83
TAPAUÁ	AM	70	14,71	85,19	70,48
BRASIL NOVO	PA	36	40,96	29,42	-11,55
MIRACEMA DO TOCANTINS	TO	24	57,91	82,08	24,17
SENADOR GUIOMARD	AC	32	62,02	47,14	-14,88
PLACAS	PA	35	46,30	27,72	-18,58
FARO	PA	38	65,01	84,19	19,18
DIANÓPOLIS	TO	40	62,60	72,36	9,76
CARACARAÍ	RR	47	58,18	48,22	-9,96
PAUINI	AM	30	36,05	81,54	45,49
NOVO ARIPUANÃ	AM	51	35,71	88,02	52,31
FONTE BOA	AM	28	42,83	72,97	30,13
CACHOEIRA DO PIRIÁ	PA	47	37,31	62,52	25,21
FORMOSO DO ARAGUAIA	TO	40	52,27	56,91	4,64
APUÍ	AM	34	53,08	68,65	15,56
URUCURITUBA	AM	76	73,34	89,91	16,57
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM	31	33,97	70,71	36,74
NHAMUNDÁ	AM	60	36,23	82,39	46,15
SANTA LUZIA DO PARÁ	PA	56	50,63	58,35	7,72
PLÁCIDO DE CASTRO	AC	47	52,47	50,05	-2,42
IPIXUNA	AM	39	43,37	63,93	20,57
MARAÃ	AM	43	49,58	89,02	39,44
SALVATERRA	PA	48	39,53	71,13	31,60
CURIONÓPOLIS	PA	52	46,52	71,32	24,80
COLORADO DO OESTE	RO	29	54,74	52,22	-2,52
SANTA MARIA DAS BARREIRAS	PA	52	42,84	57,27	14,43
NOVA BRASILÂNDIA	RO	37	41,23	46,35	5,12
MELGAÇO	PA	35	24,42	52,48	28,05
ENVIRA	AM	48	40,98	65,62	24,64
ALTO PARAÍSO	RO	31	40,21	58,16	17,95
CANDEIAS DO JAMARI	RO	24	60,99	71,27	10,28
RIO MARIA	PA	17	56,60	55,90	-0,70
TRAIRÃO	PA	32	30,95	35,69	4,73
ALVORADA DO OESTE	RO	37	39,54	49,00	9,46
SÃO CAETANO DE ODIVELAS	PA	38	36,85	68,17	31,31

JUTAÍ	AM	46	25,44	67,44	41,99
CEREJEIRAS	RO	29	45,92	36,70	-9,22
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	RO	25	38,96	42,70	3,74
CODAJÁS	AM	31	46,80	85,77	38,97
TERRA SANTA	PA	49	57,35	69,62	12,27
NOVO AIRÃO	AM	38	56,14	84,60	28,47
OURÉM	PA	62	43,83	64,88	21,05
URUCARÁ	AM	43	72,11	91,45	19,33
FLORESTA DO ARAGUAIA	PA	31	45,63	59,38	13,75
AUGUSTINÓPOLIS	TO	51	52,01	81,44	29,43
NOVA IPIXUNA	PA	50	46,00	46,67	0,67
XAPURI	AC	37	55,73	49,67	-6,06
GUAJARÁ	AM	27	38,37	61,89	23,52
PORTO GRANDE	AP	32	71,49	78,91	7,43
CUJUBIM	RO	33	46,53	44,05	-2,48
MÂNCIO LIMA	AC	69	42,03	56,07	14,04
SANTA BÁRBARA DO PARÁ	PA	47	50,18	62,04	11,86
ATALAIA DO NORTE	AM	37	46,19	77,43	31,24
BERURI	AM	55	24,21	76,23	52,02
ANORI	AM	48	37,66	84,68	47,02
PORTO ACRE	AC	46	51,82	39,46	-12,36
MAZAGÃO	AP	39	70,51	69,21	-1,30
TAGUATINGA	TO	44	37,21	75,22	38,01
COSTA MARQUES	RO	44	51,43	54,94	3,51
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	PA	32	47,32	49,82	2,50
MARECHAL THAUMATURGO	AC	46	37,22	39,47	2,24
EPITACIOLÂNDIA	AC	36	64,46	60,19	-4,27
ALTO ALEGRE	RR	40	61,52	41,39	-20,13
BOA VISTA DO RAMOS	AM	62	75,76	88,68	12,92
TARTARUGALZINHO	AP	60	47,81	71,36	23,54
URUPÁ	RO	23	51,65	43,96	-7,69
BOM JESUS DO TOCANTINS	PA	38	49,23	53,67	4,45
ALVARÃES	AM	36	74,22	88,68	14,46
RODRIGUES ALVES	AC	62	39,97	56,79	16,82
QUATIPURU	PA	62	28,05	53,49	25,44
MUCAJAÍ	RR	62	65,65	49,24	-16,41
PIÇARRA	PA	50	36,13	49,39	13,26
CURUÁ	PA	47	42,13	52,69	10,56
CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	RO	24	42,36	46,66	4,30
MONTE NEGRO	RO	33	48,09	49,47	1,37
NOVA TIMBOTEUA	PA	51	49,87	69,21	19,34
BELTERRA	PA	57	65,39	59,34	-6,05
MIRANTE DA SERRA	RO	23	44,58	50,32	5,74
ACRELÂNDIA	AC	39	51,43	44,35	-7,07
MIRANORTE	TO	32	45,50	66,07	20,57
SERINGUEIRAS	RO	39	53,50	50,85	-2,65

GOIATINS	TO	49	34,85	76,17	41,32
BONITO	PA	48	26,47	61,56	35,09
CANUTAMA	AM	54	35,06	85,43	50,37
CANTÁ	RR	27	68,63	32,66	-35,97
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	PA	49	47,28	65,25	17,97
CUMARU DO NORTE	PA	32	50,99	52,14	1,16
ALTO ALEGRE DOS PARECIS	RO	18	59,01	54,98	-4,03
SÃO FRANCISCO DO PARÁ	PA	39	39,68	62,50	22,82
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	RO	32	53,01	36,06	-16,96
VITÓRIA DO JARÍ	AP	65	69,01	76,24	7,23
COLARES	PA	42	46,64	65,03	18,39
CAAPIRANGA	AM	39	55,67	93,27	37,60
XAMBIOÁ	TO	30	49,93	76,08	26,15
PRIMAVERA	PA	63	24,61	56,13	31,52
NOVA OLINDA	TO	32	50,25	63,66	13,41
ARRAIAS	TO	39	60,97	80,14	19,17
PARANÃ	TO	55	38,18	76,81	38,63
PEDRO AFONSO	TO	40	49,63	65,05	15,42
SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	TO	52	53,58	87,28	33,70
BONFIM	RR	53	53,88	31,76	-22,12
BABAÇULÂNDIA	TO	46	29,33	80,08	50,76
TERRA ALTA	PA	60	54,22	68,45	14,23
MINISTRO ANDREAZZA	RO	33	61,82	53,06	-8,75
INHANGAPI	PA	41	37,03	54,48	17,45
THEOBROMA	RO	21	57,08	39,95	-17,13
UARINI	AM	23	35,82	86,53	50,72
ITAPIRANGA	AM	55	54,54	88,61	34,07
NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	32	54,75	60,21	5,46
CORUMBIARA	RO	24	57,97	43,42	-14,55
VITÓRIA DO XINGU	PA	31	34,56	44,85	10,29
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	TO	56	59,08	89,23	30,15
ANANÁS	TO	29	44,50	77,91	33,41
WANDERLÂNDIA	TO	39	47,79	68,40	20,61
NATIVIDADE	TO	44	43,71	55,41	11,70
SANTA LUZIA DO OESTE	RO	25	53,17	48,85	-4,32
CALÇOENE	AP	40	62,58	78,04	15,46
CAPIXABA	AC	46	53,23	39,86	-13,37
JURUÁ	AM	27	12,48	66,78	54,30
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	AM	48	37,80	78,13	40,33
ARAGUAÇU	TO	15	36,86	39,67	2,81
PACARAIMA	RR	67	52,65	30,61	-22,04
AXIXÁ DO TOCANTINS	TO	65	44,55	77,15	32,60
VALE DO ANARI	RO	26	50,88	34,51	-16,37
PEIXE	TO	44	49,64	68,79	19,15
COLMÉIA	TO	29	43,64	54,34	10,70
VALE DO PARAÍSO	RO	36	57,23	45,44	-11,80

PORTO WALTER	AC	44	45,20	52,96	7,76
AMATURÁ	AM	49	28,42	89,17	60,75
LAGOA DA CONFUSÃO	TO	36	66,10	75,16	9,06
ANAMÃ	AM	64	40,29	81,35	41,06
SILVES	AM	37	84,35	90,97	6,62
PALMEIRÓPOLIS	TO	34	32,34	52,15	19,81
BURITI DO TOCANTINS	TO	43	45,53	73,92	28,39
ESPERANTINA	TO	57	65,61	80,78	15,17
ITAMARATI	AM	49	32,51	86,72	54,21
AMAJARÍ	RR	54	64,18	33,82	-30,36
ITAPUÃ DO OESTE	RO	31	50,44	63,30	12,86
AMAPARI	AP	61	70,43	81,14	10,70
ALVORADA	TO	29	49,34	55,42	6,08
CAMPOS LINDOS	TO	59	33,17	60,31	27,14
FILADÉLFIA	TO	39	33,17	71,40	38,23
NOVA UNIÃO	RO	29	60,36	54,58	-5,78
UIRAMUTÃ	RR	38	62,49	54,60	-7,89
PEIXE-BOI	PA	52	33,29	65,67	32,39
MAGALHÃES BARATA	PA	60	37,91	56,62	18,71
CHUPINGUAIA	RO	28	57,48	53,26	-4,22
AMAPÁ	AP	25	69,90	83,13	13,23
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	PA	54	42,36	58,05	15,69
ALMAS	TO	41	50,17	54,32	4,16
CAROEBE	RR	64	54,13	49,65	-4,47
NORMANDIA	RR	24	60,98	39,13	-21,85
MANUEL URBANO	AC	51	40,88	44,81	3,92
PRAIA NORTE	TO	62	53,31	91,55	38,24
PALESTINA DO PARÁ	PA	55	28,78	55,53	26,75
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	TO	24	54,75	70,20	15,45
ARAPOEMA	TO	35	52,68	72,70	20,02
TOCANTÍNIA	TO	52	54,21	82,00	27,80
TOCANTINÓPOLIS	TO	35	64,70	84,19	19,49
ABEL FIGUEIREDO	PA	37	59,69	56,55	-3,14
PONTE ALTA DO TOCANTINS	TO	45	42,56	64,78	22,23
BUJARI	AC	48	54,54	44,49	-10,05
MONTE DO CARMO	TO	45	58,05	63,17	5,12
PIUM	TO	36	46,93	64,38	17,45
CABIXI	RO	24	53,25	50,06	-3,19
CRISTALÂNDIA	TO	42	59,63	70,73	11,11
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	TO	40	57,27	67,47	10,20
ITACAJÁ	TO	45	32,15	66,39	34,24
PAU D'ARCO	PA	50	53,94	55,98	2,04
JORDÃO	AC	75	58,40	71,54	13,14
SÃO FELIPE DO OESTE	RO	36	46,27	43,79	-2,48
RIO SONO	TO	40	56,03	64,28	8,25
SANTARÉM NOVO	PA	54	33,73	66,90	33,17

SANTA CRUZ DO ARARI	PA	40	51,65	65,22	13,57
IRACEMA	RR	45	63,09	51,84	-11,25
ITAGUATINS	TO	50	56,64	78,00	21,36
SÃO JOÃO DO BALIZA	RR	60	62,57	55,76	-6,81
SÃO LUIZ DO ANAUÁ	RR	51	62,27	58,72	-3,55
SANTA FÉ DO ARAGUAIA	TO	30	51,58	71,32	19,73
CACAULÂNDIA	RO	34	47,26	44,36	-2,89
ASSIS BRASIL	AC	57	55,67	54,18	-1,50
SAPUCAIA	PA	28	42,67	44,00	1,33
ARAGUACEMA	TO	40	36,24	65,53	29,29
ARAGOMINAS	TO	40	41,06	65,29	24,22
BREJINHO DE NAZARÉ	TO	48	56,47	79,84	23,37
FERREIRA GOMES	AP	45	67,89	67,28	-0,61
GOIANORTE	TO	47	32,49	51,38	18,89
DARCINÓPOLIS	TO	54	51,58	79,58	28,00
BARROLÂNDIA	TO	49	56,31	71,72	15,41
SILVANÓPOLIS	TO	41	56,25	56,89	0,63
ARAGUANÃ	TO	35	49,23	84,83	35,60
COUTO DE MAGALHÃES	TO	41	51,13	60,20	9,07
COMBINADO	TO	49	48,05	72,00	23,95
SÃO JOÃO DA PONTA	PA	35	32,70	63,72	31,01
SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE	TO	21	55,88	59,99	4,11
TEIXEIRÓPOLIS	RO	30	52,40	42,12	-10,28
PEQUIZEIRO	TO	48	48,72	55,23	6,51
PAU D'ARCO	TO	30	49,55	63,83	14,29
PALMEIRANTE	TO	36	36,11	67,28	31,17
CASEARA	TO	38	55,77	75,30	19,54
FIGUEIRÓPOLIS	TO	43	48,11	64,93	16,82
PARECIS	RO	47	46,81	52,22	5,41
MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	TO	38	45,89	69,90	24,01
PALMEIRAS DO TOCANTINS	TO	52	35,60	69,38	33,78
SÃO BENTO DO TOCANTINS	TO	38	37,08	74,75	37,67
PONTE ALTA DO BOM JESUS	TO	41	29,45	68,79	39,34
BERNARDO SAYÃO	TO	45	38,60	50,65	12,05
CUTIAS	AP	48	61,44	73,02	11,57
DUERÉ	TO	39	64,55	56,61	-7,93
NAZARÉ	TO	36	37,54	74,54	37,00
SANTA ROSA DO TOCANTINS	TO	57	50,62	59,61	8,99
CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	TO	47	47,73	73,06	25,32
PINDORAMA DO TOCANTINS	TO	49	34,39	67,38	32,99
SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	TO	59	48,27	85,81	37,53
SANTA ROSA	AC	62	75,68	57,39	-18,29
JAPURÁ	AM	26	35,03	83,96	48,93
AGUIARNÓPOLIS	TO	56	34,48	82,99	48,50
ALIANÇA DO TOCANTINS	TO	38	58,36	70,85	12,49
APARECIDA DO RIO NEGRO	TO	44	37,20	71,84	34,64

FÁTIMA	TO	41	43,20	57,10	13,91
JAÚ DO TOCANTINS	TO	26	43,35	58,38	15,04
SERRA DO NAVIO	AP	17	75,41	75,08	-0,33
NOVA ROSALÂNDIA	TO	50	45,28	66,74	21,46
NOVO ACORDO	TO	54	39,65	76,41	36,77
BANNACH	PA	27	37,90	47,81	9,90
SAMPAIO	TO	72	53,95	70,71	16,77
CHAPADA DA NATIVIDADE	TO	50	53,66	72,21	18,55
RECURSOLÂNDIA	TO	54	27,83	61,46	33,63
RIACHINHO	TO	55	57,20	79,71	22,50
PRESIDENTE KENNEDY	TO	30	63,30	72,26	8,97
PRIMAVERA DE RONDÔNIA	RO	29	51,38	43,57	-7,81
CARIRI DO TOCANTINS	TO	29	59,57	72,39	12,82
LIZARDA	TO	50	26,60	77,84	51,24
BARRA DO OURO	TO	53	29,94	74,95	45,01
CASTANHEIRAS	RO	45	58,02	60,46	2,44
PRACUÚBA	AP	62	57,31	79,50	22,19
ITAUBAL	AP	18	73,02	73,82	0,80
SANDOLÂNDIA	TO	26	36,59	43,62	7,03
ITAPIRATINS	TO	52	24,87	59,86	34,99
AURORA DO TOCANTINS	TO	54	51,82	75,23	23,42
CARRASCO BONITO	TO	56	42,79	84,08	41,29
LAGOA DO TOCANTINS	TO	68	51,91	94,81	42,90
MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	TO	51	33,77	76,03	42,26
ANGICO	TO	42	35,70	62,21	26,51
RIO CRESPO	RO	30	45,17	53,87	8,70
SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	TO	55	53,30	81,84	28,54
ITAPORÃ DO TOCANTINS	TO	41	41,93	61,73	19,80
PIRAQUÊ	TO	45	49,19	66,27	17,08
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	TO	49	57,18	71,96	14,78
LUZINÓPOLIS	TO	48	42,44	80,08	37,64
MURICILÂNDIA	TO	30	47,44	62,78	15,34
BOM JESUS DO TOCANTINS	TO	39	52,27	71,57	19,30
BANDEIRANTE DO TOCANTINS	TO	43	49,93	61,14	11,22
SANTA MARIA DO TOCANTINS	TO	43	55,54	63,28	7,74
TALISMÃ	TO	41	62,06	65,22	3,16
NOVO JARDIM	TO	38	59,74	67,56	7,83
CENTENÁRIO	TO	36	61,00	71,21	10,21
CARMOLÂNDIA	TO	31	55,17	81,32	26,15
PIMENTEIRAS DO OESTE	RO	24	48,60	54,14	5,54
SANTA TEREZA DO TOCANTINS	TO	45	58,19	83,58	25,40
SANTA RITA DO TOCANTINS	TO	33	41,62	58,44	16,82
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	TO	51	33,96	65,63	31,67
ABREULÂNDIA	TO	39	63,76	70,61	6,85
CACHOEIRINHA	TO	58	44,41	76,35	31,94
PUGMIL	TO	47	53,43	77,36	23,94

BRASILÂNDIA DO TOCANTINS	TO	38	47,55	73,11	25,56
LAJEADO	TO	34	61,06	72,73	11,67
JUARINA	TO	20	57,96	44,53	-13,44
FORTALEZA DO TABOCÃO	TO	25	58,48	63,09	4,61
TUPIRATINS	TO	47	38,89	78,32	39,43
RIO DOS BOIS	TO	35	46,51	74,85	28,34
TAIPAS DO TOCANTINS	TO	44	54,52	79,27	24,75
MONTE SANTO	TO	55	47,53	62,96	15,43
IPUEIRAS	TO	58	41,11	65,01	23,89
MATEIROS	TO	64	46,58	83,13	36,56
NOVO ALEGRE	TO	46	59,12	73,81	14,70
SUCUPIRA	TO	47	41,75	49,66	7,92
LAVANDEIRA	TO	53	42,62	77,66	35,04
RIO DA CONCEIÇÃO	TO	46	65,17	76,01	10,84
TUPIRAMA	TO	27	39,03	75,17	36,14
SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	TO	56	32,98	73,45	40,47
CRIXÁS DO TOCANTINS	TO	30	48,92	59,66	10,74
CHAPADA DE AREIA	TO	44	49,84	56,43	6,60
OLIVEIRA DE FÁTIMA	TO	48	51,55	66,74	15,20
Média		41,6	48,96	64,60	15,65
Desvio Padrão		12,1522	11,7561	14,8070	17,0322